

Artur Bispo possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2020). Atua como professor Titular da Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social e do Grupo de Filosofia e Educação e Ensino de Filosofia. Suas pesquisas estão relacionadas aos temas: capital e trabalho, estética e ética, educação e formação socioeconômica do Brasil.



De noite no céu reluzia a foice e ceifava agosto para os
pães sonhados.
Vinham voando as mãos dos ícones enegrecidos,
Com cálices vazios entre os dedos.
No espeto de arame farpado
Balançava um homem.
Cantavam com terra na boca. Uma canção linda
Sobre a guerra que atinge direto o coração.
Escreva: que silêncio aqui.

Wisława Szymborska. “Os campos de fome nos arredores de Jasło”



ARTUR BISPO (org.)

A CRISE DO CAPITAL E A INTENSIFICAÇÃO DE SUA NATUREZA DESTRUTIVA



A CRISE DO CAPITAL E A INTENSIFICAÇÃO DE SUA NATUREZA DESTRUTIVA

Artur Bispo (org.)



Manifesto do Instituto Trabalho Associado

O Instituto Trabalho Associado surge da iniciativa de militantes, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com o enfrentamento da sociedade capitalista para sua transformação radical. Coloca-se como um espaço para a produção e a disseminação de conhecimento que possa contribuir com a práxis revolucionária, entendendo que não se faz revolução sem teoria revolucionária, mas que também, como diria Marx, “a disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento - que é isolado da prática - é uma questão puramente escolástica”. É preciso falar de socialismo hoje. É necessário transformar a sociedade agora! Com efeito, o Instituto Trabalho Associado se insere na batalha das ideias para combater a ciência burguesa e a sua dinâmica produtivista, mas também cumpre o papel de combater as teorias reformistas, uma vez que estas teorias atrapalham a classe trabalhadora na sua tarefa histórica de destruição do capitalismo. Numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que todas as dimensões da sociedade se encontram em crise ao mesmo tempo, a classe trabalhadora paga o preço desse processo. Para que continue existindo alguns bilionários, trabalhadoras e trabalhadores estão sendo cada vez mais explorados, em que seus direitos estão, literalmente, sendo destruídos e não há possibilidade de nenhum avanço ou ganho para estes em meio ao sistema do capital. O que o capitalismo pode e vai continuar oferecendo à classe trabalhadora é fome, miséria, pandemia, violência, desemprego, entre outras mazelas. Não podemos alimentar mais ilusões de conquistas dentro da ordem, pois a ordem burguesa é contrária à classe trabalhadora. Os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores só podem ser conquistados com a luta para além da ordem estabelecida, ou seja, para além do capital.

A CRISE DO CAPITAL E A INTENSIFICAÇÃO DE SUA NATUREZA DESTRUTIVA

Artur Bispo (org.)



Conselho Editorial do Instituto Trabalho Associado

Diego de Oliveira Souza (Presidente) –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Artur Bispo dos Santos Neto (Secretário) –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lorraine Marie Farias de Araujo –
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Mônica Regina Nascimento dos Santos –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lígia dos Santos Ferreira –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Talvanes Eugênio Maceno –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Aline Soares Nomeriano –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Sóstenes Ericson Vicente da Silva –
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Virgínia Silva Santos –
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Silvio Rosa Filho –
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Claudia Alves Durans –
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Jenny Andrea Torres Peña –
Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Bogotá, CO

Camila Pereira Abagaro –
Universidad de la Salud de la Ciudad de México (UNISA)

Jadir Antunes –
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Diagramação e Contracapa:

Lorraine Marie Farias de Araujo

Capa: Lorraine Marie Farias de Araujo e Artur Bispo

Imagem da capa: Thomas Cole, Destruição, pintura da série “O Curso do Império” (1833-1836). Óleo sobre tela (100 X 161 cm).

Imagem da contracapa: Thomas Cole, Desolação, pintura da série “O Curso do Império” (1833-1836). Óleo sobre tela (100 X 161 cm).

A CRISE DO CAPITAL E A INTENSIFICAÇÃO DE SUA NATUREZA DESTRUTIVA

Artur Bispo (org.)



1ª Edição 2025
Arapiraca/AL
Instituto Trabalho Associado
www.institutotrabalhoassociado.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Crise do capital e a intensificação de sua
natureza destrutiva [livro eletrônico] /
Artur Bispo (org.). -- Arapiraca, AL :
Instituto Trabalho Associado, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-986420-2-0

1. Crise econômica - Aspectos sociais 2. Marx,
Karl, 1818-1883. O capital 3. Marxismo I. Bispo,
Artur.

25-259403

CDD-335.412

Índices para catálogo sistemático:

1. Marxismo : Conceitos econômicos 335.412

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Comissão Editorial -
Instituto Trabalho Associado 2025

Lorraine Marie Farias de Araujo
Diego de Oliveira Souza
Artur Bispo dos Santos Neto
Mônica Regina Nascimento dos Santos
Marcos de Oliveira Silva
Henrique Felix Santos
Carlos Antonio Vasconcelos de Oliveira Júnior
Vitória Régia Ferreira Barbosa
Jonathan Smith Melquiades Cezar
Fernando Emmanuel Vicente da Silva
Christiane Batista Araujo

*De noite no céu reluzia a foice e ceifava agosto para os pães sonhados.
Vinhavam voando as mãos dos ícones enegrecidos,
Com cálices vazios entre os dedos.
No espeto de arame farpado
Balançava um homem.
Cantavam com terra na boca. Uma canção linda
Sobre a guerra que atinge direto o coração.
Escreva: que silêncio aqui.*

Wisława Szymborska.
“Os campos de fome nos arredores de Jasło”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO PRIMEIRO

A EXPOSIÇÃO DIALÉTICA DO CONCEITO DE CRISE EM
O CAPITAL 21
Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE-PR)

CAPÍTULO SEGUNDO

A TEMPESTADE DE NOSSOS DIAS: APONTAMENTOS SO-
BRE A CONJUNTURA MUNDIAL E O APROFUNDAMEN-
TO DA CRISE DO CAPITAL 77
Dr. Albani de Barros (UFPB)

CAPÍTULO TERCEIRO

CRISE ECONÔMICA E ASCENDÊNCIA DA EXTREMA DI-
REITA NA ITÁLIA E NA FRANÇA 99
Dr. Artur Bispo (UFAL)

CAPÍTULO QUARTO

A GUERRA DA UCRÂNIA E O COMPLEXO INDUSTRIAL-
-MILITAR DA OTAN E DA RÚSSIA 129
Dr. Artur Bispo (UFAL)

CAPÍTULO QUINTO

A AMAZÔNIA E A NATUREZA DESTRUTIVA DO CAPITAL
..... 153

Dr. Artur Bispo (UFAL)

Dr. Everton Melo Silva (UFAL)

Dr. Renalvo Cavalcante Silva (UNEAL/IFAL)

CAPÍTULO SEXTO

CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DAS COOPERATIVAS DE
ENTREGADORES DE APLICATIVO 187

Dr. Diego de Oliveira Souza (UFAL)

INTRODUÇÃO

A manifestação empírica da crise econômica em 2008 abalou as formulações alicerçadas na tentativa de petrificação e eternização do sistema do capital. A inércia das equações formuladas para deslocar as contradições inerentes ao referido sistema tem perpassado a economia mundial desde a década de 1970, quando da manifestação do esgotamento das políticas do *Welfare State*.

A recuperação das economias afetadas pela Segunda Grande Guerra Mundial intensificou a concorrência entre as grandes corporações empresariais das potências imperialistas e representou o fim do Acordo de Bretton Woods. O fim da paridade dólar-ouro configurou-se como um mecanismo para flexibilizar a redução da hegemonia econômica dos EUA entre os anos 1960 e 1980, ao tempo que os países europeus e o Japão assumiram funções mais ativas na esfera monetária internacional.

Na tentativa de dirimir a crise dos mercados, adotaram-se políticas da fragmentação do trabalho e da financeirização econômica. Os bancos de *Wall Street* se apropriaram dos recursos oriundos dos petrodólares e estabeleceram uma política de empréstimos que aprofundou a dependência das economias colonizadas das potências imperialistas.

Isso implicou o colapso das políticas heterodoxas e o crescimento exponencial de medidas ortodoxas para assegurar determinados padrões de acumulação e a hipertrofia da financeirização. Somente a economia chinesa representou uma pequena curva no movimento descendente da economia internacional. O colapso das experiências pós-capitalistas abriu novos mercados

consumidores e produtores de mercadorias, bem como deslocou momentaneamente a crise de uma região para outra do planeta. Porém, a inserção chinesa na nova mundialização do capital não conseguiu reverter ou deslocar as contradições profundas do sistema; pelo contrário, ela se forja sob a intensificação da exploração e fragmentação do trabalho, bem como pela ampliação das taxas de desemprego em escala mundial.

A impossibilidade de o *mainstream* dominante alterar o cenário de profundas incertezas econômicas tem servido de fundamentação para os retrocessos ideopolíticos. A extrema direita tem tentando se apresentar como uma alternativa de preservação dos padrões de acumulação do grande capital mediante uma pauta moralizante que requer a intensificação das políticas neoliberais e o aprofundamento das desigualdades sociais. As respostas apresentadas pelos agentes e guardiões do sistema do capital apenas ampliam as contradições sociais e evidenciam a necessidade de uma alternativa efetiva ao sistema, que somente consegue se reproduzir com a destruição das forças produtivas, do trabalho humano e da natureza.

Para Mészáros (2011), políticas heterodoxas, como as adotadas depois de 1929, não parecem suficientes para resolver o beco sem saída em que adentrou a economia capitalista. A grande resposta para a crise que afetou a economia mundial na década de 1930 foi o complexo industrial-militar, como muito bem salienta Baran & Sweezy (1978). Mészáros (2011) considera todas as manifestações fenomênicas dessas crises como uma crise estrutural, na qual as crises cíclicas são englobadas em seu interior. Essa crise reverbera por todos os complexos sociais e se mostra essencialmente destrutiva e perdulária.

O termo “produção destrutiva” deixa de ser um mero epifenômeno do processo produtivo, para se constituir como um vetor fundamental do modo de produção do capital no contexto de crise estrutural. A produção destrutiva supera o modo operativo e funcional da relação produção e consumo que caracteriza o processo de produção capitalista, e assume corolários distintos. A produção destrutiva é um mecanismo constituído pelo próprio sistema do capital a fim de deslocar as contradições inerentes ao processo de superprodução de mercadorias destinadas ao atendimento das necessidades do sistema do capital, e não das necessidades da humanidade.

Nesse processo se acham o que Mészáros (2011) denomina de “taxa de uso decrescente”. A obsolescência programada das coisas que predomina no mundo da produção de mercadorias não fica circunscrita apenas ao universo da produção industrial e agrícola (uso de pesticidas, agrotóxicos etc.), mas se espalha pelos diversos tentáculos de um sistema que adentrou numa crise econômica profunda e irreversível.

A tentativa de deslocamento da crise do sistema pela mediação da “produção destrutiva” implica uma séria ameaça para o destino da humanidade, pois aprofunda os processos de expropriações das riquezas naturais em todas as partes do planeta. A produção destrutiva assenta-se na destruição das forças produtivas, do trabalho, da natureza, da ciência e da tecnologia em todos os níveis do referido sistema. Essa forma de configuração da produção essencialmente produtiva encontra seu esplendor no complexo industrial-militar.

O referido complexo desempenha uma função primordial na obliteração da distinção entre *consumo* e *destruição* (Mészá-

ros, 2011), consumindo bilhões e bilhões de dólares em recursos que em nada asseguram melhorias para a humanidade, pois ele tem uma capacidade inusitada de deslocar “uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e que se *autoconsome*” (Mészáros, 2011, p. 688). O movimento crescente de intensificação dessa separação e alienação “pode divisar como sua própria *racionalidade* e finalidade última até mesmo a total destruição da humanidade” (Mészáros, 2011, p. 688).

Segundo Mészáros (2011, p. 693), “a passagem da produção *orientada-para-o-consumo* ao ‘consumo’ pela *destruição* pode se dar sem qualquer dificuldade importante no campo da própria produção”. O complexo militar-industrial tem a capacidade de *impor* suas necessidades à sociedade, deixando completamente para trás a possibilidade de identidade entre oferta e demanda. Marx já havia salientado a contradição entre produção e consumo. A unidade entre Estado e complexo militar-industrial torna relativa a unidade entre produção e consumo, permitindo “a *legitimação da oferta real pela ‘demanda’ fictícia*” (Mészáros, 2011, p. 693), e estabelece uma “oposição direta à expansão do valor de uso humanamente significativo, à linha de menor resistência do capital” (Mészáros, 2011, p. 694).

Desse modo, fica cada vez mais remota a possibilidade de um dia o capital produzir uma unidade entre produção e consumo segundo os interesses da humanidade, muito menos a constituição de um círculo de consumo orientado para “o *desenvolvimento de necessidades* correspondente a este último, em que ‘o trabalho excedente acima e além da necessidade’ possa se converter numa ‘necessidade geral que se eleva das próprias necessidades

individuais” (Mészáros, 2011, p. 694). Nesse processo, a ciência é um elemento servil aos interesses do complexo em questão, estando muito longe de favorecer “a expansão do valor de uso e a interação dialética da progressiva expansão do valor de uso com o desdobramento das necessidades humanas” (Mészáros, 2011, p. 694).

A articulação entre Estado e complexo militar-industrial resulta num casamento que tem como propósito resolver problemas estruturais de produção, distribuição e consumo do sistema do capital, e não os interesses da humanidade. O Estado capitalista é o principal agente financiador e consumidor do aparato militar-industrial. Ao financiar esse setor da produção, ele consegue fazê-lo diretamente com os recursos públicos captados pela expropriação da mais-valia dos operários e camponeses. É preciso destacar que quem paga a conta do militarismo – desse peso morto da sociedade de classes – são os trabalhadores, por intermédio do Estado (Luxemburg, 1985).

Esse auxílio externo acha-se incluído na agenda cotidiana do circuito do capital; entretanto, chega um instante em que essas saídas revelam seus gargalos, pois há uma insuficiência crônica da ajuda externa do complexo militar-industrial para dirimir e resolver os problemas do capital sem colocar em risco o destino da humanidade. A guerra em grande escala revela o caráter paradoxal do capital, pois ela não apenas gera o desenvolvimento e o lucro, mas, acima de tudo, resulta na destruição da espécie humana. É este o grande problema do complexo militar-industrial neste começo de século XXI.

Como a humanidade não suporta uma guerra com armas nucleares sem pôr em risco a existência de toda a humanidade,

uma Terceira Guerra Mundial não constitui alternativa para debelar a crise de acumulação e expansão que afeta as esferas da produção, distribuição e consumo do capital desde 1970 (Mészáros, 2011). O complexo em discussão é insuficiente para resolver o problema do sistema, que suga o sangue dos trabalhadores como um vampiro (Marx, 2013). A quantidade da ajuda não sana o problema devido ao limite sistêmico do capital.

A produção destrutiva do capital afiança a natureza da crise profunda do sistema do capital e a necessidade da ofensiva de massa socialista. A produção destrutiva denota que o capital não consegue se autorreproduzir em escala ampliada sem recorrer aos mecanismos perdulários que aprofundam suas contradições. Nos tempos hodiernos, o capital tem como princípio orientador assegurar a máxima apropriação do tempo de trabalho excedente mediante a intensificação da composição técnica do capital, recorrendo ao expediente da taxa mínima de uso das coisas, ou seja, da obsolescência programada.

O presente livro é composto por seis capítulos distribuídos da seguinte maneira. O primeiro capítulo, escrito pelo Prof. Jadir Antunes, rediscute o conceito de crise em *O Capital* de Marx. A ampla bibliografia existente sobre o tema provocou muitas polêmicas e nunca se chegou a um acordo pleno quanto a tal conceito. De modo geral, os diversos comentadores se preocuparam em encontrar nos textos de *O Capital* uma passagem determinada que mostraria qual seria a *causa principal*, na concepção de Marx, que impulsionaria a produção capitalista a entrar regularmente em crise. Pensamos que a fraqueza destas tentativas de encontrar uma explicação causal que fosse coerente e sistemática sobre as crises em *O Capital*, explica-se pelo fato de

que nenhum autor se propôs a expor o conceito de crise a partir da própria dialética expositiva de *O Capital*, ou seja, a partir da própria lógica interna do *Capital* e de seu modo de exposição. Nosso texto pretende, portanto, mostrar os longos passos desta exposição nos três livros de *O Capital* e como aí se desenvolve a lógica e o movimento do conceito de crise segundo Marx.

O segundo capítulo, escrito pelo Prof. Albani de Barros, busca apresentar um panorama sobre alguns aspectos da conjuntura mundial, tendo por fio condutor da análise dos impactos da crise estrutural do capital, o aprofundamento das contradições originárias do processo de acumulação, provocando respostas do capital para adoção de medidas contra-arrestantes. Como componentes que fazem parte dessa nossa análise, apresentamos alguns apontamentos, que ainda que tratados de forma sumária, fazem parte, ao nosso ver, de aspectos fundamentais numa análise de conjuntura, a partir da perspectiva de uma crítica radical que assumimos.

Os apontamentos tratados ao longo do referido capítulo versam os seguintes temas: características gerais da crise estrutural do capital; a crise e seus desdobramentos para conjuntura mundial atual; as cinco respostas que o capital tem executado para enfrentamento da crise, incluindo a aplicação das políticas neoliberais, a adoção da reestruturação produtiva, o incentivo para a continuidade de guerras, a hipertrofia da esfera financeira e, por último, a elevação de todos esses fatores para um novo patamar qualitativo após a crise de 2008; o apontamento seguinte aborda a ampliação do capital fictício, das dívidas e os riscos de uma nova crise; no derradeiro apontamento tratamos sobre características e contradições do embate entre os Estados Unidos

e a China.

As ações postas em movimento nas últimas décadas, sob a pressão e restrições de uma crise continuada, adensam as contradições estruturais entre capital e trabalho. As transformações econômicas e políticas gestadas e desenvolvidas pela chamada reestruturação produtiva, bem como pela aplicação do receituário neoliberal, estimularam as condições para que a tendência de desvalorização da força de trabalho, além de uma piora nas condições de vida dos trabalhadores.

Como o capital possui uma incapacidade de tratar as causas como tais, divorciando o efeito da causa, todos os problemas do sistema são tratados apenas na qualidade de distúrbios temporários. Nunca são enfrentados do pondo de vista de suas origens fundamentais, não importando as graves implicações que em longo prazo possam desencadear esse não enfrentamento (Mészáros, 2002). Como é incapaz de eliminar sua lógica, pois significaria findar-se, sobra como nefária alternativa destruir tudo aquilo de vivo que existe, o homem e suas bases materiais de existência.

Quanto ao caráter anódino e débil das repostas do capital para o enfrentamento de crise estrutural, há um impedimento sob vários aspectos de qualquer possibilidade de retorno a uma solução keynesiana. Nesse sentido, o movimento de enfrentamento conduzido mundialmente pelo capital tem sido numa aposta dobrada na aplicação do receituário neoliberal. Ou seja, são ações que tem provocado o alargamento do desemprego, o ataque aos direitos dos trabalhadores e o arrocho fiscal em benefício da rapinagem do fundo público. Já do ponto de vista dos conflitos internos entre diferentes interesses de suas burguesias,

a riscos da guerra são uma ameaça para populações inteiras e para a própria existência da humanidade.

O terceiro capítulo, escrito pelo Prof. Artur Bispo, procura apreender a capilaridade dos fundamentos que sustentam as vicissitudes do fenômeno sociopolítico relacionado à “extrema direita” nos tempos hodiernos; particularmente, como se dá o crescimento das siglas partidárias “Reagrupamento Nacional” (França) e “Irmãos de Itália” (*Fratelli d'Italia*). A análise crítica da peculiaridade dos elementos que sustentam as metamorfoses dessas duas organizações tem seu ponto de inflexão na apreensão dos aspectos que servem de manifestação da crise econômica e da injunção das políticas de austeridade da União Europeia. Isso denota que a ascendência da extrema direita não se plasma como uma exclusividade do velho continente europeu, mas como fenômeno de natureza abrangente e universal, como o próprio capital. A abordagem de natureza bibliográfica e documental é corroborada pelas contribuições teóricas de Marcelo Musto (2016), István Mészáros (2011), R. Paxton (2007), Carla Brandalise (2005), Caetano de Souza (2024), Emílio Gennari (2024), M. Narcizo (2019), entre outros.

No quarto capítulo, o Prof. Artur Bispo procura apontar como o complexo industrial-militar busca desesperadamente desempenhar um papel essencial na perspectiva de bloquear o movimento descendente da economia norte-americana no contexto de hipertrofia do capital financeiro. A recorrência ao complexo industrial-militar na crise estabelecida na Ucrânia revela que a anexação da ex-URSS ao mundo capitalista não atenuou as contradições do sistema do capital. Nesse processo, a Ucrânia é um mero joguete na correlação de forças estabelecida entre as

duas maiores potências militares do mundo. Para compreender o movimento ascendente da Otan nos tempos hodiernos e o crescimento do complexo industrial-militar na Rússia, recorrer-se-á às contribuições de autores como Luiz Alberto Bandeira, Telma Luzzani, Ronald Steel, entre outros que tratam da temática numa perspectiva crítica.

Escrito pelos autores Artur Bispo *et. ali*, o quinto capítulo aborda, primeiramente, a capilaridade da conquista da Região Amazônica aos propósitos da reprodução ampliada do capital num contexto de crise e como os megaprojetos de infraestrutura e desenvolvimento constituem mecanismos de ativação sistemática de controle da extração de recursos naturais para atender às demandas da financeirização. A seguir, busca-se entender a peculiaridade da intervenção do capital estrangeiro nessa região, objetivando garantir a celeridade do circuito das *commodities* para seu mercado e a necessidade de aprofundar os processos de superacumulação mediante espoliações das riquezas naturais. Por fim, salienta-se como se inscrevem os processos de acumulação por espoliações nas Unidades de Conservação, nas Terras Indígenas e nos Territórios Quilombolas, para contemplar a natureza destrutiva do capital.

O sexto capítulo, escrito pelo Prof. Diego de Oliveira Souza, aponta como a precarização do trabalho consiste em fenômeno estruturalmente determinado no processo de acumulação capitalista. Longe de ser uma novidade, ela atravessa a história do sistema do capital. Com a eclosão da crise estrutural na década de 1970, esse fenômeno assume relevo no bojo do regime de acumulação flexível, forjado como resposta do capital à própria crise. Os últimos 15 anos representam o período de intensas

transformações na forma como a precarização se materializa, especialmente com a ascensão do trabalho plataformizado (Uber, Ifood, 99 etc). Essa ascensão vem acompanhada da complexificação dos mecanismos de controle, da degradação e do adoecimento da classe trabalhadora. Trata-se de um cenário complexo, no qual os trabalhadores divergem sobre a pertinência das plataformas e a autonomia que ela supostamente que confere, com os trabalhadores sendo considerados empreendedores. Dessa complexidade, emergem também respostas coletivas daqueles que se opõem às novas formas de controle exercidas pelas plataformas, como as cooperativas de entregadores surgidas inicialmente na Europa, mas hoje presente em outros continentes. Essas cooperativas representam formas de organização dos entregadores, algumas delas com tecnologia e plataformas próprias, criadas em alternativa às plataformas dos grupos tecnológicos. Diante disso, o objetivo do autor é levantar algumas reflexões sobre esse movimento, compreendido aqui como resposta social à precarização do trabalho, mas considerando seus limites e possibilidades.

Referências

- BARAN, Paul A – SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Rubens Aderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

Novembro de 2024, Artur Bispo.

CAPÍTULO PRIMEIRO

A EXPOSIÇÃO DIALÉTICA DO CONCEITO DE CRISE EM *O CAPITAL*

Jadir Antunes¹

Doutor em Filosofia pela Unicamp e Professor da
Unioeste – PR

Ao camarada Hector Benoit – in memoriam

Nosso texto rediscute o conceito de crise em *O Capital* de Marx². A ampla bibliografia sobre o tema provocou muitas polêmicas e nunca se chegou a um acordo pleno quanto a tal conceito. De modo geral, os diversos comentadores se preocuparam em encontrar nos textos de *O Capital* uma passagem determinada que mostraria qual seria a “causa principal”, na concepção de Marx, que impulsionaria a produção capitalista a entrar regularmente em crise. Utilizando justamente essa noção de “causa”, autores clássicos como Tugán-Baranovski, Karl Kautsky,

1 Bacharel em Economia pela Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1999), Mestrado em Filosofia (2002) e Doutorado em Filosofia (2005) pela Unicamp - Universidade Estadual de Campinas SP. É Professor Associado da Unioeste na Graduação e no Programa de Mestrado e Doutorado em Filosofia. Tem experiência na área de Ética e Filosofia Política, atuando principalmente em Filosofia Política Moderna e Filosofia Marxista.

2 Veja-se Hector Benoit & Jadir Antunes: O Problema da Crise Capitalista em O Capital de Marx. Jundiaí SP: Editora Paco, 2016.

Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Henrik Grossman, Paul Sweezy e Ernest Mandel, entre outros, discutiram longamente, durante boa parte do século XX, a obra *O Capital*, procurando encontrar em qual texto ou passagem canônica poderia residir a verdadeira concepção de Marx sobre as crises do capitalismo³. De modo geral, deram ênfase a três fragmentos de textos distribuídos nos três livros de *O Capital*.

O primeiro destes fragmentos encontra-se na Seção Terceira do Livro Segundo, onde Marx estuda o problema da reprodução global do capital social, isto é, o problema de como se distribui o trabalho global dentro da sociedade capitalista e de como se realiza a mais-valia global. Da leitura desta seção, autores como Tugán-Baranovski e Hilferding concluíram que a causa principal das crises na concepção de Marx era a desproporção incorrigível que existia entre o departamento produtor de meios de produção e o departamento produtor de meios de subsistência. Da leitura desta mesma seção, Rosa Luxemburgo concluiu que a causa fundamental das crises não era a desproporção inter-setorial, mas, sim, o subconsumo, a ausência de terceiras pessoas no esquema de Marx que realizassem a mais-valia destinada à acumulação.

3 Veja-se: Rosa Luxemburg, *Oeuvres III: L'accumulation du capital (I). Contribution à l'explication économique de l'impérialisme*. Paris: François Maspero, 1969. Apresentação de Irène Petit e tradução de Marcel Ollivier e Irène Petit; Henryk Grossmann, *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System*. London: Pluto Press, 1992; Rudolf Hilferding, *Le capital financier étude sur le développement récent du capitalisme*. Paris: Éditions de Minuit, 1970. Tradução de Marcel Ollivier; Paul M. Sweezy, *The Theory of Capitalist Development: Principles of Marxist Political Economy*. Delhi: Aakar Books, 2016; Ernest Mandel, *La crise: les faits, leur interprétation marxiste*. Paris: Flammarion, 1994.

O segundo fragmento de texto bastante ressaltado é a Seção Terceira do Livro Terceiro onde Marx estuda o problema da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Como o capital possui uma lógica irrefreável que o leva a substituir o capital variável pelo capital constante - e este, como sabemos, não produz mais-valia e, por isso, não valoriza o capital -, e como a acumulação de capital só se realiza mediante certa estabilidade da taxa de lucro média, surge, então, desta necessidade, segundo alguns, como Grossman, a causa verdadeira das crises econômicas da sociedade capitalista.

O terceiro fragmento de Marx utilizado para explicar as crises do capital a partir da noção de causa é o Capítulo XVII do Livro Segundo de *Teorias sobre a mais-valia*, onde Marx analisa e critica as concepções de Ricardo sobre a reprodução social do capital em seu conjunto. Como Ricardo não admite a possibilidade de uma crise econômica provocada pela superprodução de mercadorias, e como Marx critica esta concepção limitada de Ricardo, muitos autores marxistas concluem, como Kautsky, por exemplo, que para Marx a causa principal das crises do capitalismo é a superprodução de mercadorias.

Ernest Mandel, procurando fugir daquilo que chamava de “teorias mono-causais da crise”, procurou formular uma explicação “multi-causal”, teoria esta que englobasse todas as supostas causas isoladas numa única formulação. Porém, como os outros, Mandel não conseguiu encontrar uma explicação propriamente sintética e dialética sobre o fenômeno das crises da sociedade capitalista a partir de *O Capital* de Marx. Mandel, assim como todos os outros autores anteriores, cometeram uma falha metodológica comum: procuraram explicar as crises a partir da noção

empírica de “causa”.

Pensamos que o fracasso de todas estas tentativas de encontrar uma explicação coerente e sistemática sobre as crises, em *O Capital* de Marx, explica-se pelo fato de que nenhum autor se propôs a expor o conceito de crise a partir da própria dialética expositiva de *O Capital*, ou seja, a partir do seu “modo de exposição” (*die Darstellungsweise*). Conduzidos pelo uso da noção não-dialética de “causa”, os diversos autores que procuraram explicar as crises do capital a partir de Marx se desviaram do âmbito do problema, procurando descobrir, afinal, qual era a “verdadeira causa das crises” e em qual passagem de *O Capital* Marx teria exposto “melhor” ou de “forma mais completa” a sua concepção principal de crise. Mesmo aqueles que, como Mandel, procuraram alguma síntese, teriam fracassado, pois, a síntese foi tentada embasada em concepções não dialéticas e, sobretudo, sem compreender o modo de exposição dialético de *O Capital*.

Outros autores, ainda que possuindo uma certa inspiração dialética, não foram muito melhor sucedidos ou se encaminharam em sentido diferente do nosso⁴. Assim, cabe lembrar nessa direção a obra de Roman Rosdolski, um dos primeiros es-

4 Cabe lembrar o interessante livro de inspiração dialética de Jorge Grespan, *O Negativo do Capital*, Hucitec/Fapesp, 1998. Porém, como afirma Marcos Muller no prefácio da obra, Grespan desvincula conscientemente a Crítica da Economia Política da Filosofia da História de Marx (p. 18). Caminhamos em sentido metodológico justamente contrário e por isso os nossos resultados são bastante diversos deste autor. Da mesma forma, de inspiração dialética é o seguinte livro de Giannotti, porém, também com outra perspectiva que a nossa: cf. comentário de Hector Benoit “Marx à luz de Wittgenstein: comentário a “Certa herança marxista de J. A. Giannotti””, pp.147-155, *Crítica Marxista*, n° 12, maio 2001, Boitempo Editorial.

tudiosos dos *Grundrisse* e da relação deste com *O Capital*⁵. Para este autor, paradoxalmente, Marx não possuiria uma teoria das crises do capital. Segundo ele, Marx pensara realizar uma elaboração sistemática sobre as crises nos planos projetados para a redação de *O Capital* no ano de 1857. De acordo com Rosdolski, Marx elaborou dois planos distintos para a redação de *O Capital*, o primeiro, como dissemos, em 1857 e o segundo, já modificado, em 1866. O primeiro plano foi elaborado dez anos antes da publicação do Livro Primeiro e o segundo apenas um ano antes. Entre 1857 e 1866 ocorre um período de nove anos de experimentação e busca constante de uma forma expositiva adequada aos complexos temas de *O Capital*. Ao longo destes nove anos, desenvolve-se, ao mesmo tempo, uma progressiva restrição dos temas inicialmente projetados. Um dos temas que sofre restrição neste intervalo de tempo, segundo Rosdolski, é exatamente o tema das crises.

Em seu plano original de 1857, Marx programara editar suas descobertas teóricas dividindo-as em seis partes distintas. Este plano, de acordo com Rosdolski, previa a seguinte divisão da obra - divisão que pode ser confirmada pela leitura dos próprios *Grundrisse*.

- I. Livro do Capital.
 - a. O capital em geral.

5 Veja-se: Roman Rosdolsky. *Génesis y estructura de El capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. Siglo Veintiuno Editores: México, 1986. Sobre os planos de elaboração de *O Capital* de acordo com Rosdolsky, a elaboração original e as posteriores modificações, veja-se o Capítulo 2 da Primeira Parte Introdutória de *Génesis y estructura*, chamada *La estructura de la obra de Marx*, pp. 37 a 100 principalmente.

- 1. Processo de produção do capital.
- 2. Processo de circulação do capital.
- 3. Lucro e juros.
- b. Seção da concorrência.
- c. Seção sobre o sistema de crédito.
- d. Seção sobre o sistema acionário.
- II. Livro da propriedade da terra.
- III. Livro do trabalho assalariado.
- IV. Livro do Estado.
- V. Livro do comércio exterior.
- VI. Livro do mercado mundial e as crises.

Como podemos perceber, o tema das crises aparece neste esquema, como o último de todos os temas a ser desenvolvido e, além disso, como tema merecedor de um tratamento especial: o livro VI trataria do mercado mundial e, exatamente, das crises. No intervalo de nove anos de reflexões, contudo, Marx modifica este plano original e o substitui pelo seguinte:

- Livro I. Processo de produção do capital.
- Livro II. Processo de circulação do capital.
- Livro III. Síntese do processo global.
- Livro IV. História da teoria (Teorias sobre a Mais-valia).

Esta é a forma definitiva de exposição de *O Capital* concebida por Marx. Como podemos observar, nesta forma definitiva foi suprimido não apenas o livro VI sobre o mercado mundial

e as crises, mas, ainda, os livros sobre o Estado, sobre o comércio exterior, sobre o trabalho assalariado e sobre a propriedade da terra, projetados em 1857. Todos os temas do livro I de 1857 foram, de uma forma ou de outra, absorvidos dentro da estrutura definitiva encontrada por Marx em 1866, assim como os temas dos livros II e III de 1857. O tema sobre a propriedade da terra (livro II) e aquele sobre o trabalho assalariado (livro III) foram, de algum modo, também tratados no novo plano, mesmo que tenham deixado de possuir livros específicos. Foram suprimidos, porém, os livros IV, V e VI, sem que os seus temas houvessem sido desenvolvidos explicitamente.

Rosdolski argumenta que a redação desses três últimos livros de 1857 (IV, Estado; V, comércio exterior; e VI, mercado mundial e as crises) nunca foi totalmente abandonada por Marx. Segundo Rosdolski, apenas ocorreu que nunca o autor se dispôs efetivamente a realizar a redação desses livros e o projeto foi se dissolvendo entre os anos de 1857 e 1866, sendo reservado para um eventual prosseguimento futuro da obra, fato este que nunca ocorreu. Como Marx não deu prosseguimento à elaboração do plano de 1857, onde o tema das crises receberia um tratamento especial, e como Marx modificara este plano definitivamente em 1866, eliminando o livro sobre as crises, então, segundo Rosdolski, devemos concluir que Marx não chegou a desenvolver uma teoria sistemática e completa sobre as crises. Diante disso, para este comentador, o tema das crises só pode ser encontrado ocasionalmente e de forma dispersa no interior dos quatro livros de *O Capital*, não chegando a constituir propriamente uma teoria sobre as crises. Assim, para Rosdolski, a dificuldade de encontrarmos uma exposição sistemática sobre as crises em Marx

decorreria exatamente da ausência, ausência real e de fato, desta teoria no próprio *O Capital*.

Apesar de Rosdolski avançar, em alguns pontos, na compreensão do problema da forma de exposição de *O Capital*, reflexão ausente na ampla maioria dos estudiosos da obra e do tema das crises, pensamos, ao contrário dele e de toda a bibliografia sobre o tema, que a aparente ausência de uma teoria sistemática sobre as crises do capital deve ser pensada a partir do desenvolvimento dialético dos próprios planos de exposição projetados por Marx entre os anos de 1857 e 1866. Sustentamos em nosso trabalho que Marx possuía, sim, e realizou, sim, uma exposição da sua teoria das crises do capital. Contudo, esta teoria não está depositada empiricamente, aqui ou ali, em nenhum texto específico ou passagem canônica de *O Capital*, nem numa soma aritmética de passagens, mas está, sim, desenvolvida em todo o percurso dialético-expositivo de *O Capital*, aparecendo e começando a se desenvolver logo nas primeiras páginas do Livro Primeiro e se encerrando nas últimas páginas do Livro Terceiro.

Portanto, deslocando a discussão da teoria das crises de qualquer teoria “causal” da crise, avançamos da noção empirista de “causalidade” para a noção de “modo de exposição” (ou *die Darstellungsweise*). Somente tomando essa noção dialética como pressuposto, consideramos que se possa atingir uma correta compreensão do método de exposição desenvolvido nos anos que vão de 1857 a 1866 e que envolve todas as categorias de *O capital*, desde a “circulação simples”, passando pela “acumulação originária” e atingindo finalmente a noção plena de “crise” como e enquanto resultado⁶.

6 Em grego clássico, a palavra krisis significa a “ação de distinguir”, a “ação

Como o próprio Rosdolski, em parte, indica, nos anos que vão de 1857 a 1866, Marx percebe que suas análises não poderiam ser expostas sem uma determinada forma rigorosa. Marx foi percebendo, cada vez mais, que o conteúdo era inseparável de uma certa forma ou *lexis* específica que deveria ser encontrada. Assim, nesses anos, Marx passa a lutar para encontrar a forma rigorosa que permitisse a exposição precisa do seu conteúdo: tratava-se de encontrar o método dialético rigoroso que abarcasse num único processo expositivo todas as complexas interações categoriais e históricas do capital. Tratava-se de superar o domínio meramente analítico e encontrar um modo de exposição que, de forma imanente, se mostrasse analítico e sintético ao mesmo tempo. Assim, nesse período, Marx foi re-construindo e re-ordenando o seu conteúdo analítico em uma forma superior. Neste intervalo de nove anos, através do método expositivo da dialética, o único capaz de dar conta da complexa estrutura categorial do capital, Marx superou o conteúdo analítico de separar”, mas também, justamente, “a decisão”, o “resultado final”, o “resultado (de uma guerra)”. Nesse sentido, sobre o modo de exposição dialético de *O Capital* veja-se Hector Benoit: “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”, in. Revista Crítica Marxista número 03, São Paulo, editora Brasiliense, 1996. No mesmo sentido, cf. Hector Benoit, “Da lógica com um grande ‘L’ à lógica de *O capital*”, in. Marxismo e Ciências Humanas, Diversos autores, São Paulo, Xamã, 2003. Mostra-se nesses textos que as diversas supostas “ausências” descobertas, posteriormente, na obra de Marx, seriam apenas resultado da incompreensão do seu método dialético de exposição. Nesse sentido, segundo Benoit, a própria noção de “Estado”, como aquela de crise, teria sido absorvida no modo dialético de exposição das contradições do capital. Daí o desaparecimento do livro IV, projetado em 1857, sobre o Estado, como o desaparecimento do livro VI, sobre o mercado mundial e as crises. Cf. também Hector Benoit, “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O capital*”, in. Crítica Marxista, nº8, 1999, editora Xamã, São Paulo.

tico das suas descobertas, chegando a uma forma analítica e sintética, ao mesmo tempo, ou seja, à forma da dialética superior⁷.

Marx estabeleceu, então, de forma mais clara todo o seu conteúdo analítico, superou as formas empíricas de suas investigações e elevou-as ao caminho da exposição dialética: caminho que deve partir da totalidade como concreto indeterminado (enquanto pressuposto); deste momento deve-se caminhar pelo abstrato, expondo detalhadamente as diversas formas particulares da totalidade; no terceiro momento, pouco a pouco, ocorre a superação destas formas abstratas que devem retornar ao concreto reconstruído, então, como determinado (totalidade concreta ou universal concreto). Este seria o método que daria “vida à matéria” (*Leben des Stoffs*), como afirma Marx no Posfácio da Segunda Edição do Livro Primeiro, ou seja, seria o método que reconstrói o concreto histórico na teoria a partir de suas determinações mais simples e abstratas conduzindo-o ao movimento contraditório que transforma a teoria em vida e em práxis revolucionária⁸.

7 Tal dialética superior, Hegel a chamava de “propriamente especulativa” ou “o momento do método absoluto” (Cf. *Ciência da Lógica*, “A lógica subjetiva ou a doutrina do conceito”, terceira seção, terceiro capítulo “Die absolute Idee” (pp. 327-353, edição de Hermann Glockner). Platão chamava tal momento de nóesis (cf. livro VI de *A república*), seria o momento onde se supera o momento analítico da dianóia, o momento onde se superam todas as hipóteses anteriores e se avança para o princípio não-hipotético, pressuposto da totalidade, fim que, na verdade, é princípio (originário), ou *arkhé*, fundamento, *Grund*.

8 Como escreve Marx no Posfácio da Segunda Edição: “É sem dúvida necessário distinguir o modo de exposição formal (*die Darstellungsweise formell*) do modo de investigação. A investigação tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua

Nesse sentido, pensamos que, para Marx, o conceito de crise é inseparável do próprio conceito de capital e o estudo de um implica necessariamente no estudo do outro. Uma análise dialética do conceito de crise deve se desenvolver, portanto, simultaneamente com a análise e desenvolvimento do conceito de capital. A obra *O Capital*, como sabemos, tem como meta expor o conceito de capital, o fundamento da sociedade burguesa, exposição que se eleva do concreto (pressuposto) ao abstrato que retorna ao concreto (posto), ao concreto enquanto concreto desenvolvido e exposto pela *lexis* e pelo pensamento. Assim, no trajeto expositivo dos três livros de *O Capital*, ressaltamos, desde já, quatro questões como fundamentais.

Primeira questão: os Livros Primeiro e Segundo possuem como objeto o conceito mais genérico e abstrato de certos momentos do movimento do capital. Nestes livros, vemos o movimento do conceito de capital em suas formas mais puras, o conceito de capital enquanto tal, sem consideração por suas formas particulares como o capital comercial e a juros, assim como

conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori.” (MEW, volume 23, p. 27). No célebre trecho dos *Grundrisse* conhecido como “O método da Economia Política”, escrito em 1857, (MEGA, pp. 35-43) esse processo não é exposto com tanta clareza. Conferir, particularmente, p. 43, onde Marx descreve 5 seções, sendo a última seção ‘o mercado mundial e as crises’, como no plano dos livros de *O Capital*, desse período. Porém, nesse texto, já corretamente afirma na p. 36: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo (*wirkliche Ausgangspunkt*) e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação”.

a renda fundiária, todas elas, formas derivadas do capital-industrial, a forma mais pura, mais abstrata, mas, ao mesmo tempo, mais fundamental do capital. Os Livros Primeiro e Segundo não possuem como objeto, portanto, as leis e contradições do capital em sua atualidade (*enérgeia*), mas as leis e contradições do capital em sua forma potencial (*dynamis*)⁹. O capital e a sociedade capitalista em sua configuração mais real e concreta são analisados somente no Livro Terceiro¹⁰. Será, portanto, somente neste Livro Terceiro que a sociedade capitalista é concebida com todas as suas determinações, sobretudo, com aquelas provocadas pela pluralidade de capitais e a concorrência. Os Livros Primeiro e Segundo são livros mais abstratos exatamente porque neles coloca-se entre parênteses, em grande parte, a pluralidade de capitais e a concorrência. A luta entre os diversos capitais individuais que

9 Essa diferenciação entre o que está em *dynamis* (potência) e o que está em *érgon* (em ato) é um lugar comum no pensamento filosófico grego dos séculos V e IV a. C.; essa diferenciação não remete, assim, necessariamente, à forma pela qual esses conceitos foram consagrados em Aristóteles, que sempre permaneceu no pensamento analítico e em uma lógica da não-contradição.

10 Ainda que, desde o primeiro capítulo do Livro I, seguindo um movimento em espiral, as formas abstratas vão sendo superadas, gradualmente, e retomadas em formas cada vez mais determinadas. O Livro I, por exemplo, como totalidade própria, contém abstratamente todo o movimento dos três livros: a forma mercadoria, a circulação, a produção de mais-valia, a acumulação de capital, e a superação do capital com a expropriação dos expropriadores (cap. XXIV). Já o Livro II, recomeça o movimento novamente da circulação, mas agora, a mercadoria inicial, com as determinações conquistadas no Livro I, desde o início é M', ou seja, contém a extração de mais-valia e, assim, todas as contradições expostas no Livro I. O Livro III continuará a ampliação em espiral dos dois livros anteriores tentando realizar a síntese final.

reciprocamente se odeiam não aparece de forma mais desenvolvida antes do Livro Terceiro, apesar de já ser mencionada mesmo no Livro Primeiro¹¹. Porém, postas a pluralidade de capitais e a concorrência de forma desenvolvida no Livro Terceiro, a exposição sobre o conceito de capital passa, então, aqui, a possuir todas as determinações na sua forma plena.

Segunda questão que ressaltamos como decorrência evidente da anterior: nos Livros Primeiro e Segundo analisa-se, particularmente, o conceito de crise também de modo mais puro e abstrato. As muitas contradições que remetem ao conceito de crise, que já aparecem nesses livros, mostram-se como contradições ainda bastante formais, potenciais e abstratas. A crise se converte em realidade plena somente no Livro Terceiro porque somente aí serão postas de forma desenvolvida a pluralidade de capitais, a concorrência, e seriam postas ainda, de forma plenamente desenvolvida, também as classes sociais, objeto do Capítulo LII, do qual, infelizmente, só temos algumas linhas.

Terceira questão: nos dois primeiros livros a concorrência foi abstraída da exposição exatamente porque ela não funda as leis e tendências gerais da sociedade capitalista, mas apenas converte essas leis em realidade¹².

Quarta questão importante que devemos levar em conta:

11 Escreve Marx ainda no Livro I: "Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização de capitais. Cada capitalista mata muitos outros" (ed. alemã cit., p. 790; tradução da edição Abril, 1984, p. 293).

12 A concorrência, para Marx, é sempre fonte de perturbação e engano para o pensamento e, por isso, para apreendermos o conceito de capital em sua imanência é necessária sua abstração.

no Livro Primeiro analisam-se de modo formal e abstrato as leis da produção da mais-valia enquanto tal, da mais-valia em seu nível mais puro e idealizado. No Livro Segundo se analisa, do mesmo modo formal e abstrato, as condições puras e idealizadas para a realização da mais-valia global, ainda que esta já esteja posta mais abstratamente desde o início pelo Livro Primeiro. No Livro Terceiro, analisa-se a distribuição desta mais-valia global já produzida e realizada entre a pluralidade dos capitais individuais.

Assim, uma exposição dialética do conceito de capital e de crise deve ser dividida em três grandes momentos. O primeiro momento abrange a exposição das contradições mais genéricas e potenciais contidas no Livro Primeiro, onde se realiza uma primeira totalização abstrata da produção capitalista, desde a sua forma elementar, a mercadoria, até a sua destruição, a negação da negação no Capítulo XXIV. No segundo momento, aquele do Livro Segundo, se realiza a exposição das contradições potenciais contidas na circulação, porém, já com as determinações obtidas no Livro Primeiro; por isso, parte-se não mais da forma mercadoria, mas sim, da mercadoria supondo a mais-valia (M'), porém todo o processo contraditório decorre ainda com a abstração da concorrência. Finalmente, no terceiro grande momento, aquele formado pelo Livro Terceiro, produção (Livro Primeiro) e circulação (Livro Segundo) são unificadas, e se analisa a conversão de todas as contradições descritas anteriormente, porém, submetidas agora à existência da pluralidade de capitais e da concorrência. O Livro Terceiro, como sabemos, tem exatamente como subtítulo “*O processo total da produção capitalista*” (*Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion*), isto é, trata-se da síntese dos resultados obtidos nos dois primeiros livros agora transformados

pelas determinações da concorrência entre os capitais.

Deste modo, a renovação periódica do capital fixo, a superprodução de mercadorias, o subconsumo das massas e a desproporção intersetorial, analisadas nos Livros Primeiro e Segundo, não podem, de modo algum, ser chamadas de “causas das crises”. Estes fenômenos constituem unicamente, do ponto de vista da exposição dialética, meras formas de manifestação de contradições ainda abstratas, formais, indeterminadas e potenciais da crise. Do mesmo modo, a lei da queda tendencial da taxa de lucro exposta no Livro Terceiro não pode também ser chamada de “causa das crises”, mas deve, sim, do ponto de vista de uma exposição dialética, ser concebida como a forma mais desenvolvida das múltiplas determinações contraditórias anteriores que estão contidas na própria contradição entre valor de uso e valor. Ao invés de causa superior das crises, a lei da queda tendencial da taxa de lucro seria o *resultado* do próprio desenvolvimento das contradições imanentes do capital expostas anteriormente. Assim, longe de ser uma causa superior, a queda tendencial da taxa de lucro seria a síntese das contradições potenciais, formais e abstratas expostas nos Livros Primeiro e Segundo que, no Livro Terceiro, se converte em efetividade ou em ato (*en-ergon*).

Consideramos, portanto, que a lei da queda tendencial da taxa de lucro tanto reúne numa única e mesma forma aparente todas as diferentes formas parciais e abstratas da crise, quanto reúne, também numa única e mesma lei, todas as diferentes leis e contradições parciais e abstratas expostas nos Livros Primeiro e Segundo. Por este aspecto dialético, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é tanto a forma mais sintética de todo o processo analítico anterior, como a forma mais concreta de manifestação

da crise que condena o modo de produção capitalista à sua superação e destruição (*Aufhebung*)¹³.

Deste modo, é a partir desta concepção metodológica que procuramos desenvolver esta leitura e mostrar que Marx possui, sim, uma teoria sobre as crises do capital. Contudo, pensamos que esta teoria é uma teoria dialética que só pode ser compreendida a partir da análise do desenvolvimento das possibilidades mais abstratas e formais da crise até sua efetividade concreta. Este movimento vai da totalidade abstrata (pressuposta) às formas particulares e potenciais da crise até a sua realidade concreta. O movimento se inicia com a totalidade abstrata *pressuposta* que antecede a própria circulação simples e a análise aparentemente inicial da mercadoria. Parte-se, *aparentemente*, no Livro Primeiro, da contradição entre valor de uso e valor de troca. Dessas formas ilusórias, escondendo o pressuposto último (história e história como luta de classes), se caminha para a análise cada vez mais determinada e concreta das categorias da sociedade capitalista, valor de uso e valor, substância e forma do valor, trabalho abstrato e trabalho concreto, dinheiro, produção de mais-valia, acumulação de capital, acumulação originária, quando a luta de classes já aparece abertamente, e assim por

13 Cabe observar que, cada vez mais, encontram-se traduções de *Aufhebung* como “suspensão” e o verbo “aufheben” como “suspender”. Com o pretexto de uma interpretação filológica correta do alemão, retira-se o caráter negativo do termo dialético. Na verdade, esse termo possui antecedentes na história da dialética que remete a uma época muito anterior à filosofia alemã do século XIX. Já os gregos, criadores da dialética, utilizavam palavra similar: *anairein* que significa “levantar”, “suspender” e “jogar para baixo”, “destruir” (cf. livro VII de *A República* de Platão). Como o termo alemão, o termo grego significa “suspender”, mas, suspender algo, significa “levantar”, e levantar significa “desequilibrar”, “derrubar”, “colocar abaixo”, “destruir”, “negar”.

diante, e se avança nas determinações, até que se chega à forma lucro, taxa de lucro e queda tendencial da taxa de lucro expostas no Livro Terceiro.

Procuramos, assim, sustentar que o processo de desenvolvimento da crise, o processo de conversão de sua possibilidade formal e abstrata em realidade, é o mesmo processo que concretiza todas as contradições mais simples e abstratas do capital, mostrando-as, finalmente, como luta de classes, expropriação dos expropriadores, negação da negação, superação do modo de produção capitalista, último e derradeiro desenvolvimento da teoria marxista da crise. Somente partindo desta concepção dialética de exposição, podemos desvelar, então, como se desenvolve, de forma mais detalhada, o conceito de crise ao longo dos três livros de *O Capital*, conceito que desemboca na derrocada inevitável, mais cedo ou mais tarde, do sistema capitalista como um todo, pelas suas contradições fundamentais, aquelas das classes em luta¹⁴.

14 Como escreveu H. Benoit: “o capítulo 52 [do Livro III], mesmo apenas começado, evidentemente, pretendia retomar, de maneira mais determinada, o capítulo XXIV do livro I, a luta de classes, a expropriação dos expropriadores, a derrocada do sistema capitalista” (p.92 in “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O capital*”, in *Crítica Marxista*, n°8, 1999, editora Xamã, São Paulo. Assim, em 1868, descrevendo o plano final de sua obra, Marx enviava carta a Engels, afirmando: “...as fontes de ingresso das três classes, dos proprietários da terra, dos capitalistas e dos trabalhadores assalariados – a luta de classes (*Klassenkampf* ; grifo do próprio Marx) como conclusão (*Schluss*), na qual o movimento se dissolve e dissolução de toda essa merda (*Auflösung der ganzen Scheisse*)” (MEW, 32, carta de 30/4/1868, p. 75).

Livro Primeiro: exposição das contradições potenciais e abstratas contidas na esfera da produção de mais-valia

A possibilidade mais abstrata e imediata da crise surge junto com a exposição dos conceitos mais simples, imediatos e abstratos do capital como valor de uso e valor, mercadoria e dinheiro, trabalho concreto e trabalho abstrato. A possibilidade mais imediata e abstrata da crise surge do caráter dual da mercadoria de servir simultaneamente como valor de uso e portadora do valor. A contradição entre valor de uso e valor forma a primeira e mais abstrata possibilidade de crise, porque, como mercadoria, o produto não possui valor de uso imediato para o produtor e, para servir como valor de uso social, a mercadoria precisa ser convertida na forma antitética do valor de troca. Como mercadoria, o produto possui valor de uso para o produtor apenas na medida em que serve de portadora do valor de troca. Como o valor de troca está guardado em bolso alheio e como a utilidade social do produto só se revela *post festum*, a possibilidade da mercadoria não se converter em dinheiro abre, assim, a primeira e mais abstrata possibilidade de crise. Esta primeira possibilidade de crise é uma possibilidade ainda meramente formal, porque está determinada pela formalidade da troca, porque é uma troca ainda sem conteúdo determinado.

A segunda possibilidade ainda abstrata da crise é dada pelo duplo caráter do trabalho como trabalho concreto e trabalho abstrato. Como a elevação da força produtiva do trabalho concreto eleva a massa de valores de uso em circulação sem elevar, necessariamente, a massa de compradores para este mesmo

quantum acrescido de riqueza, surge, então, a possibilidade de parte da produção não encontrar número suficiente de compradores para realizar o valor integral das mercadorias.

Como a mercadoria organiza os diferentes produtores privados dentro de uma divisão social do trabalho, a qual separa a produção imediata da riqueza das necessidades de consumo da sociedade; como o produto em sua forma natural não se apresenta mais diretamente como produto social; como a utilidade social do produto só se revela *post festum*, mediada pela esfera tortuosa e contingente do mercado, abre-se, então, aí, nova possibilidade formal e abstrata para a cisão entre produção e consumo humano e uma interrupção do processo de produção baseado na forma-mercadoria do produto.

Como o produto de nosso produtor privado é um não-valor de uso para si mesmo; como nosso produtor privado de mercadorias só pode satisfazer suas necessidades sociais mediante alienação de seu produto, então, nosso produtor deve se contrapor no mercado com o portador do dinheiro para aí realizar o valor de sua mercadoria. Como o processo de troca está dissociado em duas fases contrapostas; como a pressa do comprador de mercadorias não é a mesma do vendedor; como, por um lado, a riqueza de nosso produtor privado de mercadorias se encontra sob uma forma particular e natural de riqueza e, por outro lado, a forma universal e fluída da riqueza, o dinheiro, se encontra em bolso alheio, então, a possibilidade do dinheiro não amar a mercadoria com a mesma intensidade que a mercadoria ama o dinheiro é uma possibilidade de crise que surge do próprio caráter dual da mercadoria, de seu caráter de valor de uso e portadora do valor de troca e, também, da necessidade da mercadoria

se converter em dinheiro. A possibilidade da crise surge, ainda, do caráter antitético da mercadoria e do dinheiro: enquanto a mercadoria representa a forma particular e natural da riqueza, o dinheiro representa a forma universal e socialmente válida da riqueza. Se a conversão da forma particular-natural para a forma universal-social da riqueza não se realizar, então, nosso produtor privado de mercadorias cai na falência.

Essas formas [Formen] encerram, por isso, a possibilidade [Möglichkeit], e somente a possibilidade das crises [Möglichkeit der Krisen]. O desenvolvimento dessa possibilidade [Möglichkeit] até sua realidade [Wirklichkeit] exige todo um conjunto de condições que, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum¹⁵, diz Marx no Livro Primeiro de O Capital.

15 Karl Marx. O Capital - Livro I, volume I. Coleção Os Economistas. SP: Editora Abril Cultural, 1988, p. 99. Marx Engels Werke (MEW), Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1962, p. 128. “Possibilidade geral e abstrata da crise [Allgemeine, abstrakte Möglichkeit der Krise] significa apenas a forma mais abstrata da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. Compra e venda podem separar-se. Constituem portanto crise em estado potencial [Krise potentia] e sua coincidência continua sempre a ser, para a mercadoria, elemento crítico” (Karl Marx. Teorias da Mais-valia. Livro II, São Paulo: Editora Difel, 1980, p. 945. MEW 26.2, p. 510). Na medida em que a exposição for negando tais abstrações e pondo em seu lugar as condições mais determinadas da produção capitalista, as classes sociais e as contradições entre elas, a possibilidade abstrata da crise vai ao mesmo tempo se convertendo em realidade. “Assim, a forma mais abstrata da crise [abstrakteste Form der Krise] (e por isso a possibilidade formal da crise) é a metamorfose da própria mercadoria... Mas o meio por que essa possibilidade de crise [Möglichkeit der Krise] se torna a crise não se contém nessa própria forma; esta implica apenas em que existe a forma para uma crise” (Karl Marx. Teorias da Mais-valia. Volume II, p. 945. MEW 26.2, p. 510).

Uma nova possibilidade de crise, mais determinada e concreta que as anteriores, porém, surge da função do dinheiro como meio de pagamento, isto é, do dinheiro que já começa a funcionar como capital. Como meio de pagamento o dinheiro atua duplamente no processo de troca. Primeiro, como medida ideal do valor e, segundo, *post festum*, como realização efetiva do valor¹⁶. A dualidade do dinheiro em sua forma de meio de pagamento e a possibilidade desta dualidade se romper definitivamente abre uma possibilidade de crise por falta de meios de pagamento, que já se aproxima das condições reais da produção capitalista. Embora surja a possibilidade de eclodir uma crise, isto é, uma interrupção geral da produção, nesta altura da exposição, Marx pondera que “temos de observar aqui o fenômeno em sua pureza, pressupondo assim seu transcurso normal”¹⁷.

Uma possibilidade de crise, mais determinada ainda que as anteriores, surge da contradição entre processo de trabalho e processo de valorização do valor, da contradição entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, da contradição entre trabalho pago e não-pago, da contradição entre capital variável e capital constante, das contradições, enfim, que surgem da esfera da produção propriamente capitalista e da análise do conceito de mais-valia. Como o trabalhador que está posto aí é

16 Em sua segunda forma, a crise é a função do dinheiro como meio de pagamento, e então o dinheiro figura em duas fases diferentes, separadas no tempo, em dois papéis diversos. As duas formas ainda são de todo abstratas [ganz abstrakt], embora a segunda seja mais concreta [konkreter] que a primeira (Teorias da Mais-valia. Livro II, p. 945. MEW 26.2, p. 511).

17 O Capital – Livro I, volume I, p. 95. MEW 23, p.122.

um mero agente da produção e não do consumo; como o trabalhador que está posto aí não se comporta com a riqueza que ele mesmo produz como meio de desfrute e consumo pessoal, mas como capital, cresce, então, a possibilidade de uma separação abrupta entre produção e consumo e de uma crise geral de superprodução.

Com a passagem da produção da mais-valia absoluta para a produção da mais-valia relativa, a possibilidade de uma cisão violenta entre as condições de produção e as condições de consumo se torna menos abstrata ainda e ganha um conteúdo bastante determinado, o conteúdo dado pelo caráter antagônico das relações de produção e consumo da sociedade capitalista. Como a produção de mais-valia relativa eleva absolutamente a capacidade de produção do trabalhador numa mesma jornada de trabalho dada sem, contudo, elevar na mesma escala sua capacidade absoluta de consumo, cresce, então, a possibilidade de uma cisão ainda mais violenta entre produção e consumo.

Nesta altura da exposição - análise das formas da mais-valia relativa - as categorias mais abstratas e superficiais da sociedade burguesa, categorias como mercadoria e dinheiro, valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato etc., já estão superadas pelo desenvolvimento dialético. A superação da falsa identidade que parecia existir entre produtor e vendedor de mercadorias, assim como a superação da falsa identidade que parecia existir entre compradores e consumidores da riqueza no começo da exposição, já estão, agora, realizadas pela dialética de Marx. Como agora aquele que compra, vende e consome a riqueza produzida não é o mesmo que a produz, a falsa e abstrata identidade entre comprador e vendedor de mercadorias, assim

como, entre produtor e consumidor delas, foi superada e posta em seu lugar a verdadeira separação e oposição entre produtor e consumidor da riqueza e entre comprador e vendedor dela. Como agora quem compra e vende a mercadoria não é mais o mesmo que a produz, a possibilidade de uma separação violenta entre os polos antagônicos de compra e venda, de produção e consumo, torna-se uma possibilidade mais real e determinada que nossas possibilidades meramente abstratas e formais que surgiam inicialmente na esfera da circulação simples da riqueza, logo no começo da exposição¹⁸.

Com o surgimento da divisão manufatureira do trabalho, a possibilidade de uma cisão inconciliável entre produção privada e consumo social começa a ganhar uma determinação não apenas conceitual e abstrata, mas, sobretudo, histórica. Se, por um lado, a divisão manufatureira do trabalho se apóia no mais completo despotismo técnico no interior de cada manufatura individualmente, fora da manufatura reina a contingência, a anarquia e a irracionalidade do valor de troca. Se, por um lado, a divisão manufatureira concentra os meios de produção em mãos de um único capitalista individual, por outro lado, a divisão social do trabalho fragmenta e fraciona estes mesmos meios de produção

18 Por isso [diz Marx em Teorias sobre a Mais-valia], nada mais ridículo que falar de identidade [Identität] entre produtores e consumidores, uma vez que, para grande número de ramos, para todos os que não fornecem artigos de consumo imediato, os que participam da produção estão, em regra, absolutamente excluídos da compra de seus próprios produtos". Na sociedade capitalista os trabalhadores diretos "nunca são de imediato consumidores ou compradores dessa grande parte de seus próprios produtos, embora paguem parte do valor deles nos artigos de consumo que comprem (Teorias da Mais-valia - Volume II, p. 953. MEW 26.2, p. 518).

num número indefinido de proprietários privados isolados e reciprocamente indiferentes. Da contradição entre concentração numa única mão *versus* dispersão dos meios de produção na sociedade surge uma nova possibilidade de crise.

Com o surgimento da grande indústria baseada na maquinaria cresce ainda mais a possibilidade de uma fissura violenta entre produção e consumo. Se, por um lado, a grande indústria organiza cada unidade individual e isolada de produção como um sistema articulado de máquinas, por outro lado, fora da fábrica reina a mais completa desarticulação entre uma fábrica e outra e entre um ramo da produção e outro. Se, por um lado, o sistema de maquinaria eleva a cooperação do trabalho no interior de cada fábrica a níveis próximos da perfeição, por outro lado, na sociedade reina a mais completa ausência de cooperação consciente e racional entre os diferentes capitais individuais. A possibilidade de um rompimento violento dessa dicotomia entre sistema articulado de máquinas no interior de cada oficina e sistema desarticulado na sociedade põe novamente a possibilidade de uma crise geral de superprodução.

Como o emprego consciente de maquinaria no interior de cada oficina eleva absolutamente a capacidade produtiva do trabalhador sem, contudo, elevar na mesma medida sua capacidade de consumo; como o sistema de maquinaria aumenta a distância entre o trabalhador e a riqueza que ele produz, então, a possibilidade da riqueza seguir um curso absolutamente contraditório com o curso do consumo põe uma nova possibilidade de crise de superprodução na sociedade. Como o emprego de maquinaria possui uma contradição impossível de ser evitada, aquela que, por um lado, aumenta a taxa de exploração por unidade

de trabalhador, mas, por outro lado, diminui o quantum absoluto de trabalhadores sobre o qual esta taxa é aplicada, então, a possibilidade de uma crise e paralisia na produção se torna inevitável para o capitalista, pois esta contradição produz uma diminuição absoluta da massa de mais-valia produzida. Como o emprego de maquinaria na produção sob base capitalista aumenta, por um lado, a força produtiva do conjunto da classe trabalhadora, mas diminui, por outro lado, a massa relativa, e até mesmo absoluta, dos membros desta classe que poderão desfrutar da riqueza, então está posta aí uma nova possibilidade de crise oriunda do caráter capitalista da maquinaria.

Na análise da reprodução social do capital, a natureza dialética do método de exposição volta a ser reafirmada textualmente por Marx.

É pressuposto, a seguir, que o capital percorra seu processo de circulação de modo normal [isto é, se abstrai aqui, qualquer possibilidade de ocorrência de crises que interrompam a reprodução social do capital em sua normalidade de laboratório]. A análise mais pormenorizada desse processo pertence ao Livro Segundo.¹⁹

— Aqui, portanto, as crises continuam surgindo como cri-

19 O Capital — Livro I, volume II, p. 143. MEW 23, p. 589. As possíveis interrupções da reprodução social do capital ficaram abstraídas porque o capital, aqui, continua sendo analisado em sua generalidade abstrata e indiferenciada. Somente no Livro Segundo, na Seção terceira, o capital geral se diferencia internamente em capital produtor de meios de produção e capital produtor de meios de consumo. Esta diferenciação, ainda, é uma diferenciação meramente funcional e técnica baseada no valor de uso do produto.

ses meramente potenciais e abstratas, porém, carregando determinações que vão sendo ampliadas em forma de espiral. “*Enca-ramos, portanto, de início a acumulação em abstrato, isto é, como mero momento do processo direto de produção*”²⁰. A análise da crise em sua realidade mais acabada deve ser abstraída da exposição por um motivo muito simples: a crise é a interrupção brusca do processo de valorização do valor, é o momento em que este processo sofre uma fissura inconciliável. Como *O Capital* é a exposição conceitual do processo de valorização do valor, qualquer interrupção real e total deste processo deve ser abstraída para que possamos compreendê-lo em sua pureza de laboratório. Os Livros Primeiro e Segundo não apenas expõem as contradições do capital como, ainda, as ampliam conceitualmente, fazendo com que elas prossigam o seu curso corriqueiro. Somente no Livro Terceiro, porém, as contradições começam a aparecer como contradições que apontam para o bloqueio definitivo de todo o processo de movimento do capital, conceitualmente e realmente²¹.

Como o capitalista acumula capital convertendo sua renda em capital e, assim, diminuindo sua participação relativa no desfrute da riqueza social; como a acumulação de capital se desenvolve restringindo o consumo relativo, tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora, então, está posta aí uma nova possibilidade de produção e consumo da riqueza se separarem de forma violenta e explosiva. Como a acumulação de capital converte a produção capitalista numa produção pela produção sem

consideração imediata pelo consumo humano, então, a possibilidade de uma fissura inconciliável entre produção e consumo está novamente posta pelo caráter capitalista da reprodução social. A reprodução social do capital não apenas reproduz anualmente, em escala simples ou ampliada, a riqueza consumida durante o ano, mas reproduz, sobretudo, em escala simples ou ampliada, todas as contradições da sociedade capitalista, expostas ao longo do Livro Primeiro e aparentemente, em parte, resolvidas pela exposição.

A acumulação com composição orgânica crescente do capital põe novas contradições no ser-capital. Com composição orgânica crescente, o capital se desenvolve numa escala cada vez mais veloz, enquanto que a capacidade de consumo total da classe trabalhadora tende a cair relativamente. A acumulação com composição orgânica crescente do capital põe uma nova distância e separação entre o conjunto da classe trabalhadora e o conjunto da produção social em crescimento. Com acumulação baseada na composição orgânica crescente do capital, o fosso entre produção e consumo se alarga a escalas cada vez mais assustadoras. Enquanto o ser-capital se reproduz numa velocidade crescente, a capacidade de consumo da classe trabalhadora se reproduz com a mesma velocidade, contudo, numa direção inteiramente oposta. Na mesma medida em que cresce o poder de produção do capital cai a capacidade de consumo total da sociedade. Desta contradição, surge uma nova possibilidade de crise para o capital.

Com a concentração e centralização do capital novamente a possibilidade de uma crise se põe no caminho da acumulação capitalista. Com a concentração e centralização do capital, as forças produtivas do trabalho social ganham novo impulso e

20 *O Capital* – Livro I, volume II, p. 143/144. MEW 23, p. 590.

21 Ainda que essa tendência já seja apontada ao final do Livro I, particularmente, no capítulo XXIV.

rompem todas as barreiras nacionais postas pela reprodução simples. Por outro lado, porém, o pequeno produtor cai na ruína e massas inteiras de trabalhadores são jogadas no exército industrial de reserva. O gosto pelo consumo esbanjador e luxuoso dos novos capitalistas em ascensão não compensa a queda na demanda social, pois esse consumo em alta desenvolve-se apenas no interior de uma camada cada vez mais restrita da sociedade. O fosso entre produção e consumo social volta, assim, a se reabrir e a possibilidade de uma separação abrupta e violenta entre o polo da produção e o polo do consumo volta a ser reposta pelo próprio capital.

Frente à lei geral da produção capitalista, produzir segundo o nível das forças produtivas já desenvolvidas e segundo a gula irracional e desmedida do capitalista individual por sobre-trabalho humano, se contrapõe agora uma nova lei geral da acumulação capitalista: o empobrecimento cada vez mais profundo da classe trabalhadora mundial, tanto da camada ativa quanto da camada inativa. As forças da produção em alta voltam a se chocar de modo cada vez mais violento e catastrófico com as forças do consumo em queda. Na mesma medida em que se desenvolve a riqueza capitalista, se desenvolve ao seu lado, a miséria da sociedade e a possibilidade de uma nova separação violenta entre produção e consumo social. Como afirma Marx:

Dia após dia, torna-se, portanto, mais claro que as relações de produção, em que a burguesia se move, não têm caráter unitário, simples, mas dúplice; que nas mesmas relações em que se produz a riqueza também se produz a miséria; que nas mesmas relações em que avança o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva; que essas

*relações só produzem a riqueza burguesa, isto é, a riqueza da classe burguesa, sob aniquilamento contínuo da riqueza dos membros individuais dessa classe e criação de um proletariado sempre crescente.*²²

Finalmente, com a análise da acumulação originária do capital, no capítulo XXIV do Livro Primeiro, o princípio que fundamenta a separação entre produção e consumo e entre trabalhador e riqueza produzida está inteiramente exposto. Com a análise da acumulação originária do capital, o princípio (princípio originário enquanto *arkhé* e *Grund*) que fundamenta todas as contradições do capital, desde as mais simples e abstratas às mais determinadas, está finalmente desvelado. A sociedade capitalista e suas insolúveis contradições se fundamentam na mais completa separação do trabalhador dos meios de produção. As crises do capital possuem seu princípio mais imanente nesta separação histórica do trabalhador dos meios de produção. Todas as antíteses e contradições mais ou menos desenvolvidas da acumulação capitalista possuem como pressuposto esta separação histórica do trabalhador dos meios de produção.

Com a análise da acumulação originária do capital, finalmente, todo o segredo do movimento conceitual está desvelado: o movimento contraditório das categorias e as sucessivas crises potenciais do capital emanam da natureza contraditória do próprio capital e da absoluta incompatibilidade entre trabalhador e capitalista. As crises e a série interminável de contradições do capital expressam nada menos que o desenvolvimento desta oposição inconciliável entre trabalho e capital. Todos os concei-

22 O Capital – Livro I, volume II, p. 201. MEW 23, p. 675. Nota 88 de Marx.

tos e contradições revelados durante o longo processo de exposição refletem apenas esta separação real entre o trabalhador e os meios de produção objetivos da riqueza. Exposta, assim, esta separação como fundamento para o movimento contraditório das categorias e para a origem das próprias crises potenciais do capital, surge a negação da negação, onde o capital, após negar o direito de propriedade à massa trabalhadora da sociedade é negado pela revolução socialista, e já se aponta que a superação das crises implica na superação das classes e assim na superação do próprio modo de produção capitalista.

Livro Segundo: exposição das contradições potenciais e abstratas contidas na esfera da circulação e realização da mais-valia

Expostas as contradições da produção de mais-valia do Livro Primeiro e apontado o caminho de sua superação, Marx parte, no Livro Segundo, então, para a análise particularizada das contradições da realização da mais-valia. Do mesmo modo que no Livro Primeiro, o processo é aqui analisado em seu transcurso de laboratório, isto é, em seu transcurso ainda relativamente abstrato e ideal, ainda que absorvendo as determinações obtidas no livro Primeiro.

Exposto o fundamento do capital e das crises, a exposição das contradições na esfera da circulação da riqueza do Livro Segundo parte desse resultado. O ponto de partida, ainda que abstrato, está, porém, mais determinado que anteriormente. Agora partimos da esfera da circulação do produto como produto do capital e não de uma abstrata esfera da circulação simples

de mercadorias como concebia Marx no começo do Livro Primeiro.

Marx esclarece logo no começo que no Livro Primeiro tratou-se de desvendar os mistérios do capital no seu processo de produção da mais-valia. Agora se trata de desvendar os mistérios do capital no seu processo de circulação e realização da mais-valia. No Livro Primeiro, o caráter útil dos produtos do trabalho humano só entrava em consideração na medida em que ajudava a entender o caráter meramente formal da circulação. Agora, contudo, a mera formalidade da troca não é mais suficiente para desvendarmos os mistérios do capital. Agora, o conteúdo da troca e o caráter útil das coisas devem ser considerados na exposição. A forma do ato [*Form des Vorgangs*] já não é mais suficiente. Agora, devemos analisar o ‘conteúdo material’ das trocas [*stofflicher Gehalt*] e o caráter especificamente útil das mercadorias que trocam de lugar com o dinheiro²³. Como se vê, mesmo que a exposição continue no Livro Segundo num alto grau de abstração, ela está, no entanto, muito mais determinada que no Livro Primeiro, pois, parte das conclusões alcançadas nele: agora não basta mais apenas a formalidade dos atos de compra e venda, agora é fundamental a análise e exposição do conteúdo destes atos²⁴.

Dirá Marx na análise da conversão do dinheiro em Mercadoria no Livro Segundo, especificamente na análise da conversão do dinheiro em força de trabalho, que:

23 O Capital - Livro II, volume III, Coleção Os Economistas, SP: Editora Abril Cultural, 1988, p. 24. MEW 24, p. 32.

24 O Capital - Livro II, volume III, p. 27. MEW 24, p. 37.

... a relação de classe entre capitalista e trabalhador assalariado já existe, já está pressuposta [vorausgesetzt] no momento em que ambos se defrontam no ato $D - FT$ ($FT - D$ da perspectiva do trabalhador). É compra e venda, relação monetária, porém uma compra e uma venda em que se pressupõem [vorausgesetzt] o comprador como capitalista e o vendedor como trabalhador assalariado, e essa relação está dada pelo fato de que as condições para a realização da força de trabalho — meios de subsistência e meios de produção — estão separadas [getrennt], como propriedade alheia, do possuidor da força de trabalho.²⁵

Uma vez que a mais-valia está produzida, uma vez que todas as contradições que surgiram da esfera da produção foram superadas, trata-se, então, agora, de realizar a mais-valia convertendo-a em dinheiro. Por isso, no Livro Segundo, o processo de valorização capitalista desdobra-se em processo de produção e processo de circulação de mercadorias. Contudo, para que o processo de realização possa ser observado em sua pureza de laboratório, a esfera da produção será, agora, abstraída e tomada como mero dado já compreendido abstratamente no Livro Primeiro.

O processo de valorização do capital-industrial começa, no Livro Segundo, se desdobrando na tripla forma funcional de capital-monetário, capital-produtivo e capital-mercadoria. Estas formas funcionais do capital industrial não apenas fluem num movimento contínuo e sucessivo como, ainda, correm paralelamente uma ao lado da outra. O capital apresenta-se pela pri-

25 O Capital - Livro II, volume III, p. 27. MEW 24, p. 37

meira vez como processo verdadeiramente contínuo e ininterrupto de valorização do valor. O capital aparece, assim, como movimento e nunca como repouso. A possibilidade de uma crise e interrupção brusca da reprodução do capital surge da possibilidade de uma forma funcional não se converter na forma seguinte com o mesmo fluxo e velocidade habituais. Se o dinheiro não se converter em mercadoria, se esta não se converter em nova mercadoria prene de mais-valia e se esta, por sua vez, não se converter em mais-valor num determinado tempo médio, então, todo o processo cai por terra e a crise torna-se possível. Se o capitalista não consegue vender suas mercadorias por um preço médio e num tempo certo, “então eclode a crise”²⁶.

A possibilidade de uma separação brusca da reprodução do capital surge, ainda, porque a produção capitalista é produção em larga escala e não produz, por isso, diretamente para o consumidor individual, mas, sim, para o grande comerciante atacadista. Como entre a produção em larga escala da grande indústria e o consumidor individual final se interpõem o comerciante atacadista e o comerciante varejista, cresce a possibilidade do mercado ser inundado por um excesso de mercadorias além das necessidades individuais. Como do ponto de vista do industrial sua mais-valia já está realizada na venda ao grande comerciante atacadista, então, o tempo de circulação da mercadoria que vai das mãos do grande comerciante atacadista às mãos do consumi-

26 O Capital - Livro II, volume III, p. 54. MEW 24, p. 81. “Se o intervalo se prolonga, de modo que as mercadorias que de novo saem das esferas de produção ainda encontram o mercado ocupado pelas antigas, sucede congestão, obstrução; o mercado fica abarrotado, as mercadorias se depreciam, há superprodução” (Teorias da Mais-valia - Volume III, p. 1330).

dor final é preenchido pelo fabricante com tempo de produção de novas mercadorias. Enquanto parte das mercadorias velhas ainda circula no mercado em busca do consumidor final, novas mercadorias são continuamente lançadas, inundando o mercado com excesso de produtos.

As revoluções periódicas do valor põem novas possibilidades de uma separação violenta entre produção e consumo. Caso o valor das mercadorias sofrer uma brusca e violenta mudança durante o processo de realização do valor, o processo de produção pode entrar em colapso porque o capitalista individual não conseguirá realizar o valor integral das mercadorias e, caso trabalhe com dinheiro alheio, suas dívidas não serão quitadas integralmente, podendo entrar em falência por insolvência com os credores. Quanto mais profundas forem as revoluções do valor maior a tendência do capital individual se lançar em aventuras na esfera da especulação comercial e abalar ainda mais as condições para a reprodução normal do capital-industrial. Como escreve Marx:

Quanto mais agudas e freqüentes se tornam as revoluções de valor [Wertrevolutionen], tanto mais se impõe, atuando com a violência de um processo natural elementar, o movimento automático do valor autonomizado em face da previsão e do cálculo do capitalista individual, tanto mais se torna o curso da produção normal vassalo da especulação anormal, tanto maior se torna o perigo para a existência dos capitais individuais.²⁷

Uma nova possibilidade de crise surge da seguinte con-

27 O Capital - Livro II, volume III, p. 73/74. MEW 24, p. 109.

tradição do capital: como sua oferta total no mercado é $M' = c + v + m$ (Mercadoria preenhe de mais-valia = capital constante + capital variável + mais-valia), mas sua demanda é apenas $M = c + v$, a parte da produção correspondente a m circula no mercado sem encontrar diretamente comprador como o encontram c e v . A demanda capitalista, por isso, é sempre menos desenvolvida que a oferta de produtos. O mercado de consumo, deste modo, necessita ser continuamente expandido para todos os poros do planeta para que a gula irracional do capital por mais-valor seja saciada. Como oferta e demanda capitalista se ligam por laços fortuitos e ocasionais e nunca por um plano social racionalmente pensado, a possibilidade de ocorrer uma fissura entre produção e consumo e uma crise abrupta entre estes polos são possibilidades postas pelas próprias contradições do capital.

Como tempo de produção e tempo de circulação da mercadoria são tempos reciprocamente excludentes²⁸, o capital tende a desenvolver as forças produtivas do trabalho social empregado na esfera da circulação de mercadorias unicamente para converter todo o tempo de circulação em tempo de produção de novas mercadorias. Como, ainda, o tempo de produção é um tempo que não valoriza o valor-capital; como tempo de produção e tempo de trabalho são tempos reciprocamente excludentes, o capital tende, então, a desenvolver as forças de produção da sociedade para eliminar esta oposição e converter todo o tempo de produção em tempo de trabalho. Com esta du-

28 O tempo de circulação [Umlaufszeit] do capital limita [beschränkt], portanto, em geral seu tempo de produção [Produktionszeit] e, por isso, seu processo de valorização [Verwertungsprozeß]. O Capital - Livro II, volume III, p. 86. MEW 24, p. 128.

pla contradição — tempo de produção *versus* tempo de circulação e tempo de produção *versus* tempo de trabalho —, o capital tende a desenvolver alucinadamente todas as forças produtivas do trabalho social para converter todo o tempo dos homens em tempo de produção de novas mercadorias. Como o tempo destinado ao consumo humano não é posto racionalmente pelo capital; como o tempo dos homens destinado ao consumo é um tempo que está fora do controle do capital; como este tempo é um tempo posto fortuitamente, então, a possibilidade do mercado ser inundado por mercadorias invendáveis está posta pela contradição entre tempo de produção *versus* tempo de trabalho e tempo de produção *versus* tempo de circulação.

Como o capital fixo é uma forma de capital que está em contradição com o conceito de capital; como no conceito de capital está pressuposto o movimento contínuo do valor e sua passagem ininterrupta de uma forma de valor a outra, então, o capital tende novamente a desenvolver todas as forças produtivas da sociedade para reduzir esta oposição entre o capital fixo, que permanece contraditoriamente em repouso por certo número de anos sem se valorizar, e o conceito geral de capital.

Uma vez que as contradições do capital-industrial - este, tomado como um capital individual qualquer em seu processo ininterrupto de valorização do valor -, foram expostas e ao mesmo tempo superadas pela exposição, na Seção Terceira do Livro Segundo se tratará, então, da exposição e superação das contradições do capital global da sociedade na esfera da realização do valor. Na análise dos esquemas de reprodução social do capital, dirá Marx, que o princípio usado nas seções anteriores, I e II, não serve mais para a análise da reprodução global do capital. Nas

seções I e II do Livro Segundo, Marx partira da análise de um capital individual agindo em sua forma pura, isto é, como parte autonomizada do capital em geral. Esta forma de exposição já não serve mais, porque agora se trata de analisar a reprodução do capital enquanto capital global, isto é, enquanto capital social.

Nas seções anteriores, bastava analisarmos a atuação de um dado capital individual em sua pureza de laboratório para conhecermos o movimento geral de qualquer forma particular de capital industrial. Nas seções I e II, tomávamos como ponto de partida para a exposição a atuação de um capital qualquer investido em um certo ramo da produção industrial independente de suas conexões com outros ramos. *“Temos de examinar agora o processo de circulação... dos capitais individuais como componentes do capital social total, portanto, o processo de circulação desse capital social total”*²⁹. Agora, apesar do alto grau de abstração, o capital social será analisado em suas diferenças internas, como capital produtor de meios de produção e capital produtor de meios de consumo. Isto é, as diferenças de conteúdo devem agora substituir a mera formalidade das transações de mercado. Enquanto analisávamos a reprodução do capital social apenas do ponto de vista do valor e da reposição deste, como na análise das seções I e II, a exposição meramente formal era suficiente para desvendarmos os mistérios da produção capitalista. *“Essa maneira formal de exposição [formelle Manier der Darstellung] já não basta quando se considera o capital social total [gesellschaftlichen Gesamtkapitals] e o valor de seus produtos”*³⁰.

29 O Capital - Livro II, volume III, p. 246. MEW 24, p. 353.

30 O Capital - Livro II, volume III, p. 275. MEW 24, p. 393.

Apesar de incorporar uma determinação qualitativa na exposição, esta continuará se desenvolvendo num alto grau de abstração. Os produtos, por exemplo, continuarão sendo trocados pelo seu valor individual; os preços se manterão estáveis durante o processo, isto é, serão abstraídas as revoluções do valor que possam ocorrer; a depreciação do capital fixo será abstraída; será abstraído, também, o comércio exterior, pois todas as relações de troca se realizam dentro de um mesmo mercado, o mercado mundial; não existem nações não-capitalistas, todas as transações se realizam dentro da sociedade capitalista; não existem classes sociais além das duas classes fundamentais da sociedade capitalista: trabalhadores e capitalistas; não existe Estado ou governo interferindo nas relações de troca entre os diferentes departamentos da produção; não há progresso técnico, pois, para fins de pureza, todas as mudanças de paradigma tecnológico foram abstraídas. Enfim, a exposição das contradições do capital social, apesar de avançar muito em relação às seções I e II do Livro Segundo, e mesmo em relação ao Livro Primeiro, continuará sendo realizada num nível bastante elevado de abstração.

Segundo o conteúdo, o capital social será dividido em dois grandes departamentos: o Departamento I (produtor de meios de produção) e o Departamento II (produtor de meios de consumo). Segundo o valor, o capital social será dividido em capital constante (c), capital variável (v) e mais-valia (m). Assim, a reprodução anual do capital global pode ser expressa pelo seguinte esquema:

$$I = c + v + m \quad (I = I_c + I_v + I_m)$$

$$II = c + v + m \quad (II = II_c + II_v + II_m)$$

Supondo a reprodução simples, o esquema encontrará seu equilíbrio caso $I(v+m)$ seja igual a II_c . Caso a soma aplicada em salários e mais-valia no Departamento I for igual à soma aplicada em capital constante no Departamento II, o sistema entrará automaticamente em equilíbrio.

Caso a reprodução se realize em escala ampliada, o esquema entra em equilíbrio se alcançar as seguintes condições: 1) Que $I_v + I_m$ seja maior que II_c . Esta condição se faz necessária porque a expansão da produção sob uma escala mais elevada exige uma produção adicional de meios de produção do Departamento I suficiente para atender tanto a nova demanda adicional de I quanto de II. 2) Que $I_c + I_v + I_m$ seja maior que $I_c + II_c$. A quantidade de meios de produção produzidos deve ser superior à quantidade de meios de produção consumidos para que não apenas reponha estes últimos como permita a ampliação da produção. 3) Que $II_c + II_v$ seja inferior a $I_m + II_m$. Se as receitas de I e II fossem equivalentes ao total dos meios de consumo produzidos e se investissem na sua aquisição, não sobraria mais-valia para acumular como capital. 4) Que $II_c + II_v + II_m$ seja maior que $I_v + II_v + I_m1 + II_m1$ ³¹. Só assim haverá meios de consumo excedentes para os novos operários adicionais que se incorporarem ao processo de ampliação da produção.

Os esquemas e condições para a reprodução do capital social são esquemas e condições inteiramente abstratos e servem apenas para mostrar as condições idealizadas e perfeitas para uma acumulação de capital ininterrupta e sem crises. Contudo, como a totalidade das forças produtivas da sociedade capitalista

31 I_m1 e II_m1 são expressões que representam a parte da mais-valia dos capitalistas destinada a contratação de trabalhadores suplementares.

se distribui entre os diferentes ramos da produção segundo o gênio auto-determinante do capitalista individual e não segundo um plano racional da sociedade, a possibilidade de ocorrer uma crise provocada por uma aplicação desproporcional de trabalho entre os diferentes ramos e sub-ramos da produção se torna bastante evidente.

Como a riqueza anual da sociedade se reproduz segundo o nível das forças produtivas já desenvolvidas e segundo a gula irracional do capital individual por sobretrabalho humano, e não segundo um plano previamente traçado pela sociedade que distribui racionalmente todas as forças produtivas segundo suas necessidades de consumo, então, a possibilidade de uma separação violenta entre produção e consumo humano, provocada por uma aplicação desproporcional do trabalho social entre todos os ramos da produção, está novamente posta. Uma oferta de mercadorias compatível com sua demanda nunca surge como produto da inteligência e racionalidade humanas, mas, sim, como produto do arbítrio do capitalista individual, da irracionalidade da concorrência e das diferentes interações e luta entre os capitais privados³².

No esquema da reprodução social do capital da Seção Terceira do Livro Segundo, o capital ainda é analisado como sendo um único e imenso capital que domina toda a sociedade. Aí, o capital ainda é visto como abstração, isto é, como universalidade indiferenciada. As diferenças que surgem no interior do capital social são diferenças funcionais, como a diferença entre capital-

32 Uma “produção proporcionada resulta sempre da produção desproporcionada na base da concorrência” (Teorias da Mais-valia - Volume II, p. 955. MEW 26.2, p. 521).

-monetário, capital-mercadoria e capital-produtivo, e como capital produtor de meios de produção e capital produtor de meios de consumo. Estas diferenças não são as mesmas diferenças postas na análise da repartição da mais-valia do Livro Terceiro. Na análise da repartição da mais-valia o capital social se fragmenta numa pluralidade de capitais individuais que se opõem e disputam ferreamente pela apropriação da maior massa da riqueza social para si próprios.

A superação das abstrações dos esquemas de reprodução social só pode ser realizada na mesma medida em que colocarmos sob análise não mais o capital em sua generalidade abstrata, mas, sim, o capital em sua realidade concreta, o capital enquanto pluralidade de capitais, o capital enquanto universalidade diferenciada e conflituosa.

Desde as primeiras páginas do Livro Primeiro, onde analisávamos a forma-mercadoria do produto e suas insolúveis contradições, até as últimas páginas do Livro Segundo, onde analisávamos a reprodução do capital social, operávamos sempre com um alto grau de abstração. Nosso objeto foi sempre, desde o começo até agora, o capital visto em sua generalidade abstrata sem diferenciação interna, o capital visto como totalidade indiferenciada que se desenvolve mediado por uma série de formas funcionais e que sempre retorna a seu ponto de partida. O capital em sua existência real, contudo, existe como pluralidade de capitais privados, individuais, autônomos e independentes entre si. O capital não existe sem a pluralidade de capitais individuais e a concorrência que eles mutuamente exercem um sobre o outro³³.

33 Caso não houvesse a concorrência e a sociedade fosse dominada por

Todas as contradições encontradas até aqui são contradições potenciais e a crise e a explosão violenta destas contradições permanecem suspensas e como possibilidade abstrata enquanto não superarmos as abstrações do capital em geral e pormos o capital enquanto pluralidade de capitais privados e individuais, os quais disputam ferreamente entre si a apropriação da mais-valia global já realizada. Nossa análise sobre as crises ainda permanece no campo das possibilidades porque até aqui analisamos unicamente as leis internas e gerais da sociedade capitalista, seja no âmbito da produção da mais-valia, Livro Primeiro, ou de sua realização, Livro Segundo. Cabe ainda analisar como estas leis se convertem em realidade ou efetividade (*Wirklichkeit*) na sociedade capitalista. Postas as leis gerais da sociedade capitalista em toda a sua necessidade interna, cabe ainda analisar como estas leis se exteriorizam na superfície da sociedade capitalista. Cabe ainda em nossa exposição pôr a pluralidade e a livre concorrência entre os irmãos que se odeiam, realizando estas leis internas, pois “a livre concorrência impõe a cada capitalista individualmente, como leis externas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista”³⁴. Não é possível imaginarmos uma sociedade capitalista desenvolvida

poucos e grandes monopólios que compensassem as baixas taxas de lucro com grandes massas dele “o fogo vivificador da produção estaria extinto. Ela adormeceria. A taxa de lucro é a força impulsionadora da produção capitalista, e só se produz o que é à medida que pode ser produzido com lucro” (O Capital – Livro III, volume IV, Coleção Os Economistas. SP: Editora Abril Cultural, 1988, p. 185/86. MEW 25, p. 269).

34 O Capital - Livro I, volume I, p. 206. MEW 23, p. 286. “Die freie Konkurrenz macht die immanenten Gesetze der kapitalistischen Produktion dem einzelnen Kapitalisten gegenüber als äußerliches Zwangsgesetz geltend”.

sem o capital privado e a livre-concorrência³⁵. Consideramos

35 Usamos o termo livre-concorrência no seguinte sentido. Não acreditamos que tenha existido na história do capitalismo uma fase marcada pela livre-concorrência que se opõe à chamada fase monopolista. A livre-concorrência, aqui, é apenas uma abstração usada por Marx para explicar como se daria a distribuição da mais-valia global entre os diferentes capitais individuais, entre os capitais com diferentes composições orgânicas, em condições puras, isto é, em condições ideais. A livre-concorrência se caracteriza por ser uma condição na qual nenhum capital individual possui poder sobre outros capitais maior que o poder conferido por seu próprio capital privado. As diferenças de poder entre os diferentes capitais são diferenças que surgem das diferentes composições orgânicas de cada capital individual. Sendo assim, todas as diferenças individuais são diferenças equalizadas pela lei do valor. Isto é: na livre-concorrência, supõe-se que haja um equilíbrio perfeito de mercado, um equilíbrio perfeito entre oferta e demanda. Supõe-se que o poder de cada capital individual é um poder meramente econômico, medido pelo poder de seu próprio capital, que a influência, maior ou menor sobre o mercado, sobre o controle das fontes de matérias primas, sobre os preços, sobre a oferta, sobre as condições de circulação e comercialização da riqueza e sobre a qualidade do produto emanam da grandeza relativa de seu capital. A livre-concorrência possui, nesta altura da exposição, um papel bem determinado: ela não funda as leis gerais da acumulação capitalista, como pensam de modo geral os economistas clássicos, mas, sim, converte em realidade as leis gerais e abstratas do sistema, leis fundamentadas na separação entre trabalhador e meios de produção. Neste sentido, vista a livre-concorrência como uma abstração, o Livro Terceiro ainda continua sendo, no geral, um livro com caráter abstrato, já que suas hipóteses não correspondem inteiramente com a realidade efetiva da acumulação capitalista, marcada pelo conflito entre grandes monopólios. Na realidade capitalista sempre imperou o domínio de certas frações individuais do capital social sobre outras frações menores e mais fracas competitivamente. A existência de monopólios sempre foi uma característica do sistema capitalista desde suas origens, vide a luta dos economistas clássicos contra eles, e a chamada fase monopolista do sistema nada mais é, como diz Lênin, a fase final onde os diferentes capitais monopolistas de base comercial, industrial ou bancária se fundem num único e imenso capital individual de base internacional, o capital financeiro. A suposição do domínio da livre-concorrência e do equilíbrio de

que a livre-concorrência tem uma função fundamental na realização das leis internas do capital. Apesar das abstrações dos esquemas de reprodução social, a decisão real sobre onde investir o capital, se no Departamento I ou no Departamento II, cabe ao arbítrio do capitalista individual. Apesar da necessária conexão entre um departamento e outro da produção social, a decisão sobre onde distribuir o trabalho social dentro da sociedade cabe a uma série infindável de decisões arbitrárias e pulverizadas emanadas do capitalista privado e individual.

A crise do capital vista em sua realidade concreta só pode ser compreendida, por isso, na medida em que superarmos a análise abstrata do capital e pormos em ação a pluralidade de capitais e a livre-concorrência.

*A crise real [reale Krisis] só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito, enquanto provém das determinações de forma do capital [Formbestimmungen des Kapitals], as quais lhe são peculiares e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e de dinheiro.*³⁶

Nossa análise ainda permanece no nível da abstração por-mercado, equilíbrio entre oferta e demanda, é necessária para se “observar os fenômenos na figura que corresponde a seu conceito (Begriff), isto é, para observá-los independentemente da aparência (Schein) provocada pelo movimento de procura e oferta”. A abstração dos movimentos de oferta e procura e a suposição de um equilíbrio perfeito de mercado servem, ainda, “para descobrir e, de certo modo, fixar a tendência real [wirkliche Tendenz] de seu movimento [do capital]” (O Capital - Livro III, volume IV, p. 139 – MEW 25, p. 199).

36 Teorias da Mais-valia - Volume II, p. 948. MEW 26.2, p. 513.

que até aqui analisamos somente a relação do capital em geral com a classe trabalhadora, objeto do Livro Primeiro, e a relação do capital em geral consigo mesmo, isto é, a relação do capital em geral com suas múltiplas formas funcionais que operam na esfera da circulação e realização da mais-valia, objeto do Livro Segundo. Cabe ainda analisar o capital enquanto pluralidade de capitais privados, individuais, autônomos e divergentes entre si.

Enquanto todas as contradições do capital não forem expostas, inclusive as contradições da concorrência, as crises do capital permanecem no âmbito da mera possibilidade formal. Como diz Marx: “*As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa*”³⁷. Quanto mais superarmos as abstrações e possibilidades da crise presentes nas contradições mais simples do capital - como a contradição entre valor de uso e valor, mercadoria e dinheiro, processo de trabalho e processo de valorização, tempo de produção e tempo de circulação, produção e realização da mais-valia etc. - e quanto mais nos aprofundarmos na análise das contradições da sociedade capitalista, mais avançaremos da simples possibilidade formal da crise até sua realidade efetiva. E quanto mais nos aproximarmos da realidade concreta da sociedade capitalista, mais necessário se tornará para nós demonstrar que “*as formas abstratas [abstrakten Formen] dele [do capital] são interativas e se contêm nas mais concretas [konkreten]*”³⁸, isto é, mais necessário será demonstrar que as formas expostas

37 Teorias da Mais-valia - Volume II, p. 945. MEW 26.2, p. 510. “Die Weltmarktkrisen müssen als die reale Zusammenfassung und gewaltsame Ausgleichung aller Widersprüche der bürgerlichen Ökonomie gefaßt werden”.

38 Teorias da Mais-valia - Volume II, p. 945. MEW 26.2, p. 510.

anteriormente se contêm nas formas postas pela concorrência do Livro Terceiro.

As formas e contradições abstratas dos Livros Primeiro e Segundo não foram ainda verdadeiramente resolvidas. Todas as contradições expostas até aqui foram resolvidas apenas para fins metodológicos, apenas para garantir que a exposição destas formas e contradições fosse realizada sem as deformações emanadas da esfera tortuosa da concorrência.

Livro Terceiro: conversão das possibilidades formais e abstratas da crise em realidade.

Marx começa o Livro Terceiro dizendo que:

*As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção*³⁹.

Agora não se trata mais de encontrar novas categorias que desvelem a natureza interna da acumulação capitalista, mas se trata, sim, de desvendar os mistérios e fetiches emanados da concorrência e denunciar o caráter ideológico das categorias econômicas do capitalista prático e seus economistas. Nesta dialética, o lucro e a taxa de lucro se convertem em meras formas fenomênicas, fetichizadas e transmutadas da mais-valia e da taxa de mais-valia.

39 O Capital - Livro III, volume IV, p. 21. MEW 25, p. 33.

Produzida e realizada a mais-valia global, agora se trata de reparti-la entre a confraria dos capitalistas privados e individuais. No Livro Terceiro, finalmente, o capital converte-se em realidade. Postas a pluralidade de capitais e a fúria da concorrência travada entre os diferentes irmãos inimigos, todas as contradições e conceitos abstratos analisados e desenvolvidos nos Livros Primeiro e Segundo se convertem em realidade. Agora, não apenas estão postas abstratamente as leis e tendências gerais da sociedade capitalista, mas, sobretudo, estão postas as condições necessárias para a conversão destas leis abstratas e genéricas em realidade. A fúria da concorrência e a luta desencadeada entre os muitos irmãos inimigos que se odeiam convertem em realidade agora todas estas abstratas e genéricas leis desenvolvidas nos Livros Primeiro e Segundo. Postas as tendências e leis gerais do capital nos dois primeiros livros, no Livro Terceiro tratar-se-á, então, de realizá-las. Do mesmo modo, postas as possibilidades mais genéricas e abstratas da crise nos dois primeiros livros, trata-se agora de converter estas possibilidades de crise em realidade.

A crise se converte em realidade porque agora, no Livro Terceiro, não se trata mais de analisar a sociedade capitalista com seus conceitos e leis gerais, mas se trata, sim, de analisar como estes conceitos e leis gerais se realizam na realidade concreta, na realidade turvada pela pluralidade de capitais, pela concorrência e luta pela apropriação da mais-valia já produzida e realizada. Neste nível concreto, as diversas possibilidades abstratas de crise se convertem em realidade porque o fim de todo capitalista individual é a apropriação da maior massa de lucro possível, a forma mistificada, porém, determinada, da mais-valia. Se cair a

massa de mais-valia apropriada em relação com o capital global aplicado, como tende a cair ao longo do processo de acumulação capitalista, então a crise passa da possibilidade à realidade, porque a finalidade do capital entra em colapso. Com a queda tendencial da taxa de lucro a crise se converte, então, de mera possibilidade em realidade.

Nos Livros Primeiro e Segundo considerávamos que a finalidade de todo capitalista individual era a apropriação da maior massa possível de sobretrabalho em sua forma genérica e abstrata, a forma expressada pela mais-valia. Por isso, os dois primeiros livros não são concebidos como livros que tratam diretamente da realidade capitalista em sua configuração concreta. Na prática diária dos negócios o capitalista individual não almeja se apropriar de mais-valia, mas almeja, sim, se apropriar do lucro, a forma modificada e concreta da mais-valia que remunera o capital não segundo a regra geral do número de trabalhadores que ele emprega, mas, sim, segundo o volume do capital privado empregado.

Como o capitalista prático orienta seu faro para os negócios de acordo com as oscilações na taxa de lucro e não segundo as oscilações na taxa de mais-valia, ele mesmo desconhece a existência desta taxa, toda vez que a taxa de lucro cair a um nível muito baixo, o capital tende a paralisar a produção e converter todas as possibilidades abstratas de crise em realidade. Se a produção se destina diretamente ao consumo humano ou não, se o trabalho no interior da sociedade se distribui de acordo com as necessidades humanas ou não, se os trabalhadores não se reproduzem como trabalhadores, mas como indigentes e se produção e consumo constituem dois polos que se refutam mutuamente

no interior da sociedade, nada disso interessa diretamente ao capitalista individual. Contudo, se o capital individual não se valorizar na mesma taxa habitual e se a cada novo investimento o capital individual se apropriar de uma massa de lucro menor, então todas as possibilidades de crise e interrupções do processo de produção analisadas nos Livros Primeiro e Segundo se convertem em realidade.

Como a queda da taxa de lucro afeta diretamente os interesses do capitalista individual, diferente das diversas possibilidades abstratas de crise dos Livros Primeiro e Segundo que o afetavam apenas indiretamente — lembremos, ainda, que nestes livros o capital individual está abstraído — ele não hesitará em paralisar a produção e pôr em desordem toda a sociedade unicamente para poder atuar como capitalista e voltar a valorizar seu capital dentro de condições melhores. Com a queda tendencial da taxa de lucro, então, todas as diversas possibilidades formais e abstratas de crise expostas nos Livros Primeiro e Segundo explodem simultaneamente no mercado mundial, pondo efetivamente em desordem toda a sociedade capitalista.

Nesta dialética, a queda da taxa de lucro não aparece como *causa* da crise, como supõe grande parte dos estudiosos marxistas das crises, mas aparece, sim, como a forma de expressão concreta e determinada, como a forma de expressão mais visível à percepção sensível dos agentes da sociedade das insolúveis contradições do capital, das contradições entre este e a classe trabalhadora, a classe que produz a riqueza, mas não desfruta dela. A queda na taxa de lucro é a forma de expressão mais visível ao homem comum das contradições menos aparentes da sociedade capitalista porque ele sabe que nada se produz nesta

sociedade caso não dê lucro. Se o lucro cai, logo, interrompe-se a produção. A queda na taxa de lucro é uma forma mistificada de manifestação da crise. Ela não é, de modo algum, sua *causa*. Ela é uma forma mistificada porque esconde dos olhos do trabalhador que a crise eclode exatamente porque há uma oposição inconciliável entre ele e o capitalista, oposição que fica escondida sob o misticismo das palavras do vocabulário burguês, das palavras lucro e taxa de lucro.

A queda da taxa de lucro não representa a causa da crise, mas representa, sim, diz Marx, “*apenas uma expressão [Ausdruck] peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento da força produtiva social de trabalho*”⁴⁰. O aumento da composição orgânica, o aumento da mais-valia global e a queda da taxa de lucro que decorre disso, não são causas da crise, mas, sim, “*apenas formas específicas [besondere Formen] em que se expressa de maneira capitalista a crescente produtividade do trabalho*”⁴¹, elas são “*...apenas outra expressão [Ausdruck] para o progressivo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho...*”⁴². A queda na taxa de lucro é apenas a forma mais visível, aparente e fetichizada tanto da irracionalidade quanto das profundas contradições da sociedade capitalista, contradições estas, escondidas sob o véu mistificador da concorrência e das categorias burguesas, mas, que, inevitavelmente, sempre se mostram nas crises.

40 O Capital - Livro III, volume IV, p. 155. MEW 25, p. 223.

41 O Capital - Livro III, volume IV, p. 173. MEW 25, p. 250.

42 O Capital - Livro III, volume IV, p. 155. MEW 25, p. 222.

A negação da negação e a solução final das contradições do capital.

Apresentando, assim, a teoria das crises em *O Capital* a partir da imanência do modo de exposição (*die Darstellungsweise*), podemos dizer que Marx possui uma teoria *dialética* sobre as crises do capital e não uma teoria *causal*. Esta teoria dialética, contudo, não pode ser encontrada estudando-se um fragmento isolado de texto de *O Capital*, ou alguns trechos da obra, mas, ao contrário, esta teoria só pode ser encontrada estudando-se *O Capital* em seu movimento imanente como e enquanto a exposição contraditória do conceito de capital.

Somente expondo o conceito de capital deste modo dialético, podemos compreender que as crises não são impulsionadas por nenhuma causa especial - como a renovação periódica do capital fixo, a superprodução, o subconsumo, a desproporção intersetorial ou a queda da taxa de lucro -, nem pela mera soma de todas essas chamadas “causas”. Sustentamos que as crises, em Marx, são impulsionadas pelo próprio desenvolvimento dialético da acumulação capitalista, portanto, pelas contradições históricas de classe que são descritas na imanência contraditória das categorias que constituem o conceito de capital. A compreensão das crises, por isso, é inseparável da compreensão do conceito de capital. Assim como teoricamente seria errôneo querer encontrar causas para o conceito de capital, também seria errôneo buscar causas para o conceito de crise.

As crises não possuem uma causa determinada, nem múltiplas causas. Aquilo que a historiografia marxista comumente chama de “causas das crises” nada mais significa do que

manifestações parciais das contradições históricas do conceito de capital. Todas as chamadas “causas das crises” são meras formas de manifestação sensível e aparente de contradições ocultas que não podem ser percebidas por nossos sentidos, de contradições que só podem ser descobertas pela dialética que se eleva do concreto (pressuposto) ao abstrato que retorna ao concreto enquanto concreto posto pelo árduo e longo trabalho da exposição. A noção de crise em Marx é o resultado de *O Capital*, resultado como dissolução do próprio conceito de capital através das suas contradições categoriais, impulsionadas, originariamente na contradição histórica das classes.

O capital, ao superar as formas de trabalho privado da Idade Média, fundou, como nenhum modo de produção anterior, um verdadeiro modo de produção baseado no trabalho social. Este processo, porém, só foi possível mediante a dissolução de todas as formas de propriedade baseadas no trabalho individual. O capital, ao expropriar a propriedade do campesinato livre e ao concentrá-la em mãos dos primeiros capitalistas, fundou historicamente a moderna sociedade do capital. Este primeiro processo de expropriação e socialização do trabalho, ao converter o processo de trabalho individual pré-capitalista num processo de trabalho social, reunindo-o no trabalho cooperativo da grande indústria, representou um ato revolucionário da burguesia e um grande salto no desenvolvimento das forças produtivas. A revolução burguesa significou historicamente um grande passo no processo de socialização das relações de trabalho.

O processo de expropriação originária iniciada nos primórdios do capitalismo não se encerrou, porém, com a expropriação da propriedade camponesa. Prosseguiu no interior

da sociedade burguesa desenvolvida e prossegue a passos colossais ainda hoje, como previu Marx, com a expropriação dos capitais menores pelo grande capital. Processo este acelerado em cada uma das crises. A expropriação sempre crescente do pequeno capital pelo grande, agora no interior da sociedade burguesa desenvolvida, realizou e ainda realiza, novamente, outro salto no processo de socialização do trabalho, pois, ao superar a anarquia da concorrência, funda, contraditoriamente, a grande propriedade monopolista, cada vez mais gigantesca, baseada no sistema acionário mundializado. A anarquia do mercado é superada, ainda que antiteticamente e sob bases capitalistas, pelo controle consciente da produção pelos monopólios.

Os grandes monopólios e o regime de trabalho coletivo por eles organizado, ao fundarem um regime de propriedade acionária mundializado, fundam, ao mesmo tempo, as bases para o fim da livre concorrência e da propriedade privada sob bases capitalistas. Inconscientemente, desenvolve-se, assim, uma forma de produção burguesa com traços não burgueses e uma forma de propriedade antitética que contradiz sua própria natureza burguesa. Os grandes monopólios desenvolvem, de certo modo, no interior do próprio modo de produção capitalista, relações cooperativas de produção que lutam para se libertar do envoltório envelhecido da propriedade privada burguesa.

Ao negar o direito de propriedade real à imensa massa dos pequenos proprietários e ao negar a propriedade dos meios de produção à quase totalidade da humanidade, ao fundar um modo de produção efetivamente social, o capital, em sua forma plenamente desenvolvida, o capital monopolista, não preanuncia, pela primeira vez de forma planetária, a possibilidade de se

negar não apenas a propriedade burguesa, mas toda forma de propriedade privada em geral. Se esse é o resultado do pleno desenvolvimento do conceito de crise em Marx, a crise somente se realizará dessa maneira plenamente concreta se concluída pela negação da negação, pela expropriação final dos expropriadores, ou seja, se impulsionada, como as outras categorias, pela luta de classes, pela negação inacabada e inacabada como a obra de Marx.

Nesse sentido, sabemos que o longo processo de exposição projetado por Marx ficou inacabado não somente na instância da lexis. Assim como o Livro Primeiro foi encerrado expondo-se claramente a luta de classes como a fundadora originária de todas as contradições categoriais do conceito de capital, aquela exposição permaneceu ainda como a *tendência abstrata* do modo de produção capitalista. Também o Livro Terceiro seria encerrado com a luta de classes, a negação da negação. Porém, se Marx pretendia encerrar o Livro Terceiro e, assim, o conjunto da exposição de *O Capital*, expondo a crise, resultado final, como luta de classes, este resultado seria atingido na sua forma mais concreta superando agora a abstração do final do Livro Primeiro, assim como todas as outras abstrações dos livros Segundo e mesmo Terceiro.

No inacabado Capítulo 52 do Livro Terceiro, Marx pretendia encerrar o longo processo de exposição das contradições do capital pondo as classes efetivamente em luta e concluindo, desta forma, a exposição do conceito de crise. A exposição teórica de *O Capital* nunca foi realmente encerrada - e não apenas porque Marx não teve o tempo que lhe faltou para escrever aquelas páginas do Capítulo 52. Este capítulo e a negação da negação do

capital, permanecem até hoje como relativas abstrações, pois, a história do capital persiste em sobreviver às crises. Cabe ao marxismo revolucionário a tarefa de escrever, ele próprio, o último e derradeiro capítulo de *O Capital* e dar à negação da negação, finalmente, um caráter concreto e, assim, “atualizar” Marx, colocando o conceito de crise final em ato⁴³.

43 Sobre o desenvolvimento dialético de *O Capital* e o papel da negação da negação como momento negativo culminante no processo de exposição conceitual veja-se Hector Benoit, “Sobre a crítica (dialética) de *O Capital*”. Revista Crítica Marxista, número 03. SP: Brasiliense, 1996. Veja-se ainda de Hector Benoit, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa”. Revista Crítica Marxista, número 4. S.P: Xamã, 1997.

CAPÍTULO SEGUNDO
A TEMPESTADE DE NOSSOS DIAS:
APONTAMENTOS SOBRE A CONJUNTURA
MUNDIAL E O APROFUNDAMENTO DA
CRISE DO CAPITAL

Prof. Dr. Albani de Barros⁴⁴
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Tendo o desafio de analisar um tema tão amplo e complexo como a conjuntura mundial contemporânea, situando-a a partir do contexto da crise estrutural que a acompanha, é pertinente a utilização da magistral alegoria presente no enredo da peça *A Tempestade*, de Shakespeare. Contudo, quanto a essa metáfora, voltaremos a tratá-la nas considerações finais.

O presente ensaio busca apresentar um panorama sobre alguns aspectos da conjuntura mundial, tendo por fio condutor a análise dos impactos da crise estrutural do capital e o aprofundamento das contradições originárias do processo de acumulação, o que provoca respostas do capital, com a adoção de medidas contra-arrestantes. Como componentes dessa análise, apresentamos alguns apontamentos que, embora tratados de forma sumária, consideramos fundamentais para uma análise de conjuntura

44 Docente colaborador do PPGSS - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFAL. Membro do Colegiado do Curso de Serviço Social da UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social - UFAL. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Ideologia e Serviço Social - UFPB. Membro do GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social da ABEPSS.

sob a perspectiva de uma crítica radical que adotamos.

Os apontamentos tratados ao longo do texto versam sobre os seguintes temas: as características gerais da crise estrutural do capital; a crise e seus desdobramentos para a conjuntura mundial atual; as cinco respostas que o capital tem executado para enfrentar a crise, incluindo a aplicação das políticas neoliberais, a adoção da reestruturação produtiva, o incentivo à continuidade de guerras, a hipertrofia da esfera financeira e, por último, a elevação de todos esses fatores a um novo patamar qualitativo após a crise de 2008; o apontamento seguinte aborda a ampliação do capital fictício, das dívidas e os riscos de uma nova crise; e, no derradeiro apontamento, tratamos das características e contradições do embate entre os Estados Unidos e a China.

As ações postas em movimento nas últimas décadas, sob a pressão e as restrições de uma crise contínua, aprofundam as contradições estruturais entre capital e trabalho. As transformações econômicas e políticas gestadas e desenvolvidas pela chamada reestruturação produtiva, bem como pela aplicação do receituário neoliberal, estimularam as condições para que a tendência de desvalorização da força de trabalho se intensificasse, além de piorar as condições de vida dos trabalhadores.

Como o capital possui uma incapacidade estrutural de tratar as causas fundamentais dos problemas, divorciando o efeito de sua gênese, todos os distúrbios do sistema são tratados apenas como problemas temporários. Nunca são enfrentados do ponto de vista de suas causas essenciais, independentemente das graves implicações que, a longo prazo, possam decorrer desse não enfrentamento (Mészáros, 2002). Sendo incapaz de eliminar sua lógica, pois isso significaria o seu próprio fim, resta-lhe a

nefasta alternativa de destruir tudo o que é vivo, incluindo o ser humano e suas bases materiais de existência.

2.1 Sobre a crise do capital

As crises estão na gênese do capitalismo; não é possível a existência do modo de produção capitalista sem que este esteja constantemente acompanhado por suas crises econômicas. Elas são, essencialmente, o resultado da superprodução de capital, da combinação entre superprodução de mercadorias e superacumulação, sendo o momento predominante o da superacumulação. O movimento de reprodução da acumulação gera uma crescente massa de mais-valia produzida, que necessita ser realizada, metamorfoseada novamente sob a forma de capital monetário e que precisará retornar ao ciclo de acumulação, visto que “a finalidade determinante da produção capitalista é a valorização constante de valor adiantado” (Marx, 2014, p. 235).

À medida que o capital produz contradições, que são resultado de seu metabolismo interno, seus movimentos mais amplos também apresentam um ordenamento de características. Na identificação dos ciclos econômicos, Marx expõe a seguinte ordem: “vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação” (1996, p. 263). Nessa ordem exposta pelo autor de *O Capital*, é possível perceber que a produção de mercadorias e a acumulação de capital, levadas à sua máxima intensidade, são exatamente o elemento impulsionador para o ciclo seguinte: o da crise. De forma sintética: a produção e a acumulação capitalistas, aceleradas à sua máxima velocidade possível, não promovem a reprodução de seus períodos de ascensão a um patamar

superior de virtuosidade. Muito pelo contrário, seu “bom” funcionamento é o que leva ao seu próprio colapso. Na medida em que cresce essa massa de capital valorizado a cada ciclo, a crise se expressa quando ocorre uma interrupção ou são postos severos obstáculos para o processo de valorização.

Se o movimento que leva às crises é o resultado do processo de acumulação capitalista, a tendência à queda da média das taxas de lucro também está sob a mesma gênese. Marx (1996) observa que, no processo de acumulação capitalista, a expansão do capital se realiza por meio da concentração e da centralização de capitais, o que conduz continuamente a um aumento do componente constante e a uma diminuição do capital variável. O problema é que essa lógica provoca novas contradições para o conjunto da economia. No longo prazo, essa dinâmica acaba por estimular uma tendência que é intrínseca ao processo de acumulação: a queda na taxa média de lucratividade.

O aumento da composição orgânica do capital e a maior utilização do capital constante em relação ao componente variável são os elementos que provocam a tendência de queda nas taxas de lucro (Marx, 2017). Mas, se existe uma tendência de queda na taxa média de lucratividade, também é verdade que os capitalistas não ficam imóveis diante disso e buscam mecanismos para seu permanente enfrentamento. É amplo o leque de possibilidades que os capitalistas dispõem para conter essa tendência, e, tal qual o próprio capitalismo, essas possibilidades são constantemente renovadas ou até mesmo ampliadas.

Nesse ponto, é importante destacar que a existência das contratendências não é simplesmente uma resposta *post festum* à tendência de queda nas taxas de lucro. Trata-se de um movimen-

to que a acompanha de forma paralela. Os dois movimentos, a tendência de queda e as estratégias para o seu enfrentamento, são partes constitutivas e medulares das engrenagens da acumulação capitalista, ligadas e indissociáveis ao seu metabolismo.

No volume três de *O Capital*, capítulo XIV, Marx (2017) analisa quais são as estratégias que o capital executa como ações contra-arrestantes, elencando seis possibilidades para aquela realidade histórica. São elas: aumento do grau de exploração do trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e, por último, o aumento do capital acionário (Marx, 2017). Em razão das atuais condições históricas do capitalismo, é possível considerar o acréscimo de elementos como o ímpeto para as guerras e a obsolescência programada.

Nossa hipótese, a partir da análise das condições históricas em que o capitalismo tem se desenvolvido desde as três últimas décadas do século XX, sob o impacto da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002), é que o movimento de contratendência está em curso acelerado no contexto histórico da crise do capital. Em outros termos, as ações contra-arrestantes, que são um processo imanente da acumulação de capital, encontram-se neste momento em curso acelerado, potencializadas por uma crise de caráter contínuo.

2.2 A crise e seus desdobramentos para conjuntura atual

A mais ampla e profunda análise sobre os determinantes do capitalismo contemporâneo e sua crise foi realizada por Més-

záros (2002). O autor indica que estamos vivenciando os efeitos de uma crise estrutural do capital. Para ele, o caráter de continuidade depressiva, com espasmos pífios de crescimento e, principalmente, as consequências sociais que a humanidade enfrenta em razão da ativação dos limites absolutos do capital, evidenciam que estamos diante de uma crise “nunca antes experimentada e numa escala incomparável” (Mészáros, 2009, p. 75). O período de crises cíclicas teria sido superado por uma nova configuração de colapso, agora estrutural, que difere dos ciclos de crise anteriores devido a quatro elementos:

[...] seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]. Seu *alcance* é verdadeiramente *global* [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]. Sua escala de tempo é extensa, contínua e permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...]. (Mészáros, 2002, p. 796, grifos do autor).

Mészáros (2002) assevera que a crise estrutural atinge a totalidade dos complexos sociais, seus subcomplexos e demais esferas articuladas ao metabolismo da sociedade capitalista. Em suma, trata-se de uma crise que ultrapassa a esfera econômica, com fortes reflexos em várias esferas da vida social. Com uma fina ironia, Mészáros argumenta que aqueles que entenderem essa afirmação como demasiadamente dramática, deveriam aten-

tamente observar ao seu redor e indagar: “É possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetadas pela crise?” (2002, p. 800). Entre as várias esferas da vida que se encontram afetadas pela crise, inegavelmente os trabalhadores experimentam uma das mais graves consequências.

A história revela que a emergência de uma crise impõe entraves para o processo de reprodução ampliada de capital. Porém, também é um componente que realimenta o sistema e impulsiona a busca de novas estratégias para a extração contínua de mais-valor. Dessa forma, é uma marca do capital a capacidade de adequação de seu fluxo no enfrentamento dos obstáculos que historicamente são postos por sua própria dinâmica. Esse aspecto possui uma íntima relação com o modelo e a configuração em que a riqueza é acumulada, sob a forma de capital, com a mobilidade e a fluidez que lhes são inerentes.

De acordo com Mészáros (2002), ao longo do desenvolvimento do processo de reprodução do capital, suas dimensões essenciais – produção, consumo e circulação/realização – têm conseguido, com relativo sucesso, expandir-se com essas três unidades agindo num movimento de reciprocidade, “garantindo também a motivação interna necessária para a respectiva reprodução dinâmica em uma escala cada vez mais ampliada” (Mészáros, 2014, p. 28).

Enquanto a reciprocidade dessas três unidades foi mantida com razoável êxito, os limites imediatos puderam ser realocados ou postergados, até mesmo utilizados como “alavancas para o crescimento exponencial do aparentemente ilimitado poder autopropulsivo do capital” (Mészáros, 2014, p. 28). Ocorre que

ao entrarmos na crise estrutural, essa tripla dimensão interna, cuja funcionalidade esteve sempre orientada a proporcionar a expansão do capital, passou a apresentar disfunções cada vez mais severas.

Conforme Mészáros (2002), com a crise estrutural ocorreu uma alteração substancial na profundidade e gravidade nos colapsos econômicos historicamente vivenciados pelo capital. O autor rechaça a possibilidade de uma recuperação substancial e do retorno de uma longa fase de crescimento, tal qual já ocorrera antes. Após os dramáticos anos de depressão iniciados com a crise de 1929, a economia capitalista alcançou, no período posterior à Segunda Guerra mundial, vigorosos índices de crescimento.

O grave para o enfrentamento do atual quadro de crise estrutural é que as fraturas do sistema se tornaram mais desabridas. Isso implica ter de enfrentar e ultrapassar um conjunto extenso de contradições, impregnadas em inúmeros complexos sociais e que atinge diretamente o núcleo da produção capitalista. Porém, mesmo diante desse quadro, o processo ampliado de reprodução do capital não é sustado. A gravidade quanto a manutenção desse processo é que os mecanismos utilizados para a ampliação da acumulação, crescentemente, exigem um custo social maior para a humanidade e, em especial, para os trabalhadores.

2.3 Cinco respostas do capital para enfrentamento da crise

É quase um consenso que o mundo está já há muito tempo numa crise persistente, renitente, com caráter de continuidade.

Como um quadro ilustrativo desse cenário, é suficiente recordar a sequência desses colapsos recentes: crise do petróleo em 1973, a crise de superprodução entre 1974/75, a segunda-feira negra em 1987, crise do peso mexicano em 1994, crise dos tigres asiáticos em 1997, crise do rublo em 1998, crise das pontocom em 2000, crise após a queda das torres gêmeas em 2001, crise argentina entre 2001/2002, a grande depressão de 2008, crise das dívidas europeias entre 2009/2010, crise da pandemia em 2020.

Ao longo desse percurso, as respostas do capital são na tentativa de reacomodar paliativamente as contradições geradas, uma vez que seus graves problemas não podem ser radicalmente eliminados pelos instrumentos de regulação burgueses. Desconsiderando uma ordem cronológica ou de relevância, é possível sintetizar em cinco grandes respostas que o capital tem demandado para enfrentar os impactos e consequências da crise.

A primeira resposta foi a execução das políticas neoliberais, sob o lastro da herança teórica de Hayek e de Friedman, a partir do final da década de 1970. Sua materialização ocorreu por meio de processos de privatização, corte de gastos sociais, aumento de juros, diminuição de impostos sobre os mais ricos, impulso ao desemprego e ataque às organizações políticas dos trabalhadores.

A segunda resposta foi a chamada reestruturação produtiva, que, do ponto de vista conceitual, não se limitou a um período específico, mas constituiu um movimento processual que ainda permanece em curso. No âmbito das relações de produção, isso ganhou concretude com a adoção do modelo toyotista, a introdução de novos aparatos tecnológicos informacionais e novas formas de controle e gestão da força de trabalho, resultan-

do na elevação dos níveis de sobretrabalho e no crescimento da precarização.

A terceira resposta foi a intensificação da hipertrofia da esfera financeira, com um massivo deslocamento de capitais para serem valorizados sob a lógica do capital fictício. Esse movimento representou uma tentativa de acelerar a rotação do capital, à medida que o capital fictício busca antecipar a apropriação de valores que possivelmente serão realizados no futuro. O problema é que, ao ampliar a massa de capitais que precisam ser valorizados, novas contradições são potencializadas.

A quarta resposta tem sido o constante acionamento dos tambores da guerra. O volumoso dispêndio de riqueza no desenvolvimento de instrumentos que ferem, mutilam e matam tem sido algo indissociável do capitalismo monopolista e de sua face imperialista. Desde 2009, observa-se um contínuo crescimento dos gastos bélicos, atingindo, em 2023, o patamar recorde de 2,4 trilhões de dólares (Sipri, 2024). Já o número estimado de vítimas relacionadas a conflitos no mundo aumentou de 153.100, em 2022, para 170.700, em 2023, alcançando o nível mais alto desde 2019 (Sipri, 2024). Ademais, diante da incapacidade da ONU de interferir nos conflitos em curso, como na Ucrânia e na Palestina, o mundo se encontra sob domínio dos interesses dos monopólios bélicos e dos apetites expansionistas imperialistas. O resultado é um processo de armamento descontrolado, bem como o recorrente descumprimento de acordos de controle de armas.

A quinta resposta surgiu após a crise de 2008 e não se trata de uma ação específica ou de um movimento inédito até aquele momento. A partir de então, o que se observa é o apro-

fundamento das quatro dimensões anteriormente citadas, agora elevadas a patamares superiores, expressando uma nova condição qualitativa. Como expressões visíveis desse movimento, destacam-se o acelerado crescimento das dívidas públicas e o ataque, em escala mundial, às normas protetivas do trabalho, por meio de mais de 110 contrarreformas trabalhistas em diferentes países (Adascalietti; Morano, 2016).

Desde 2008, um conjunto de contrarreformas trabalhistas se espalhou mundialmente, intensificando a ofensiva contra os trabalhadores iniciada nos anos 1980, agora sob o impulso da expansão da uberização e da retirada de normativas do polo protetivo do trabalho. Ao analisar as contrarreformas em mais de 110 países entre 2008 e 2014, os pesquisadores Adascalietti e Morano (2016) publicaram, por meio da Organização Internacional do Trabalho, o relatório *Drivers and Effects of Labour Market Reforms: Evidence from a Novel Policy Compendium*. Ao examinar 642 alterações nas legislações trabalhistas pesquisadas, os resultados identificados por Adascalietti e Morano (2016) demonstraram que, embora essas mudanças tivessem o argumento de que tais mudanças seriam capazes de fomentar o emprego por meio da redução do custo da força de trabalho, o que na prática ocorreu foi que acabaram provocando um aumento do subemprego, da informalidade e, em diversos casos, um acréscimo nas taxas de desemprego.

2.4 Capital fictício, dívidas e a sombra de uma nova crise

As formas parasitárias de apropriação de riqueza que

permeiam os ganhos da esfera financeira, enquanto possibilitam lucros elevados com o apoio dos Estados nacionais, também obrigam a esfera produtiva a adotar níveis de exploração mais intensos. Os circuitos de valorização do capital precisam garantir lucros para diversas frações burguesas, isoladas ou em “orgia” com outros capitais dispersos globalmente. Dessa forma, é necessário atender simultaneamente às demandas de lucro dos setores de produção, serviços e comércio, além de saciar o apetite crescente por lucros da esfera rentista, que opera por meio de circuitos globais de valorização.

O atual panorama da quantidade de capital fictício a ser valorizado impressiona pelo seu tamanho e pelas implicações que isso provoca em termos de riscos de um colapso econômico tectônico. Conforme dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS, 2021), os contratos com papéis derivativos em 2020 alcançaram a espantosa marca de 582 trilhões de dólares. Para agravar essa situação, há uma mudança nos padrões de vencimento desses contratos. No caso dos derivativos de ações, esses chegam a ter um prazo inferior a um ano, pressionando ainda mais os credores para a obtenção de liquidez no curto prazo. Considerando o volume desses contratos, para efeito de comparação, o PIB mundial previsto para 2024 deve ser de 105 trilhões de dólares, menos de cinco vezes a soma de capitais fictícios em papéis derivativos.

Já no que tange ao contínuo aumento mundial das dívidas, as revistas econômicas da burguesia, voltadas para dialogar com a própria classe, têm alertado com frequência, desde 2023, para o risco de uma crise de grandes proporções nos próximos anos, exatamente devido a esse crescimento acelerado. A dívida

mundial, em março de 2024, alcançou a cifra de 315 trilhões de dólares, de acordo com a revista *Exame* (2024), extraídos a partir de dados do Instituto Internacional de Finanças. A divisão desse montante é a seguinte: 94,1 trilhões de dólares para as dívidas de empresas não financeiras, 91,4 trilhões de dólares para dívidas governamentais, trilhões de dólares para dívidas de organizações do setor financeiro e 59,1 trilhões de dólares para dívidas das famílias.

No caso das dívidas públicas, o montante acumulado pelos países que fazem parte do G20, ou se aproxima do próprio PIB, ou, em alguns casos, já ultrapassou. Como elemento ilustrativo, o Brasil possui uma dívida pública equivalente a 71% de seu PIB, já na sequência temos, Reino Unido com 97%, Espanha com 106%, Canadá com 107%, França com 111%, EUA: com 122%, Itália com 138%, Cingapura com 168% e Japão com 260% (Trading Economics, 2024).

Como o dinheiro em si não gera valor adicional - sendo o trabalho a verdadeira fonte de criação de valor -, o montante de capital acumulado, nas mais diversas formas, exerce uma pressão crescente para que o movimento de acumulação de capital intensifique as ações de contratendência, o que afeta diretamente as condições de vida dos trabalhadores. Enquanto o processo de pilhagem global é conduzido por uma plutocracia burguesa, sob o comando do sistema financeiro, todas as frações da burguesia encontram na produção a origem primária da exploração.

2.5 O embate entre EUA e China

As contradições básicas que assolam o capitalismo não

são postas por agentes externos, mas decorrem de seu próprio movimento. Na conjuntura internacional das últimas décadas, a China se consolidou como principal destino de investimentos externo, propiciando um relativo alívio quanto as consequências da crise estrutural do capital. Assim, o acelerado crescimento da China foi absolutamente fundamental para a expansão da acumulação na passagem do século XX ao XXI, permitindo aos grandes monopólios acesso a uma gigantesca massa de trabalhadores e consumidores chineses.

Inicialmente, a China foi tratada apenas como uma nova fronteira para expansão capitalista, marcada por abundante oferta de força de trabalho, mas ainda subordinada tecnologicamente e economicamente aos monopólios do ocidente. Nesse sentido, a expectativa era de que essa imensa oficina de produção mundial mantivesse uma relação de dependência em relação aos Estados Unidos, tal qual ocorrera em outras regiões do mundo, como América Latina, no sudoeste asiático, oriente Médio e Oceania.

A China, com seu gigantesco mercado de trabalho, é provavelmente o país que, no cenário recente, mais explicitamente tem demonstrado como o capital encontra força de trabalho barata e rigidamente disciplinada. Trata-se, portanto, de uma força de trabalho ideal para a produção dos grandes monopólios. Ademais, o país asiático soube adaptar-se rapidamente às exigências de crescimento de produtividade, desenvolvendo processos migratórios internos intensos, capazes de transformar pequenas cidades chinesas, como Shenzhen e Dongguan, em metrópoles com enorme capacidade produtiva (Harvey, 2012).

Parte do equívoco na análise do potencial de crescimento chinês foi a suposição de que a China não desenvolveria seus pró-

prios monopólios para competir com os Estados Unidos. Contrariamente a esse prognóstico, o país asiático buscou alcançar autonomia financeira e tecnológica, tornando-se não apenas exportador de maquinários sofisticados e produtos tecnológicos, mas também de manufaturados de elevado valor agregado. Além disso, a China consolidou-se como exportadora de capitais. No que tange a este último aspecto, o país realizou empréstimos superiores a US\$ 1,3 trilhão na última década, especialmente para financiar projetos de infraestrutura em países de baixa e média renda (Martin, 2023). Esse movimento evidencia uma ampliação da esfera de influência chinesa, conectando diversos países às suas complexas cadeias produtivas, pela chamada nova rota da seda.

O fato é que a relativa decadência dos Estados Unidos diante do crescimento chinês se configura como um elemento potencialmente explosivo nesta primeira metade do século XXI. Com a recente eleição de Donald Trump, a tendência é que esse enfrentamento se intensifique nos próximos anos, embora, provavelmente, sem uma solução efetiva capaz de recompor, pela via econômica, a ascensão estadunidense.

Se o objetivo for analisar a força da dinâmica produtiva que tipicamente caracteriza as relações de produção na atual fase do capitalismo, esse papel não é desempenhado pela economia americana, mas pela China. No contexto histórico contemporâneo, a hegemonia econômica, política e militar ainda reside nos Estados Unidos; no entanto, o país já não detém o domínio quantitativo da produção mundial, como ocorreu no período pós-guerra, sendo atualmente uma exceção apenas nos setores de defesa, energia e agronegócio. No enfrentamento de

suas próprias contradições, o campo bélico se configura como o espaço onde os Estados Unidos mantêm superioridade, além de ser um setor fundamental para a dinamização de sua economia. Por esse motivo, a tendência é que a estratégia norte-americana em curso seja de intensificar sua ofensiva no campo militar, seja atuando diretamente ou com o auxílio de países sob sua órbita de influência. Mesmo com Trump no poder, representando interesses internos distintos dos do Partido Democrata, a lógica de uma ofensiva bélica, no que tange à política externa, não apresenta sinais de que será alterada.

Ainda sobre esse embate, cabe ainda ponderar que há uma forte imbricação e até complementariedade das duas economias, sendo essa uma contradição de difícil contorno. Enquanto os Estados Unidos figuram como os principais investidores diretos na China, essa última se destaca como a maior credora externa dos Estados Unidos. A China lidera o mercado de exportações globais, enquanto os Estados Unidos se posicionam como maior importador mundial. Em resumidas palavras, a solução para esse conflito é um verdadeiro nó górdio.

No núcleo duro dessa questão, o ponto mais relevante a considerar é que não se trata de uma disputa de um capitalismo mais “selvagem”, representado pelos norte-americanos, contra um capitalismo mais “domesticado” pelo Estado, como o chinês. Não há, portanto, um “capitalismo do bem” de um lado e outro “capitalismo do mal” do outro lado. Uma análise dessa natureza seria o equivalente a uma espécie de crítica simplista, redutora e maniqueísta, quase como uma visão crítica econômica pentecostal. O que observamos nas duas realidades é a reprodução da exploração sobre os trabalhadores e um crescente processo de

concentração de riqueza nas mãos de poucos.

A guisa de conclusão sobre um debate em aberto

Em *A tempestade*, peça de Shakespeare, um avassalador e inesperado temporal atinge um barco que cruzava o Mar Mediterrâneo, em uma que se iniciava no sul da Itália e rumava em direção ao norte do continente africano. A bordo, viajavam vasalos serviais e, principalmente, nobres de Nápoles e de Milão. Ao ser tomado por raios, trovões e pelo furor das ondas, o barco é destruído e seus passageiros lançados ao mar revolto. Ferdinando, filho do rei de Nápoles, ao perceber o horror daqueles instantes e o temor por uma iminente morte, exclama a frase: “o inferno está vazio e todos os demônios estão aqui”.

No enredo de Shakespeare, tal tempestade é artificialmente provocada por Próspero, antigo duque de Milão, que, após ser deposto do poder, passou a viver em uma ilha, onde adquiriu poderes de magia e feitiçaria. Miranda, sua filha, compadecida com o destino dos ocupantes do barco, questiona o pai, temerosa de que tenha sido ele quem causou o desastre. Próspero confirma, sem hesitação, que sim, foi ele mesmo quem conjurou a tormenta com o auxílio de Ariel, figura mítica que também habitava a mesma ilha. Em seguida, antigo Duque tranquiliza a filha, explicando que, com seus poderes mágicos, ele cuidou para que todos os naufragos fossem salvos, estando agora apenas adormecidos no leito da praia.

Já a tempestade de nossos dias e a tormenta que assola os trabalhadores se expressa na continuidade e adensamento das contradições geradas pela acumulação de capital numa conjun-

tura de crise estrutural. Não se trata apenas de um distúrbio econômico severo, seus desdobramentos atingem diretamente as condições de vida dos trabalhadores. Nesta terceira década do século XXI, é impossível tentar ignorar que as espessas nuvens de uma catástrofe ambiental e social se tornam a cada instante visivelmente mais escuras no horizonte da humanidade (Barros, 2015). No âmbito do trabalho, as jornadas se alongam, o ritmo laboral torna-se mais frenético, e as pressões por alcançar metas inatingíveis recaem sobre cada trabalhador, enquanto o medo do desemprego - ou de jamais obter um emprego - se torna uma constante. Há mais mortes no mundo por suicídio do que por guerras: 700 mil suicídios por ano, o equivalente a um a cada 40 segundos (OMS, 2021). Em pleno século XXI, diante do avanço alcançado pelas forças produtivas, é uma contradição difícil de justificar racionalmente o colossal volume de recursos destinados à produção bélica, voltada à aniquilação da vida, enquanto crianças ainda morrem de inanição ou por falta de acesso a tratamentos já disponíveis.

Quanto ao caráter anódino e débil das repostas do capital para o enfrentamento de crise estrutural, há um impedimento sob vários aspectos de qualquer possibilidade de retorno a uma solução keynesiana. Nesse sentido, o movimento de enfrentamento conduzido mundialmente pelo capital tem sido numa aposta dobrada na aplicação do receituário neoliberal. Ou seja, são ações que tem provocado o alargamento do desemprego, o ataque aos direitos dos trabalhadores e o arrocho fiscal em benefício da rapinagem do fundo público. Já do ponto de vista dos conflitos internos entre diferentes interesses de suas burguesias, a riscos da guerra são uma ameaça para populações inteiras e

para a própria existência da humanidade.

Nesta fase ameaçadora à vida humana, capital e destruição tornaram-se unívocos. Já não é possível separar capital e destruição, mais do que isso, é algo que é imanente ao próprio sistema metabólico que acolhe o lucro e nega a vida. Mészáros é quem afirma que “a causa fundamental dos nossos problemas cada vez mais sérios não é a ‘face inaceitável do capitalismo desregulamentado’, mas sim a sua substância destrutiva”. (2009, p. 28, grifo na obra). Fechar os olhos para esta realidade não representa uma solução. A rigor, em razão da ameaçadora crise social com que hoje nos deparamos, nem sequer esta opção nos é permitida. Porém, o risco em não enxergar a fase potencial e objetivamente destrutiva do capital, também permeia as estratégias políticas de quem precisa enfrentar o capital. Assim o que a história tem revelado é a que busca por formas de conciliação de classes, são uma ilusória tentativa de acomodação de interesses que são estruturalmente antagônicos e inconciliáveis.

Diante de uma crise que se aprofunda e assume, a cada dia, contornos mais dramáticos para a vida humana, o mundo contemporâneo parece, à semelhança da peça de Shakespeare, estar à deriva, aguardando uma urgente transformação que permita escapar dessa tormenta. No entanto, ao contrário do enredo alegórico, aqueles que produzem o horror dos nossos dias não têm a intenção de salvar os trabalhadores, tampouco a humanidade. O movimento incontrolável do capital prefere destruir a vida humana do que interromper seu processo de acumulação. Uma advertência se faz necessária: o fato de o capital ser incontrolável não implica que não possa ser superado. Nesse caso, a superação não advém de qualquer força transcendental,

mas resulta de uma luta política orientada pela busca pela superação radical da atual forma de sociabilidade.

Referências

ADASCALITEI, D.; MORANO, C. P. **Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium**. IZA Journal of Labor Policy, Bruxelas, 2016.

BARROS, A. **Para Além de Prometeu?** Maceió: Edufal, 2015.

BIS. **Bank for International Settlements. Statistical release: OTC derivatives at end-December 2020**. Publicado em 12 de maio de 2021, disponível em https://www.bis.org/publ/otc_hy2105.pdf, acessado em 04 de novembro de 2024.

EXAME. **Dívida global cresce e atinge US\$ 315 trilhões, maior valor da história, aponta IIF**. Disponível em: <https://exame.com/economia/divida-global-cresce-e-atinge-us-315-trilhoes-maior-valor-da-historia-aponta-iif/> Acessado em 23 de outubro de 2024.

HARVEY, D. **O Enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTIN, N. Como a China se tornou o maior credor do mundo. **DW - Deutsche Welle**. Publicado em 24/11/2023, disponível em <https://www.dw.com/pt-br/como-a-china-se-tornou-o-maior-credor-do-mundo/a-67546176>, acessado em 06 de novembro de 2024.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Volume I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. **O Capital**. Volume II. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital**. Volume III. São Paulo: Boitempo. 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 25-35.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Suicide worldwide in 2019: Global Health Estimates**. Genebra, 2021. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/341728/9789240026643-eng.pdf?sequence=1>, acessado em 08 de novembro de 2024.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. Yearbook 2024 - **Resumen Armaments, Disarmament and International Security**. FundiPau: Barcelona, 2024. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-09/yb24_summary_es.pdf, acessado em 03 de novembro de 2024.

TRADING ECONOMICS. **Dívida pública % PIB** – Lis-

ta de países – G20. Publicado em 2024, disponível em <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp?continent=g20>, acessado em 04 de novembro de 2024.

CAPÍTULO TERCEIRO

CRISE ECONÔMICA E ASCENDÊNCIA DA EXTREMA DIREITA NA ITÁLIA E NA FRANÇA

Prof. Dr. Artur Bispo⁴⁵

O aprofundamento da crise socioeconômica tem servido como argamassa essencial para a eclosão dos novos partidos políticos da direita e extrema direita populista, nacionalista, neonazista e neofascista nos tempos hodiernos. Essas agremiações têm eclodido de forma poderosa em distintas partes do mundo, concentrando seu discurso não somente na pauta de costumes e nas prescrições moralistas de natureza conservadora (racismo, xenofobismo), mas também na aparente contraposição ao *establishment* responsável pelo aprofundamento do desemprego, da insegurança e da imigração no cenário europeu.

O presente artigo concentra sua atenção no entendimento da anatomia das extremas direitas na Europa, mas especificamente em sua forma de manifestação na França e na Itália. Assinala-se que a revitalização das forças de extremas direitas nos países da União Europeia União (UE) não se configura como um

45 Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007) e pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2020). Atua como professor Titular na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social e do Instituto Trabalho Associado.

fenômeno isolado, senão como um movimento de alcance abrangente e profundamente articulado à crise sistêmica do modo de produção capitalista.

Cumprir atentar para a essencialidade dos fundamentos que forjam a ascendência do fenômeno sociopolítico relacionado às “extremas direitas” na contemporaneidade; particularmente, como se dá a ascendência das siglas partidárias de extrema direita nas eleições sucedidas na UE, tais como “Reagrupamento Nacional” (RN) na França e “Irmãos de Itália”, mediante sua articulação com o papel predominante desempenhado pelo complexo econômico.

No entendimento de Souza (2020), o desenvolvimento da extrema direita europeia pode ser compreendido em quatro ondas. A primeira emerge na fase imediatamente posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, cujo foco central era contrapor-se diretamente aos valores da esquerda e da social-democracia. A partir de 1955, começou a segunda onda, marcada pelo populismo, que vigorou até 1980 (Souza, 2020). A terceira onda está relacionada ao combate ao desemprego e resulta da aplicação das medidas neoliberais – o problema central se consubstanciava na presença dos imigrantes estrangeiros na Europa. Por fim, a quarta onda está vinculada diretamente à crise econômica de 2008 e à “crise dos refugiados”, em que cumpre obstar a entrada na Europa dos indivíduos afetados pelas guerras no Oriente Médio e na África (Souza, 2020).

O eixo estruturante do desenvolvimento deste texto versa sobre a elucidação dos aspectos que sustentaram o crescimento da extrema direita na fase posterior à crise econômica norte-americana de 2007-2008, enquanto manifestação fenômeno

de esgarçamento e saturação das contradições inerentes ao sistema do capital e escancara o aprofundamento dos seus limites para resolver os problemas fundamentais da humanidade, porquanto as receitas apresentadas pelos organismos internacionais estão longe de promover a estabilidade anunciada. É no bojo do adensamento das contradições sistêmicas do capital que a extrema direita se propõe paradoxalmente como alternativa apaziguadora do *status quo*, tentando atenuar sua essencialidade grotesca e monstruosa.

3.1 A crise econômica da Zona do Euro e a necessidade das políticas de austeridade

A crise que acometeu a economia norte-americana entre 2007-2008 reverberou na União Europeia e desencadeou uma onda recessiva global, pois as hipotecas dos imóveis de financiamentos de riscos não ficaram restritas ao seu sistema financeiro, mas contaminaram os mercados do mundo inteiro pela mediação da securitização, dos derivativos etc. As dívidas contraídas por devedores de baixo poder aquisitivo e com possibilidade de calote foram transformadas em títulos, que comprados e vendidos nas formas de *commodities*, impactaram em escala crescente os mercados internacionais.

O problema revelou-se no principal agente financeiro do mercado de securitização de hipotecas, o banco norte-americano Bear Sterns, que foi resgatado pelo banco JP Morgan no começo de 2008. No entanto, o principal resgate foi realizado pelo governo de G. W. Bush, que lançou um pacote inicial de mais de 100 bilhões de dólares para obstar a falência Fannie Mae e

Freddie Mac, as maiores instituições envolvidas no mercado de hipotecas imobiliárias. A salvação, entretanto, não foi possível para o banco Lehman Brothers, a quarta instituição financeira de país, com uma dívida que ultrapassava a casa dos 600 bilhões de dólares. Para impedir que o mesmo acontecesse com o Merrill Lynch, este foi incorporado pelo Bank of America (BBC, 2021).

Na Grã-Bretanha, os efeitos da crise dos *subprimes* norte-americanos originalmente se evidenciaram no banco Northern Rock, principal agenciador das referidas hipotecas do setor imobiliário norte-americano, que requereu um resgate financeiro do Banco da Inglaterra, culminando na nacionalização do Northern Rock em fevereiro de 2008. No entanto, a crise norte-americana se agudizou no mercado inglês, obrigando o governo a promover um pacote de resgate e nacionalização dos bancos do país na ordem de 700 bilhões de dólares e ainda injetou mais de 200 bilhões de euros, mediante a recompra antecipada dos títulos de sua dívida acumulada nos bancos. Desse modo, somente o governo da Inglaterra injetou mais de 1 trilhão de dólares para salvar os bancos da orgia que eles mesmo promoveram.

Já os países da Zona do Euro tentaram obstruir o movimento de falência e *default* dos bancos mediante um auxílio de mais de 200 milhões de euros no final de 2008. Essa constelação de auxílios e resgates colaborou para a queda de 4,25% do PIB do Reino Unido e de 4,5% dos países da Zona do Euro, em 2009; já o PIB *per capita* global caiu 2,9% (BBC, 2021).

A onda recessiva promovida pelas grandes instituições financeiras arrastou consigo as economias de todo o mundo, sobretudo as economias dos países periféricos da União Europeia que participaram da operação de resgate das empresas e institui-

ções financeiras “grandes demais para falir” (*too big to fail*). Após serem salvas da falência, essas mesmas instituições passaram a determinar a política econômica que seria adotada pelos Estados nacionais que literalmente faliram.

A causa fundamental da falência dos estados europeus tinha sido promovida pelas instituições financeiras; estas impuseram uma série de restrições para operacionalizar os programas de resgate (*bailout programs*): i) Hungria (2008-11); ii) Letônia (2008-11); iii) Romênia (2009-15), três operações de resgate; iv) Grécia (2010-2018), também três operações de resgate; v) Irlanda (2010-2013); vi) Portugal (2011-14); vii) Chipre (2011-16), duas operações de resgate; viii) Espanha (2012-13) (Musto, 2016, p. 1).

O resultado dessas operações foi a completa subordinação às recomendações e na imposição das políticas de austeridade impostas pela Troika⁴⁶ (o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional), com uma forte contração do desenvolvimento econômico e o aumento substancial das taxas de trabalhadores desempregados – equivalente somente ao período da grande depressão econômica, na fase precedente à Segunda Guerra Mundial. Os percentuais entre 2007 e 2014 passaram “de 8,4% para 26,5% na Grécia, de 8,2% para 24,5% na Espanha, de 6,1% para 12,7% na Itália e de 9,1% para 14,1% em Portugal” (Musto, 2016, p. 1). Entre os mais jovens, essas taxas alcançaram os patamares de “24,1% na França,

46 O termo “Troika” provém do russo e quer dizer “trio” ou “grupo de três”. A palavra caracterizou os três principais agentes das imposições aos países da periferia da Zona do Euro, a saber, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia. (Cf. Borges, 2024).

34,7% em Portugal, 42,7% na Itália, 52,4% na Grécia e 53,2% na Espanha” (Musto, 2016, p. 1).

A assinatura do denominado “fiscal compact”, em 2013, implicou que cada país signatário estava obrigado a adotar a política fiscal e financeira estabelecida pelo Tratado de Maastricht em 1993. Isso resultaria numa nova forma de controle da dívida pública, que deveria estacionar em 60% do PIB nas próximas décadas; no entanto, a medida de endividamento das economias, em 2014, era de 92%; na Alemanha, essa dívida chegava a 74,4%, enquanto no Reino Unido estava em 89,4%, na Bélgica, 106,5%, em Portugal, 130,2%, na Itália, 132%, e na Grécia, 177% de seu PIB estavam comprometidos com o pagamento da dívida pública (Musto, 2016).

Apesar dos plebiscitos realizados na França (2005), na Holanda (2005) e na Irlanda (2008) contra o Tratado de Maastricht, os governos liberais tanto de direita como de esquerda foram pressionados e acabaram adotando as políticas de austeridade representadas pela Troika e sua completa submissão aos imperativos do imperialismo norte-americano, o que representou um completo desmonte do sistema de proteção social para os trabalhadores ativos e inativos.

Para efetivar as políticas de austeridade que interessavam ao grande capital, tecnocratas como Lucas Papademos (Grécia) e Mario Monti (Itália) foram nomeados como primeiros-ministros sem passar por qualquer espécie de escrutínio popular. Entretanto, o retorno da prevalência da escolha popular dos dirigentes políticos em nada alterou o périplo determinado pela Troika (MUSTO, 2016). A inserção das economias europeias na nova forma da mundialização, pela mediação do Tratado de Maastri-

cht e da Troika, resultou na completa desregulamentação de seus mercados internos, privilegiando o sistema financeiro e os poderosos aglomerados empresariais, especialmente aqueles situados no eixo Alemanha-França.

O ônus pelos socorros prestados aos grandes banqueiros e empresários foi lançado nas costas dos trabalhadores europeus. O remédio que serviu para salvar as instituições financeiras da falência denota a verdadeira natureza do Estado, ou seja, que este se constitui como parte inerente da estrutura de comando do capital sobre o trabalho. Por isso o Estado assumiu as dívidas dos banqueiros, transferindo-as para a classe trabalhadora. Assim, o poder público que salva os banqueiros não tem a mesma preocupação em salvar os trabalhadores do desemprego, do pauperismo e da falência. Para agraciar os banqueiros, o Estado passou a operacionalizar, pela mediação de distintos governos, a política de austeridade que interessava ao grande capital europeu e norte-americano.

É na perspectiva de assegurar a continuidade das políticas de austeridade que interessam ao grande capital que a extrema direita europeia emergiu no seio dos movimentos sociais de protestos contra o desemprego e a perda dos direitos socioeconômicos da classe trabalhadora. Para isso, a extrema direita precisou reconfigurar sua plataforma ideológica, na perspectiva de ampliar sua influência no interior das massas abandonadas pelo poder público e lançadas à própria sorte pelos partidos tradicionais.

3.2 Caracterização sumária da “extrema direita” e da esquerda europeia

A crise de natureza econômica reverbera na sociabilidade capitalista, alcançando também a esfera política. As instituições e os partidos políticos tradicionais sofrem um grande revés com a perda de credibilidade perante grande parte da população, especialmente devido ao seu processo de apassivamento ante o grande capital e devido à sua incapacidade de apresentar alternativas efetivas aos setores duramente afetados pelo aprofundamento da crise econômica.

Apesar da natureza polissêmica que possa ser adotada para caracterizar a “extrema direita” e sua clara contraposição à “esquerda”, não se pode deixar de mencionar que a “esquerda” se caracteriza pela oposição à direita⁴⁷. Nem toda extrema direita pode ser qualificada como neofascista e neonazista, pois não é possível restaurar essas formas partidárias como foram no passado, uma vez que a história não se repete; e muito menos transportá-las automaticamente para realidades socioeconômicas completamente distintas.

Como salienta Paxton (2007), é praticamente impossível operar uma reedição do fascismo e do nazismo tal como transcorreram no passado italiano e alemão. Os movimentos neofascistas e neonazistas apresentam uma *performance* programática e táticas diferenciadas na atualidade, embora não consigam alterar

47 Segundo J. C. Petitfils, “historicamente, a extrema direita aparece em 1789, ao tempo que a divisão direita-esquerda. Ela é então constituída de todos que, rejeitando em bloco a Revolução, desejam um retorno praticamente completo ao Antigo Regime”. (apud Brandalise, 2005, p. 54).

o substrato essencial de seus preceitos estratégicos, coadunados à natureza destrutiva do sistema do capital.

A despeito das impossibilidades de reedição de sua anatomia simbólica e programática, as bases socioeconômicas fundamentais que gestaram o nazifascismo no passado continuam intactas. Daí a possibilidade de sua metamorfose se torna tanto possível quanto necessária nos tempos hodiernos de crise estrutural, pois o capital não pode deslocar suas contradições sem gerar novas contradições e colocar em risco o destino da humanidade (Mészáros, 2011), uma vez que a única saída temporária para a crise do sistema seria a guerra em grande escala, como aconteceu na primeira metade do século XX.

O mesmo pode ser afirmado em relação à esquerda: nem toda esquerda é radical e revolucionária. A esquerda radical transcende a esquerda reformista, porquanto recusa a linha da menor resistência ao capital e não aceita nenhuma espécie de rifamento da pauta relacionada à defesa dos direitos socioeconômicos dos trabalhadores. Atenta para a necessidade da implementação duma transformação radical das estruturas sociais assentadas na exploração do trabalho vivo pelo trabalho morto e não admite nenhuma forma de concessão ao capital. Já a esquerda reformista (social-democratas, trabalhistas, eurocomunistas, “terceira via” etc.) acaba subordinada aos imperativos do capital e procura apresentar-se como habilitada para administrar o Estado burguês mediante uma política de conciliação de classes.

Apesar das contradições, a esquerda reformista buscou se aproximar da centro-direita e forjar alianças que viabilizaram a ascendência da extrema direita na UE. O vácuo promovido pela aliança dos partidos tradicionais de esquerda com os par-

tidos de direita, na perspectiva de implementar as medidas de austeridades, ensejou novos sujeitos sociais no cenário político, uma vez que se verificou uma crescente desilusão das massas trabalhadores com os partidos tradicionais (social-democracia na Alemanha, trabalhistas no Reino Unido, socialistas na França e na Itália).

A tentativa de administrar o capital, pela mediação da conquista parlamentarista do Estado burguês, acomodou as organizações de esquerda tradicionais e afastou-as gradualmente da classe trabalhadora. Isso sucedeu-se devido ao controle que o imperialismo norte-americano exerceu e continua a exercer sobre as economias europeias. Assim, os governos de esquerda na Itália, em 1999, sob a liderança dos Democratas de Esquerda (DS), antigo Partido Comunista Italiano, “autorizou a segunda intervenção militar da história italiana, após 1945: os bombardeios da Otan no Kosovo” (Musto, 2016, p. 4). E, em 2003, o Partido Trabalhista inglês apoiou o imperialismo estadunidense na Guerra do Iraque, sob a falsa acusação da necessidade de destruição das armas químicas.

Os partidos de centro-direita da Europa, reunidos no Partido Popular Europeu (PPE), adotaram acriticamente as recomendações socioeconômicas impostas pela administração Obama, através do *American Recovery and Reinvestment Act* (2009). Isso pode ser constatado na grande coalizão alemã: o Partido Social Democrata Alemão apoiou incondicionalmente a chanceler Angela Merkel em suas políticas de austeridade. Situação análoga sucedeu na Grécia, mediante a aliança estabelecida entre o Movimento Socialista Pan-helênico (Pasok) e a Esquerda Democrática (Dimar), que ofereceu apoio ao primeiro-ministro

do Partido Nova Democracia (ND), Antonis Samaras (Musto, 2016). O caso mais alarmante ocorreu recentemente na Hungria: as políticas de austeridade da Troika foram instituídas pelo Partido Socialista Húngaro e pavimentaram o caminho para Victor Orbán, da União Cívica Húngara.

A lentidão para responder aos problemas sociais decorrentes da aplicação das medidas de austeridade fiscal, monetária e industrial tem facilitado o itinerário para a extrema direita, cuja alternativa para contemplar os males sociais estaria no processo de acumulação decorrente da redistribuição de renda das espoliações dos deserdados da terra (imigrantes), ou seja, da objetivação da política pautada pelo racismo, pela xenofobia e pelo nacionalismo (protecionismo econômico). O inimigo público número um dos europeus (classe média) passa a ser os estrangeiros, considerados uma ameaça aos interesses dos nativos. Desse modo, os problemas socioeconômicos deixam de resultar da forma de ser do capital, para se consubstanciar de maneira simplificada na figura do imigrante estrangeiro. A saída simplista para a crise incide no euroceticismo, no irracionalismo e no nacionalismo mitigado, a se portar como um leão perante os pobres imigrantes e um cordeirinho perante o imperialismo norte-americano e o grande capital.

Na esteira das siglas partidárias “Reagrupamento Nacional” na França e “Irmãos da Itália”, emergiram organizações extremistas de direita como *Vlaams Blok* (VB) na Bélgica, *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPO) na Áustria, o Partido da Liberdade na Suíça, *Dansk Folkeparti* na Dinamarca, o Partido Independência do Reino Unido, o *British National* (BNP) na Inglaterra, os Democratas Suecos (SD), o Vox na Espanha, o Partido da Liberdade

na Holanda, a União Cívica Húngara, a Aurora Dourada (AD)⁴⁸ na Grécia e a Alternativa de Direita na Alemanha (AfD). Essas organizações tiveram paradoxalmente como anteparo a gravidade dos problemas sociais forjados pela adoção das políticas de austeridade impostas pelo grande capital. As políticas neoliberais intensificaram a insegurança social, o processo de desindustrialização e o desemprego estrutural.

3.3 Relação da legenda partidária Reagrupamento Nacional (RN) com o neofascismo

Apesar de muitas agremiações de extrema direita, como o *Front National* (FN), recusarem a denominação de extrema direita e de nazifascismo, a referida organização emergiu no começo da década de 1970, expressando seu desprezo e sua oposição incondicional à ideologia de esquerda (comunistas e socialistas). Ele foi fundado pelos integrantes do movimento neofascista “Nova Ordem” (*Ordre Nouveau*), não somente como mecanismo legalista de participação no pleito eleitoral de 1973, mas como uma espécie de “terceira via” entre *Ordre Nouveau*⁴⁹ e *Occident*.

48 O Partido Aurora Dourada “surge na década de 1980, com a queda dos partidos tradicionais, sobretudo do Partido Socialista. É um partido nazista e militar que comete assassinatos. Identifica como seus inimigos principalmente os comunistas, além dos imigrantes”. (Silva et al., 2014, p. 435).

49 Esta organização se coloca nos marcos de uma agremiação fascista tradicional, composta por partidários do marechal Pétain, antigos carrascos e torturadores da guerra da Argélia, e defende abertamente os métodos de violência contra socialistas e comunistas.

O *Front National* aglutinou em torno de si tendências e organizações distintas e de múltiplas vertentes, tais como o próprio grupo de Jean-Marie Le Pen, grupos pertencentes ao governo Vichy, opositores a De Gaulle, neofascistas, poujadistas, bem como “militantes que participaram da FEN, da JN e ativistas que não possuíam vínculo partidário, mas simpatizavam com a ideia de um partido de extrema direita” (Narcizo, 2019, p. 255). Sem desconsiderar a relevância de Jean-Marie Le Pen, não se poderia deixar de destacar o papel essencial desempenhado por François Duprat no processo de formação e consolidação da organização do *Front National*, pois contribuiu com as experiências e amizades acumuladas em sua passagem pelas múltiplas organizações neofascistas e neonazistas das décadas de 1960 e 1970.

A posição moderada de Jean-Marie Le Pen e François Duprat como articuladores de sua organização política em nada deve ser confundida com a abdicação dos preceitos nacionalistas, racistas e xenófobos. Ao configurar-se como partido dentro dos parâmetros legais estabelecidos pela “democracia” burguesa, esses neofascistas procuraram discursivamente distanciar-se dos métodos da extrema direita tradicional, perpassados pela intolerância e pela violência de suas ações. No entanto, isso não significou nenhuma capitulação da sua plataforma anticomunista e antissocialista.

Para Jean-Marie Le Pen, ser de direita representa “antes de tudo, se recusar a ser de esquerda” (Brandalise, 2005, p. 53). A referida organização de extrema direita participou do jogo democrático sob o discurso ideológico da necessidade de sua depuração. “Exalta o culto ao chefe, à ordem e à força; enaltece a vitalidade do corpo. Sustenta a formação de uma elite governati-

va e de um sindicato nacional despolitizado. Almeja o Estado forte, mas rejeita o estatismo em matéria econômica” (Brandalise, 2005, p. 55). A plasticidade de suas manifestações fenomênicas não pode ocultar o fato de que ela se constitui como contrarrevolucionária em sua essencialidade.

O fascismo é a contradição em essência. Ele se apresenta como revolucionário e conservador, como ação e reação, como radical e reacionário, como a encarnação da revolta no interior da ordem. No entendimento de Bernardo (2015, p. 13), “o fascismo foi uma revolta na ordem”. Para José Primo de Rivera, Hitler apresentou-se às massas como “o revolucionário mais conservador do mundo” (apud Bernardo, 2015, p. 13). Para Guido Bortolotto (apud Bernardo, 2015, p. 13), “o fascismo é uma revolução conservadora”; para Enrico Coradini (2015, p. 13), o fascismo é “uma revolução que se efetua no interior da ordem estabelecida” (Bernardo, 2015, p. 13).

O paradoxo constitui-se como a essência do fascismo, como assegura Eduard Limonov (apud Bernardo, 2015, p. 15): “A nossa ideologia é paradoxal, combinando dentro de si o conservadorismo e a revolução”. Para combater o espectro da revolução socialista, o fascismo apresenta-se ao mesmo tempo como “revolucionário” e contrarrevolucionário. Ele é isso e aquilo ao mesmo tempo. Escreve Bernardo (2015, p. 23): “a revolta dentro da ordem foi a sombra da luta anticapitalista projetada no âmbito do capital, a nostalgia da auto-organização no interior dos limites da hetero-organização”. Para Georges Oltramare (apud Bernardo, 2015, 23): “se pode ser rebelde desde que não se ponha em causa o patrimônio sagrado, as verdades fundamentais”. As verdades fundamentais da propriedade privada, da famí-

lia monogâmica burguesa e do sistema do capital como eterno e imutável.

A metamorfose do *Front National* dá-se no contexto do aprofundamento da crise econômica mundial (2008). O partido de Marine Le Pen tentou reciclar sua forma imagética e exorcizar seu passado de articulação com a tradição nazifascista estabelecida por Jean-Marie Le Pen; isso implicou a reconfiguração da forma como sua verdadeira face (autoritária, personalista, racista, xenófoba e antisemita) consegue ser acobertada. Essa vertente é claramente prefigurada em 2018, quando o *Front National* passou a denominar-se “Reagrupamento Nacional” (RN). Nesse processo, Le Pen recorre ao mito Joana d’Arc, como representação máxima do nacionalismo francês e encarnação da resistência francesa à presença estrangeira no país (Narcizo, 2019), especialmente contra o muçulmano, enquanto encarnação do terrorista jihadista. A intolerância racial e o xenofobismo antimuçulmano passam a sedimentar-se numa plataforma objetiva que tem como propósito assegurar a primazia da cultura e dos valores franceses ameaçados pela globalização.

Nas eleições de 2014, Le Pen tentou explorar o conflito de classes da sociedade na forma do conflito “entre os de cima e os de baixo”, apresentando-se de maneira populista como a verdadeira representação da massa social desprotegida e abandonada pela classe dirigente. Nesse processo, secundarizou o aspecto racial e concentrou-se nas questões socioeconômicas. Assim Marine Le Pen chegou ao segundo turno das eleições presidenciais em 2017, perdendo somente para o movimento de centro-direita “Em Marcha”, de Emmanuel Macron.

A forte oposição às políticas antissociais impostas pelo

governo de Macron resultou no primeiro lugar nas eleições de 9 de junho de 2024, com 31,3% para o Reagrupamento Nacional, contra 14,6% do partido de Macron. E nas eleições do primeiro turno, em 30 de junho, quando o RN alcançou 33,2% dos votos válidos, enquanto a Nova Frente Popular (NFP), de Jean-Luc Mélenchon, obteve 28%, e o partido de Macron, “Juntos pela República”, conseguiu somente 20% dos votos (Kirby, 2024).

Esse resultado levou o presidente Macron (antigo sócio do *Rothschild & Cie Banque* na França) a dissolver a Assembleia Nacional e antecipar as eleições previstas somente para 2027. Na nova eleição parlamentar, setores da esquerda (Nova Frente Popular) e centro-direita (Juntos pela República) buscaram uma articulação na perspectiva de barrar a possibilidade de nomeação de Jordan Bardella como primeiro-ministro, advindo das fileiras do Reagrupamento Nacional de Le Pen.

O pleito de 7 de julho representou uma reviravolta; os eleitores preferiram a Nova Frente Popular, de Jean-Luc Mélenchon e Raphaël Glucksmann (socialistas, comunistas, Verdes e *Place Publique*); com isso, a extrema direita amargou a terceira colocação, perdendo para a “Nova Frente Popular” e “Juntos pela República”. O RN conquistou somente 143 cadeiras numa Assembleia Nacional composta por 577 assentos, enquanto a aliança de esquerda (NFP) alcançou 182 cadeiras, e o partido de Macron, 168 (KIRBY, 2024). Desse modo, obstaculizou-se momentaneamente o projeto da extrema direita francesa de obter a maioria no parlamento e nomear Jordan Bardella como primeiro-ministro francês. A vitória sobre a extrema direita foi obtida mediante a aliança da esquerda com a centro-direita, retirando candidaturas desidratadas e impossibilitadas de vitória no pleito.

As metamorfoses apresentadas pelo “Reagrupamento Nacional” de Le Pen na França, na perspectiva de afugentar o espectro do fascismo, não passam de mecanismos manipulatórios, pois a proposta de melhoria das condições de vida da população nativa seria assegurada pela expropriação dos imigrantes, que precisam ser expurgados do país. Assim, os recursos destinados pelo Estado aos “serviços prestados aos imigrantes, somados ao da redução da evasão fiscal, seriam usados para melhorar o bem-estar dos ‘verdadeiros franceses’” (Gennari, 2024, p. 2).

No entanto, as promessas de campanha não param por aí; elas se estendem a uma lista de concessões e protecionismos aos pequenos e médios empresários e produtores rurais, à redução da tributação dos combustíveis e dos serviços sociais, à revisão da reforma previdenciária etc. Sua capacidade de convencimento com uma pauta social direcionada à classe média e aos setores populares assegurou uma ampliação de 62,5% em relação às cadeiras ocupadas anteriormente no parlamento (Gennari, 2024).

Não se pode esquecer que o fascismo procurou sempre defender a burguesia endógena no confronto com a burguesia de outras nacionalidades, concentrando sua atenção hipocritamente nos setores empresariais intermediários, devastados pela ascendência do capital financeiro. A desoneração das pequenas empresas bem como a constituição de um sistema tributário menos regressivo são devaneios eleitorais num contexto histórico pautado pela mundialização das finanças e pelo controle absoluto do capital sobre a sociabilidade burguesa. Assim, na impossibilidade de contrapor-se ao capital e às distintas “personificações do capital”, o Partido “Reagrupamento Nacional” é condenado a criticar simplesmente a “Zona do Euro” e propor o velho pacto

social entre capital e trabalho. Verifica-se a inócua tentativa de harmonização de interesses essencialmente antagônicos mediante o controle das organizações operárias.

Na tentativa de mitigar e obliterar seu legado neofascista, o partido de Le Pen se inscreve na linha tênue da ambiguidade e da contradição, como forma de assegurar sua participação no jogo da democracia burguesa e capturar a subjetividade dos setores populares penalizados pelas políticas de austeridade. Isso não passa de um subterfúgio para encobrir sua profunda articulação com o grande capital, claramente expressa por Marine Le Pen (apud Tarrit, 2015, p. 69): “Nós não colocamos em questão a economia de mercado, nem os benefícios da concorrência se ela é legal”.

Quando se observam as fontes de financiamento da campanha de Le Pen, nota-se que, além do sequestro de recursos públicos⁵⁰, predominam as doações de empresários bilionários, como a do oitavo homem mais rico da França, Vincent Bollore, proprietário do Grupo Vivendi e de vários canais televisivos, jornais e plataformas digitais (CNews, *The Conversation France*, *Journal du Dimanche*, C8 etc.); e ainda, pelo empresário Pierre-Edouard Stérin, fundador do Grupo Smartbox, do Fundo de Investimentos Otium Capital.

Dada a colaboração de múltiplos empresários, o partido de Marine Le Pen arrecadou doações empresariais de aproximadamente 25 milhões de reais para o pleito de 2024 (RFI, 2024).

50 O Tribunal de Justiça francesa condenou o “partido RN por superfaturamento de materiais de campanha usados pelos candidatos da Frente Nacional nas eleições legislativas de 2012, que foram posteriormente reembolsados pelo Estado” (Alvarez, 2024, p. 2).

Já na campanha presidencial de 2022, obteve mais de 11 milhões de euros de financiamento empresarial. No entanto, isso é somente a ponta do *iceberg* de um processo de financiamento da extrema direita mundial que envolve empresários como Elon Musk, Mark Zuckerberg, Charles e David Koch etc.

É preciso destacar a insuficiência da aliança entre esquerdistas e centristas estabelecida na França para interceptar a ascendência da extrema direita francesa. Muito mais do que uma aliança circunstancial, é essencial reconfigurar a forma como a esquerda tem se comportado no processo de aplicação das políticas antissociais que servem aos banqueiros. Uma aliança da esquerda com a centro-direita que não se contraponha radicalmente às políticas de austeridade do governo Macron representa tão somente a preparação do itinerário para que Le Pen ganhe as próximas eleições presidenciais.

Isso indica que não é apoiando as políticas liberalizantes de Macron que se vai interceptar o avanço da extrema direita, mas adotando uma contraposição radical ao referido projeto neoliberal e ao oportunismo filisteu da extrema direita. Tão só pela mediação de um programa essencialmente anticapitalista e anti-imperialista será possível forjar uma verdadeira alternativa para a classe trabalhadora francesa, europeia e internacional.

3.5 Irmãos de Itália (*Fratelli d'Italia*) e o pseudocombate à política de austeridade

A trajetória do Partido “Irmãos da Itália” está relacionada à história do MSI (Movimento Social Italiano), que sob a regência de Gianfranco Fini obteve, nas eleições de 1993, apro-

ximadamente 16% dos votos nacionais. “Nas cidades de Roma e Nápoles, Fini e Alessandra Mussolini (neta do Duce) obtêm respectivamente 46,9% e 44,3% da votação” (Brandalise, 2005, p. 67). Fini foi o arquiteto da transformação do MSI em “Aliança Nacional” (AN).

A alteração da nomenclatura partidária tinha como propósito alterar sua imagem de aproximação com o antigo fascismo. Para isso foi necessário operar a exclusão dos antigos quadros partidários diretamente relacionados ao ideário fascista. Fini caracterizava sua sigla partidária nos seguintes termos: “Nós não somos fascistas, nem antifascistas, nem neofascistas, mas pós-fascistas” (Brandalise, 2005 p. 67). Entre 1996 e 2004, o partido continuou abaixo dos 15,7% dos votos obtidos nas eleições parlamentares (Brandalise, 2005 p. 67).

Em 2008, a “Aliança Nacional” se uniu ao partido “Povo da Liberdade”, de Berlusconi, rompendo posteriormente com ele ao metamorfosear-se em “Irmãos da Itália”, em 2013, para estabelecer uma coalizão com a “Liga Norte”, em 2015, que lhe assegurou cadeiras importantes no Parlamento Europeu (Musto, 2016), superando o partido “Força Itália” (*Forza Italia*). Finalmente, elegeu Giorgia Meloni como primeira-ministra da Itália, em 2022.

A vitória eleitoral dos “Irmãos da Itália” foi precedida pelo Movimento Cinco Estrelas (M5S), que na impossibilidade de formar uma coalizão com seus rivais *Forza Italia* e “Partido Democrático”, acabou por se coligar ao partido de extrema direita “Lega”. Esse itinerário foi garantido pela oposição sistemática exercida contra os governos de Giuseppe Conte (M5S) e do banqueiro Mário Draghi; este último renunciou devido à eleva-

ção dos juros e aos custos da dívida pública, bem como pela intensificação dos problemas sociais italianos. O antigo presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi (2011-2019), tão só intensificou o processo de obediência à Troika e ao imperialismo norte-americano. Após sete décadas, a Itália retornou às mãos das forças neofascistas com Giorgia Meloni.

É impossível entender o processo de ascensão da extrema direita ao poder na Itália sem considerar a crise que acometeu a economia italiana na segunda década do século XXI. Os efeitos imediatamente positivos da inserção da Itália na nova mundialização do capital, mediante o processo de unificação da Europa (Tratado de Maastricht), converteram-se em efeitos adversos, especialmente para as inúmeras empresas de pequeno e médio porte. As diferenças regionais, ao invés serem atenuadas, acabaram se aprofundando, uma vez que a posição de superioridade do eixo alemão-francês predominou sobre a economia italiana e outras economias menores. Estas foram reduzidas à posição de exportadores de *commodities* (matéria-prima, alimentos e produtos com menor valor agregado), enquanto a Alemanha ampliou sua capacidade de importação de produtos manufaturados.

Nesse processo, as pequenas e médias empresas italianas experimentaram processos de concordatas e falências sistemáticas. Dessa forma, a promessa de equalização dos lucros e superação das diferenças regionais entre indústrias e praças financeiras, por meio da integração à União Europeia, revelou-se um enorme fiasco, pois serviu tão somente para beneficiar as grandes corporações empresariais e financeiras do mercado exógeno. Doravante, aprofundou-se o fosso entre regiões desenvolvidas

da Alemanha e as regiões atrasadas industrialmente da terceira maior economia da Zona do Euro; a exportação de produtos com menores valores agregados representou um déficit progressivo em sua balança comercial.

As contradições da integração à União Europeia e à Zona do Euro aprofundaram-se ainda mais à proporção que sua inserção aos mercados integrados da Europa abriu caminho para a corrida financeira e os processos especulativos. A apropriação dos ativos e derivativos atraentes dos mercados norte-americanos traduziu-se em recessão para a economia italiana. A expectativa de abertura para o capital estrangeiro revelou-se deletéria aos interesses de sua pequena burguesia.

Enquanto os Estados Unidos encontraram mecanismos para driblar sua crise descarregando parte dela nas costas dos trabalhadores, mediante pacotes de resgate para os “grandes demais para falir” – tornando possível a oferta de liquidez para quem possuía títulos e credibilidade dos mercados –, a Europa teve de apresentar uma resposta semelhante que impactou de múltiplas maneiras as economias subordinadas às políticas restritivas do Banco Central Europeu e seus consórcios (Troika).

A Itália, uma das primeiras economias a aderir às políticas reformistas do Tratado de Maastricht e do euro, foi enquadrada na lista da perda de confiabilidade dos mercados por não conter seus gastos na esfera social. A alternativa para minimizar sua crise crescente foi recorrer à política de empréstimos dos bancos europeus com o compromisso de aprofundar o processo de desmonte do Estado de bem-estar social e levar às últimas consequências as políticas de privatização de suas empresas estatais. Isso implicou o aprofundamento da onda recessiva, do de-

semprego e do rebaixamento do valor de compra dos salários.

Esse cenário nada confortável vai se deteriorar ainda mais com a pandemia do Sars-Covid-19 e com o conflito russo-ucraniano (2022). As sanções impostas pela União Europeia à Rússia resultaram numa elevação do custo da energia e do gás natural liquefeito (GLN) advindo dos Estados Unidos. A Itália passou a depender do gás natural liquefeito (GNL) norte-americano – que fornece 50% das importações de GNL consumido pela UE (RIZVI, 2024) –, isso porque a economia italiana configurava-se como a mais dependente do gás natural e do petróleo russo.

As sanções contra a Rússia pela UE não foram seguidas de medidas para mitigar os efeitos sociais deletérios da crise de matriz energética. As tentativas de atenuação de seus reflexos negativos para os empresários e consumidores em geral ficaram sob a responsabilidade dos governos locais. A Alemanha ofereceu subsídios para os consumidores de energia no valor aproximado de 300 bilhões de euros a partir do inverno de 2022. Já a Itália concedeu subsídios de somente 8 bilhões de euros (Souza, 2024). A falta de incentivo e subsídios do Estado, endividado e falido, levou à diminuição da capacidade competitiva da indústria italiana e, conseqüentemente, ao fechamento de empresas e ao crescimento exponencial das taxas de desemprego.

Este contexto de aprofundamento da crise econômica serviu como estopim para a ascensão da extrema direita, com críticas tanto à inserção da Itália na União Europeia e na Zona do Euro quanto à entrada de imigrantes no país. As políticas de austeridade impostas pela Troika e a recessão econômica foram motivos para o pânico generalizado da classe média italiana em relação à presença de estrangeiros em seu território e à neces-

sidade de suprimir os programas sociais direcionados aos mais pobres. Essas condições objetivas e materiais levaram à revisão dos critérios que admitiam a entrada de imigrantes em sua etapa de crescimento econômico na década de 1990.

Agora os tempos são outros e colocam como premente a necessidade de reconstituir uma política anti-imigração. Para isso, novos investimentos financeiros foram realizados pelo aparato estatal no complexo militar e nas polícias de fronteiras, tanto internamente quanto na esfera da União Europeia (Frontex, Europol, *hotspot*, operações Triton e Poseidon etc.), visando mandar de volta parte substancial dos imigrantes e refugiados das guerras da Líbia, Síria, Palestina etc.

A extrema direita “Irmãos da Itália” e seu parceiro de coalizão Lega têm adotado políticas de anti-imigração e contrárias às concessões aos mais pobres, silenciando completamente acerca dos verdadeiros valores econômicos que matizam sua pauta de costumes e seu discurso racial, misógino e autoritário. A plataforma política dos “Irmãos da Itália”, de Giorgia Meloni, consiste na completa falta de solidariedade com os refugiados e imigrantes que adentram a União Europeia pelo Mediterrâneo.

A atual primeira-ministra italiana continua a passar uma imagem anti-*establishment*, o que pode ser observado quando taxou em “40% os lucros bancários que excedessem em 10% os ganhos consolidados no balanço do ano anterior” (Gennari, 2024, p. 5). O decreto não possui nenhuma eficácia e foi derrubado pelos representantes do grande capital financeiro. No entanto, o exercício do poder pelos neofascistas na Itália demonstra que eles não são avessos à guerra e ao investimento no complexo industrial-militar; pelo contrário, aumentaram os gastos com o

referido complexo, passando de 1,31 bilhão para 1,49 bilhão entre 2023 e 2024, e têm apresentado o serviço militar como uma alternativa de emprego para o jovem secundarista e universitário (Gennari, 2024).

A expressão mais contundente da falácia propagandista de defesa da pauta social se apresenta nos cortes aplicados ao Programa “Renda Cidadã”: a população lançada na extrema pobreza deixou de receber o auxílio de 700 euros mensais (Souza, 2024). Essa medida conta com o respaldo da classe média, que rejeita totalmente os programas de compensação de renda, pois estes não colaboram no rebaixamento do valor dos salários e na elevação do contingente que forja o exército industrial de reserva.

Por fim, para os setores intermediários da sociedade não parece preocupante que o partido de Meloni represente os interesses do grande capital e da grande burguesia italiana nas formas mais rudimentares de exploração da força de trabalho. E muito menos que o nazifascismo se constituiu como a saída mais selvagem para o capital financeiro (imperialismo) dirimir sua crise de expansão e acumulação mediante a recorrência ao complexo industrial-militar. É nesse contexto que se torna imperativa a necessidade de fortalecimento das organizações de esquerda, na perspectiva de apresentar uma efetiva alternativa (anticapitalista e anti-imperialista) classista para a crise estrutural do sistema do capital.

O crescimento significativo das organizações de extrema direita nas principais economias da Zona do Euro desvela a capacidade que cada uma delas possui de reciclar as tradições contrarrevolucionárias mediante a reconfiguração de suas bases

programáticas. Seu vetor essencial é apresentar-se miticamente como se achasse em contraposição ao ordenamento social estabelecido. Isso indica que a mera qualificação desses movimentos como neofascistas e neonazistas é ideologicamente insuficiente para interceptar seu processo de ascendência num contexto de crise sistêmica do capital. Essas organizações tentam contraditoriamente ressignificar seu legado contrarrevolucionário na perspectiva de assegurar o *establishment* que interessa ao grande capital.

No decorrer deste texto foi possível observar como as forças de extrema direita nas primeiras décadas do século XXI reciclaram seu envoltório fenomênico, resguardando os preceitos essenciais que matizaram sua sombria emergência na segunda década do século XX. Infelizmente, o espectro do novo nazifascismo ronda a Europa, e não o “espectro do comunismo”. Não é à toa que ele conta com o financiamento de grandes representantes do capital como Vincent Bolloré, Pierre-Edouard Stérin, Elon Musk, Mark Zuckerberg, Charles e David Koch etc.

O cenário de crise estrutural do capital, em que o neofascismo espreita à porta, impõe a necessidade de que partidos de esquerda reafirmem suas convicções anticapitalistas e anti-imperialistas, pois, se continuarem na linha da menor resistência ao capital e na colaboração com governos que aplicam as políticas de austeridade, o cenário se deteriorará ainda mais. Sem uma clara apresentação da alternativa socialista, multiplicar-se-á a posição acomodatória de que é mais fácil aceitar o fim do mundo do que a possibilidade de dismantelar o sistema do capital e sua forma de sociabilidade —engendradora na exploração e na espoliação do trabalho vivo, bem como na destruição da nature-

za. Desse modo, inviabiliza-se a potencialidade revolucionária de que é mais fácil destruir o sistema capital do que operacionalizar qualquer espécie de reforma de sua natureza — ontologicamente fundada na acumulação de mais-valor.

Referências

ALVAREZ, Isabel. **Campanha de Le Pen é investigada por financiamento ilegal**. Julho de 2024. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2024/07/campanha-de-le-pen-e-investigada-por-financiamento-ilegal.html>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

BBC. **Crise financeira**: um colapso que ameaçou o capitalismo. Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55966588>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**: na encruzilhada. São Paulo: Afrontamento, 2015.

BORGES, F.T. **Mito da austeridade e a troika à brasileira**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/mito-criminoso-deficit-publico-partido-da-troika/>. Acesso em: 28 de junho de 2024.

BRANDALISE, Carla. *Europes des Patries*: histórico da extrema direita europeia. **Revista Cena Int.** 7, 2005. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAIInternacional/2005/>

vol7/no1/3.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2024.

DW – DEUTSCHE WELLE. **Resultado na França:** alívio e preocupação na Europa. Julho de 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/resultado-na-fran%C3%A7a-%C3%A9-visto-com-al%C3%ADvio-e-preocupa%C3%A7%C3%A3o-por-l%C3%ADderes-europeus/a-69598687>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

FERRARI, Sergio. **Europa rende-se à extrema direita.** Junho de 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/europa-rende-se-a-extrema-direita/>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

FORTUNA, G – LIBOREIRO, J. – SANCHEZ, A. **A esquerda disse ao Movimento Cinco Estrelas de Itália que existem “condições políticas claras” para que o partido possa aderir ao grupo.** Julho de 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2024/07/03/movimento-cinco-estrelas-de-italia-quer-juntar-se-a-esquerda-no-parlamento-europeu>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

GENNARI, Emílio. **A longa marcha da ultradireita europeia.** Notas de Conjuntura. 9 de julho de 2024.

KIRBY, Paul. **Por que França vive impasse político após esquerda vencer eleição.** Julho de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9e9pe3x0mdo>. Acesso em: 11 de julho de 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição/István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUSTO, Marcelo. A Europa em tempo de crise. **Crítica Marxista**, n. 43, 2016. Disponível em: <https://marcellomusto.org/wp-content/uploads/2016/01/A-Europa-em-tempo-de-crise.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

NARCIZO, M. Coimbra. **A extrema direita francesa em reconstrução:** Marine Le Pen e a desdemonização do Front National [2011-2017). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27286/1/ExtremaDireitaFrancesa.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PODER360. **França investiga financiamento da campanha de Le Pen em 2022.** Julho de 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/franca-investiga-financiamento-da-campanha-de-le-pen-em-2022>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

RIZVI, Osama. **O que 2024 tem reservado para o gás natural liquefeito e para a Europa.** Janeiro de 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/business/2024/01/29/o-que-2024-tem>

-reservado-para-o-gas-natural-liquefeito-e-para-a-europa. Acesso em: 20 mai. 2024.

RFI. **Saiba quem são os empresários franceses por trás do avanço do partido de Marine Le Pen.** Julho de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/saiba-quem-sao-os-empresarios-franceses-por-tras-do-avanco-do-partido-de-marine-le-pen/>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

SILVA, A. Brito et. ali. A extrema direita na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?format=pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

SOUZA, G. M. Caetano de. **A inserção da Itália no Bloco Europeu:** a resposta contida nos discursos de Giorgia Meloni. TCC. Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, 2024.

SOUZA, Maria Eduarda Gomes de. **#TenhaCoragemAlemanha:** Uma análise dos discursos do partido de direita radical AfD no Twitter. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade de Brasília, 2020.

TARRIT, Fabien. Sobre a orientação econômica do partido da Frente nacional (*Front National*). **Revista Ciência & Luta de Classes Digital.** Ano I, vol. 2. N. 2, Julho de 2015. Disponível em: <https://revistaclc.ceppes.org.br/online/article/view/57/31>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

CAPÍTULO QUARTO

A GUERRA DA UCRÂNIA E O COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR DA OTAN E DA RÚSSIA

Prof. Dr. Artur Bispo

A debacle da ex-União Soviética e do bloco “socialista”, entre 1989 e 1991, levou os ideólogos do capital, como Francis Fukuyama, a afirmarem o fim da história e a impossibilidade de alguma espécie de alternativa ao sistema do capital. O fim do mundo bipolarizado pela Guerra Fria deveria servir para a absoluta hegemonia do imperialismo norte-americano; no entanto, o movimento dialético da história contrapõe-se radicalmente aos preceitos teleológicos e nem sempre obedece às idiossincrasias impostas pelas personificações do capital.

O fim do mundo bipolar não resultou num itinerário regular e ascendente para a economia norte-americana, e muito menos na constituição das condições essenciais para o capital deslocar suas contradições. O poder de Wall Street, enquanto manifestação da hipertrofia do capital financeiro, implicou um caminho tortuoso e zigzagueante para o neoimperialismo norte-americano, revelando que o capital não consegue se autor-reproduzir sem intensificar a exploração da classe trabalhadora internacional e instituir novos processos de expropriações.

As concessões liberalizantes realizadas pelos soldados do capital instalados no Kremlin (na década de 1990) foram insuficientes para assegurar um itinerário ascendente ao neoimperialismo norte-americano no Leste Europeu e na Eurásia. As vicissitudes da imposição da fragmentação das 15 repúblicas soviéticas

reverberam de múltiplas formas, encontrando no complexo industrial-militar⁵¹ a forma predominante do capital deslocar suas contradições, revelando a sua natureza essencialmente destrutiva.

4.1 A OTAN e o imperialismo norte-americano

A dialética capitalista internacional conduziu os Estados Unidos à condição de maior potência mundial com o fim da Segunda Guerra Mundial, passando de 14 bases militares espalhadas no mundo, para 30 mil bases militares; o Japão derrotado sozinho detinha mais de 3.800 bases militares norte-americanas (Luzzani, 2012, p. 93). Eles se aproveitaram da fragilidade da Europa, desmantelada pela Grande Guerra, para assegurar seus negócios adentrando em seu espaço geopolítico, num contexto de derrocada das forças neofascistas pelos exércitos de resistência franceses, italianos etc. Esse poderio bélico achava-se fortemente articulado à política econômica de investimento na recuperação europeia, impondo sanções aos processos de reconstrução que tivessem participação de uma esquerda mais sistemática e de representantes dos partidos comunistas (França e Itália).

51 O referido termo ganhou notoriedade nos Estados Unidos, em que o presidente Dwight D. Eisenhower salientou, em seu discurso de despedida, a intricada unidade persistente entre Estado, industriais e forças armadas com incomensurável poderio de delinear a arquitetura de sua política externa belicista. A aliança não tem nada de informal, pois constitui-se como elemento basilar para o aprimoramento do desenho da ubiquidade do capital sobre o trabalho e sobre as organizações proletárias em todo o mundo (Cf. Baran & Sweezy, 1978).

A presença das tropas norte-americanas serviu para demarcar posição e ocupação territorial asseguradas com o Tratado de Washington ou Tratado de Atlântico Norte (Nato/Otan), em abril de 1949, sob a justificativa da necessidade de impedir o expansionismo do “comunismo” representado pela União Soviética. O referido tratado, sob a égide norte-americana, contou com a participação da Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e, posteriormente, da Alemanha Ocidental (1955) e Espanha (1982). Escreve Bandeira (2016, p. 129): “Aliança Atlântica, estabelecida como coalizão política, em uma integrada organização militar, sob as ordens do Supremo Comando do Pentágono”. No fundo, a Otan tinha como propósito impedir que a União Europeia se tornasse uma potência militar e econômica.

A necessidade de assegurar a defesa da Europa Ocidental contra a invasão soviética assegurou a expansão do sistema financeiro norte-americano na Europa, especialmente do National City Bank. A defesa dos preceitos da democracia tinha como fio condutor a política de ascendência do dólar como moeda de transação internacional, estabelecida pelo Acordo de Bretton Woods. A bipolarização era o ingrediente ideológico necessário para justificar a expansão do complexo industrial-militar e nutrir a necessidade de segurança da Europa Ocidental fragilizada ante a ameaça “comunista”. A corrida armamentista drenou os recursos soviéticos para o complexo destrutivo do capital, distanciando-se cada vez mais dos propósitos estabelecidos pela revolução operário-camponesa de 1917.

O poder da Otan transcendeu suas fronteiras iniciais após a queda do muro de Berlim (1989) e as inusitadas concessões li-

beralizantes realizadas por Mikhail S. Gorbachev, que admitiu a associação da Alemanha unificada à aliança atlântica, em troca da bravata de George H. W. Bush (1989-1993) de não transpor os limites fronteiriços da antiga Alemanha Oriental. O colapso da ex-União Soviética (1991), perpetrado pelas reformas ensejadas pela *perestroika* (reestruturação) e pela *glasnost* (transparência) do secretário-geral do Partido Comunista, resultaram no desmantelamento do Pacto de Varsóvia, condicionado a que a Alemanha Oriental não iria se militarizar e a Otan não cooptaria os países do Pacto de Varsóvia para seu campo de influência. Isso não aconteceu, pois Polônia, Hungria e Tchecoslováquia aderiram ao Pacto em 1999.

O crescimento da Otan para além das fronteiras estabelecidas perpassou a década de 1990, investindo belicamente contra a Bósnia e a Herzegovina, na “Operação Força Deliberada” (1995), quando instalou mais de 60 mil homens no seu território. Em seguida, fortaleceu o movimento interno de independência da província de Kosovo da República da Iugoslávia (Sérvia). Nesse conflito, a Otan destruiu Belgrado após 78 dias de bombardeios, a despeito dos protestos inócuos da Rússia. Desse modo, iniciou-se o processo de esquarteramento da Iugoslávia pela Otan, em que mais de 200 mil sérvios foram expatriados.

A Otan e os Estados Unidos manipularam os albaneses islâmicos para apropriar-se dos abundantes recursos naturais (chumbo, zinco, prata, níquel, cobalto, ouro, cádmio, bauxita, ferro-níquel, carvão, magnésio) de Kosovo, visando atender aos interesses econômicos das corporações transnacionais lideradas pelos bilionários George Soros, Eliot Engel, Frank Wisner, e ainda pelo americano-albanês Sahit Muja, “proprietário da Bytyci

Company e seu sócio em tráfico de armas e lavagem de dinheiro, em negócios da ordem de US\$ 1 trilhão” (Bandeira, 2016, p. 129). Não à toa, no final do conflito, a Otan criou uma força especial, denominada Kosovo Forces, mediante a edificação de uma das bases militares mais avançadas do Pentágono, Camp Bonds-steel – com 300 edifícios, campos de esportes, igreja, biblioteca, hospital nos seus 84 quilômetros cercados de arame farpado, mais 14 torres de vigilância. A referida base serviria para assegurar os interesses econômicos das transnacionais norte-americanas aglutinadas na construção do oleoduto Trans Balkan, da multinacional Brown & Root Services Corporation (subsidiária da Halliburton) (Luzzani, 2012, p. 2016). A ocupação das tropas da Otan de Trepça Mines, ao norte da cidade de Mitrovica, no Kosovo, viabilizou a privatização de todas as suas reservas naturais, representando mais de US\$ 1 trilhão (Bandeira, 2016).

Na primeira década do século XXI, sete novos países do Leste Europeu aderiram ao tratado: Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Romênia, Bulgária, Eslovênia (2004), Albânia, Croácia (2009) e Montenegro (2017). Assim, a Otan alcançou a adesão de trinta países. Nesse processo, a Rússia foi considerada inimiga central dos interesses imperialistas norte-americanos, a despeito da completa adesão ao capitalismo e sua submissão aos imperativos do FMI e à tutela econômica do capital financeiro e seu complexo industrial-militar.

O teatro da guerra ganhou fôlego com os atentados de 11 de setembro no Wall Street Center nos EUA; a luta contra o terror reciclou a corrida armamentista, antes alimentada pela bipolarização da Guerra Fria. A despeito das rivalidades, a necessidade de combater o inimigo invisível do terrorismo alimentou

os acordos de cooperação entre Otan e Rússia. Desse modo, foram projetadas ações objetivando combater o terrorismo, o narcotráfico continental, os desastres naturais, os conflitos étnicos e as ameaças à democracia. No entanto, a ameaça russa continuava sendo o *leitmotiv* da sobrevivência da Otan.

Steel (1998, p. 16) afirma que a Otan “proporciona aos EUA não apenas uma presença militar contínua na Europa, mas também uma alavancagem política naquela região”. Sob o manto de guardião da segurança e da democracia, a Otan assegurou os interesses de suas corporações financeiras (Chase Manhattan Bank, JPMorgan, Morgan Stanley, National City Bank of New York, Bank of America, Wells Fargo etc.) e das suas multinacionais petrolíferas.

Ao aderirem à Otan, os países europeus assinaram um cheque em branco para que os Estados Unidos instalassem cem bombas nucleares em seus territórios. A Federação de Cientistas Americanos e o Centro de Controle e Não Proliferação de Armas afirmam que essas bombas estão distribuídas da seguinte maneira: “15 bombas em Kleine Brogel, na Bélgica; 15 bombas em Büchel, na Alemanha; 20 bombas em Aviano, na Itália; 15 bombas em Ghedi, na Itália; 15 bombas em Volkel, na Holanda; 20 bombas em Incirlik, na Turquia (Arreguy, 2022, p. 2).

O poderio bélico norte-americano não parou de crescer depois da queda do muro de Berlim (1989) e do colapso da ex-URSS (1991). O fim da bipolarização não implicou na redução de sua corrida armamentista para investir em políticas sociais; pelo contrário, elas ganharam novos corolários na perspectiva de assegurar a aplicação das políticas neoliberais e os interesses do capital financeiro. Segundo Luzzani (2012, p. 231): “Quando

derrubou o Muro de Berlim, os EUA tinham oficialmente 650 bases militares na parte do mundo que dominava (o que excluía a ex-URSS, Europa Oriental, o golfo Pérsico, China, Índia, Vietnã, Coreia do Norte, entre outros)”. Em 2009, os EUA possuíam 909 bases militares espalhadas em 46 países aliados, com mais de 190 mil soldados e 115 especialistas na arte da guerra. Seu arsenal nuclear tem capacidade para eliminar mais de sete vezes todas as espécies de vida na face da Terra (Luzzani, 2012).

Além dos EUA, quatro países possuem armas nucleares: Rússia, China, França e Reino Unido. Há países que realizaram testes nucleares: Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel. A África do Sul □ assim como Bielorrússia, Cazaquistão e Ucrânia □ possui armas nucleares e foi pressionada para abdicar de suas posses pelas potências imperialistas.

A capacidade de mútua destruição (*Mutual Assured Destruction* □ MAD) dos EUA e da Rússia está no fato de serem detentoras do poder nuclear. Os diversos conflitos bélicos que ocorreram depois da Segunda Guerra Mundial jamais foram protagonizados por nações portadoras de armas nucleares. Um conflito envolvendo somente 1% do poder explosivo existente e pronto para disparo nos arsenais nucleares dos Estados Unidos seria capaz de promover uma “mortandade maior que todas as batalhas da Segunda Guerra Mundial e destruiria o clima global por uma década ou mais, com efeitos ambientais que poderiam devastar tudo sobre a face da Terra” (Bandeira, 2016, p. 117).

A complexa explosão de uma ogiva termonuclear “poderia causar severa radiação que danificaria centenas de milhas além da área da detonação; e tais armas, empregadas em uma *all-out war*, assolariam toda a Terra ou grande parte dela, tornan-

do-a inabitável” (Bandeira, 2016, p. 117). A devastação da Rússia pelos Estados Unidos implicaria a completa modificação climática do planeta, eliminando definitivamente as estações anuais, alterando radicalmente as colheitas e dizimando de fome toda espécie viva; destruiria também os Estados Unidos e a Europa. No entanto, qualquer espécie de ataque norte-americano (Otan) ao território russo pode ser respondida na mesma proporção, pois a Rússia modernizou completamente seu sistema defensivo, desenvolvendo mísseis intercontinentais MIRV R-36 e os SS-18 com capacidade de penetrar em diversos sistemas de defesa mediante ogivas, atingindo alvos a 6.200 milhas; bem como mísseis supersônicos (P-800 Oniks) e balísticos Topol-M, RS-24 Yars e RS-26 Rubezh; além de sistemas antimísseis e antiaéreos, bombardeiros estratégicos e artilharia aérea, aviões supersônicos em nada inferiores aos da Otan (Bandeira, 2016).

Os investimentos na modernização do complexo industrial-militar estão articulados à reconstrução de bases estratégicas no círculo do Ártico para se proteger da expansão da Otan nas repúblicas do Báltico (Estônia, Lituânia e Letônia) e ainda conta com bases militares no leste da Bielorrússia, na Armênia, Tajiquistão, Quirguistão e Crimeia (Bandeira, 2016). A conquista do território russo é uma tarefa praticamente impossível de ser alcançada pela dimensão e adversidade territorial, como demonstraram no passado as tropas napoleônicas e nazistas.

A abertura para o capitalismo colocou a Ucrânia numa situação dramática, pois sua dívida pública passou de 550 milhões de dólares, em 1992, para 30 bilhões, em 2007, como um claro resultado de sua subserviência às políticas neoliberais impostas pelos organismos internacionais e pelos bancos europeus

(Deutsche Bank, Credit Suisse e Depfa). O *status* da Ucrânia era de *default* absoluto de suas contas; sua principal empresa estatal, a Naftogaz, “devia US\$ 2,4 bilhões à Gazprom – que despachava o gás da Rússia para a União Europeia” (Bandeira, 2016, p. 289), em 2014. O *default* da companhia chegou ao montante de 33 bilhões de dólares.

A Ucrânia foi exaurida pelos acordos com organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), que impuseram uma redução drástica nos subsídios de energia e nos programas sociais, o fortalecimento dos bancos privados e o aprofundamento das privatizações. Como o presidente Yanukovych não tinha como cumprir o pagamento do acordo de 2011, o empréstimo de 15,2 bilhões de dólares foi cancelado em 2013.

Para impedir a Ucrânia de continuar flertando com a Otan e o livre comércio europeu, o governo Vladimir Putin impôs um conjunto de sanções que resultaria num prejuízo de 500 bilhões de dólares aos negócios ucranianos. A economia exaurida da Ucrânia precisava estabelecer uma ponte de conciliação com a Rússia para recuperar-se economicamente. No entanto, a assinatura do acordo com a Rússia, em 2013, que possibilitaria sua recuperação econômica, promoveu um elevado recrudescimento da oposição organizada por agentes infiltrados da CIA, financiados pela Open Society Foundations do bilionário George Soros e pelas transnacionais Chevron e Royal Dutch-Schell.

As manifestações organizadas por Oleh Tyahnybok, líder do Svoboda (Partido da Liberdade), da extrema direita nacionalista, e Arsenly Yatsenyuk, do Partido da Pátria, objetivavam fazer o pêndulo da política ucraniana voltar-se diretamente para os interesses do mercado europeu. Os manifestantes da Pra-

ça Maidan eram milicianos da organização de extrema direita Svoboda; alguns usavam armas e trajes com emblema da SS Galitzia, recorrendo às insígnias neonazistas. A esta organização se somaram os ultranacionalistas do Svoboda, neonazistas do Setor de Direita, o batalhão Azov, Patriotas da Ucrânia e outros grupos fascistas sob o comando de Dmytro Yarosh (Bandeira, 2016).

O *putsch* que destituiu do poder o presidente Viktor Yanukovich, em 22 de fevereiro de 2014, em Kiev (Ucrânia), contou com suporte ostensivo de Washington, que assegurou sua substituição pelo preposto da extrema direita. A derrubada de Yanukovich resultou na tomada da Crimeia pelos russos e no desencadeamento de diversos confrontos do governo financiado pelos Estados Unidos com as forças insurgentes forjadas em Donetsk, Luhansk, Gorlovka e Makeyevk. A luta contra as forças golpistas resultou na independência das províncias de Donetsk e Luhansk.

O presidente atual da Ucrânia não passa de um funcionário e testa de ferro do bilionário Ihor Kolomoyskyi, dono de várias empresas transnacionais, do maior banco ucraniano e do canal de televisão que exibia o programa estrelado por Zelensky. O empresário bilionário é um opositor ferrenho de Vladimir Putin e financia as milícias neonazistas que combatem rebeldes russos em território ucraniano. Por sua vez, existem grupos análogos que apoiam Vladimir Putin dentro da Rússia, como afirma Alves (2022, p. 2):

Conservadores fundamentalistas, ultranacionalistas, pan-eslavistas, monarquistas e nazifascistas, são dezenas de grupos, pequenos partidos e milícias atuando no país e defendendo o ideá-

rio putinista de reconstrução da “Grande Rússia” e por uma “Nova Ordem Internacional”. Muitos desses grupos e ativistas também atuam em correntes do partido governante, o Rússia Unida.

Dessa forma, não é verdade que a ocupação russa da Ucrânia tenha como propósito combater as forças neonazistas ucranianas e terroristas apoiadas pela Otan, porque o governo Putin também recorre a essas forças para impedir a constituição de uma alternativa ao capital no interior da Rússia. A luta ocorre muito mais no campo da disputa imperialista pela reconfiguração da ordem internacional que tem como propósito fundamental a espoliação das riquezas produzidas pelos trabalhadores ucranianos. Isso não significa desconsiderar as diferenças existentes entre os interesses da Otan e os interesses russos.

Nesse cenário, a Ucrânia não passa de joguete nas mãos das duas grandes potências militares. Sua inserção na Otan representaria o enclausuramento da estrutura defensiva e econômica russa, haja vista que depende das riquezas naturais da Ucrânia na produção armamentista e de sua posição geopolítica subserviente, devido à presença da base naval de Sevastopol, à necessidade de acesso ao mar Negro e do controle de seus canais de oleodutos e gás natural. A inserção da Ucrânia na Otan não poderia ser considerada como um mero desvio de rota factível de ser contornado, posteriormente, pela Rússia. Nesse processo, a classe trabalhadora ucraniana precisa constituir uma alternativa para além do capital e dos interesses das duas maiores potências militares do mundo. A Ucrânia não deve ser mero joguete do lucro e da ambição das grandes corporações transnacionais e do

complexo industrial-militar da Otan e da Rússia.

4.2 As espoliações e a modernização do complexo industrial-militar russo

As reformas neoliberais promulgadas por Mikhail S. Gorbachev e Boris Yeltsin (1991-1999) levaram à dissolução da União das Repúblicas Soviéticas (URSS) e sua fragmentação em 15 repúblicas independentes (as do Báltico: Lituânia, Letônia e Estônia; as eslavas: Ucrânia, Moldávia e Belarus; as do Cáucaso e da Ásia Central: Armênia, Geórgia, Azerbaijão, Turcomenistão, Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Quirquistão e a Rússia). A via errática de Boris Yeltsin foi iniciada com a concessão de 20 bilhões de dólares do FMI e Banco Mundial em 1992; essas concessões não pararam de crescer e endividaram completamente a economia russa na década de 1990.

A abertura da economia russa ao capitalismo foi um desastre; parte da burocracia passou à condição de autocracia burguesa mediante os processos de expropriação das riquezas coletivas decorrentes das privatizações das empresas estatais e coletivas, da transformação da terra em mercadoria e de um processo de desindustrialização imposto pelo capital financeiro que fez ampliar o pauperismo de 2% para 39% da população. As espoliações e os saques forjaram os grandes capitalistas endógenos (formados por três grupos distintos: gerentes das antigas empresas estatais e lideranças partidárias, gângsteres e banqueiros privados); já as reformas neoliberais impostas pelos organismos internacionais resultaram no desemprego de 25% da população, em hiperinflação e queda do PIB em 50% (Galvão, 2018). As

concessões de Boris Yeltsin fizeram a fortuna de homens como

Vladimir Potanin, Boris Nemtsov, líder da União das Forças de Direita (Soyuz Pravykh Sil), Mikhail Khodorkovsky e Kakha Bendukidze, dono do grupo industrial Uralmash-Izhora, inter alia, foram alguns dos buccaneer, “robber barons”, que usurparam o poder e saquearam as riquezas do país. Cerca de 90% dos empresários registraram-se *offshore*, assim como a frota de navios russos, e em torno de US\$ 580 bilhões do setor privado emigraram para outros países. (Bandeira, 2016, p. 143).

A transição da Rússia para o capitalismo permitiu um processo colossal de espoliações das riquezas dos trabalhadores concentradas anteriormente no ente estatal. Homens como Vladimir Potanin apropriaram-se do controle de mais de vinte estatais da noite para o dia, alcançando, em 2014, uma fortuna de mais de 14 bilhões de dólares somente no exterior (Bandeira, 2016).

As concessões em cerca de 50% do complexo petrolífero levaram à privatização da Sibneft (OAO Siberian Oil Company) na Sibéria, comprada pela Finansovaya Neftyanaya Kompaniya (Finance Oil Corp), do oligarca Boris Berezovsky, por meros US\$ 100,3 milhões. O patrimônio de Roman Abramovich, em 2014, atingia a soma de US\$ 10,2 bilhões. Sob a influência e a orientação de Potanin, as estatais mais poderosas da Rússia foram privatizadas, entre elas: Yukos, Lukoil, Sibneft, Surgutneftegas, Novolipetsk Steel, Mechel, Norilsk Nickel etc. (Bandeira, 2016).

Na esfera financeira, a coisa não foi distinta; o principal espoliador das riquezas construídas pelos trabalhadores foi um ex-dirigente da Liga da Juventude Comunista, Mikhail Khodorkovsky, que abocanhou, pela mediação do banco Menatep, o controle da Apatit, empresa de fertilizantes, e da petroleira *Yukos Oil Company*, segunda maior empresa russa. Sua fortuna foi avaliada, em 2003, em mais de US\$ 15 bilhões. No entanto, em 2005, Khodorkovsky foi preso, sob a acusação de massiva evasão de impostos e fraude, e a Yukos faliu um ano depois (Bandeira, 2016).

As reformas impostas por Boris Yeltsin na década de 1990 levaram a economia russa à depressão, com queda de 50% na sua produção e um crescimento vertiginoso do número dos bilionários □ traficantes e estelionatários dos recursos públicos. O ponto de inflexão que interrompeu as reformas radicais para atender aos imperativos do capital financeiro foi o *crash* da Bolsa de Valores em 1998, que culminou na falência de mais de 1.500 bancos. A queda vertiginosa do rublo elevou o valor dos produtos essenciais à sobrevivência da classe trabalhadora, obrigando o Banco Central da Rússia a intervir na economia para impedir seu *blecaute* completo.

As promessas fetichistas de inserção no mundo capitalista resultaram numa depressão econômica semelhante à experimentada pelos Estados Unidos em 1929; os salários dos trabalhadores tiveram queda de 58% e os investimentos na produção caíram 81% (Fiori, 2018). A ampliação do déficit orçamentário estatal recaiu especialmente sobre os funcionários públicos, que tiveram seus salários suspensos.

A grave situação econômica e os ataques da Otan a Lugos-

lávia/Sérvia defenestraram Yeltsin do Kremlin, deixando como substituto o coronel da antiga KGB e primeiro-ministro de seu governo, Vladímir Spiridónovich Putin. Um acordo estabelecido entre as distintas frações da burguesia assegurou, de forma bonapartista, os interesses endógenos e sufocou o descontentamento das massas, que começavam a sentir saudades do passado não capitalista.

Para superar a via errática do governo Yeltsin e sufocar o descontentamento popular, a própria burguesia, através de seus governos de plantão (Dimitri Medvedev e Vladímir Putin), reestatizou as principais empresas responsáveis pela exploração de gás natural e petróleo sem romper com o mercado.

Escreve Bandeira (2016, p. 151):

O Estado passa a assumir o controle de parte substancial da produção de gás e petróleo, com a aquisição de 75% da Sibneft, de propriedade do oligarca Roman Abramovich, pela Gazprom, que lhe pagou US\$ 13 bilhões, bem como de outras fontes de minério, colocando as companhias de energia completamente abertas e transparentes para os investidores.

Sob o controle estatal, a Gazprom tornou-se a maior exportadora de gás natural do mundo e a décima quinta maior empresa mundial, movimentando 15% das reservas de gás natural do planeta. Seus oleodutos chegam até a Áustria, Alemanha e França pelos oleodutos que passam pela Ucrânia e Bielorrússia; fornece ainda gás natural para Estônia, Finlândia e Lituânia. A Gazprom emprega mais 330 mil trabalhadores. As atividades dessa companhia estatal tornaram a Rússia o segundo maior pro-

dutor de gás mundialmente.

A Rosneft é uma empresa transnacional que opera em mais de cinquenta países e mantém a Rússia como a terceira maior economia na produção petrolífera. As estatais russas comandam setores distintos da economia, como finanças (VTB Bank, com 167 milhões de clientes no mundo e 377 mil funcionários), oleodutos (Sberbank e Transneft, maior empresa de oleodutos do mundo), energia (Rosseti e Lukoil, que emprega mais de 200 mil pessoas), aeroespacial e defesa (United Aircraft Corporation). Essas empresas estatais passaram a operar segundo a lógica do capital, permitindo que os setores privados atuassem como sócios “igualitários”.

O descontentamento popular, o *crash* de 1998 e a forte ameaça da Otan impuseram a necessidade de a burguesia russa recorrer ao estilo bonapartista, elegendo Vladimir Putin como seu fiel escudeiro. A aliança bonapartista adotou uma posição distinta da cartilha dos organismos internacionais e aplicou as políticas ocidentais que emergiram depois do *crash* de 1929. A forma híbrida de administração do capital se revela na ascensão da presença estatal na economia, como mostra Bandeira (2016, p. 151): “O Estado passou a controlar quase 50% da economia, i.e., os setores estratégicos □ empresas de energia, telecomunicações, metalurgia, indústria bélica e nuclear □ e deixou para a iniciativa privada a produção de bens de consumo e a agricultura. O Estado, em 2012, controlava ainda 49% do setor bancário e 73% do transporte”.

O PIB do país passou de 300 bilhões de dólares, no início do século, para 1,7 trilhão de dólares, em 2019 (Mello, 2022). E longe duma possível ameaça aos preceitos do capital, a recu-

peração das empresas estatais do complexo energético e petrolífero reorganizou o complexo industrial-militar, como expressão modelar da natureza destrutiva do sistema do capital. Os gastos com o referido complexo aumentaram 12 vezes e elevaram a Rússia ao posto de segunda maior potência militar do mundo e segunda maior exportadora de armas na economia mundial, possuindo mais ogivas nucleares que os Estados Unidos (6.500 contra 6.300).

Os investimentos no complexo industrial-militar visaram essencialmente impedir o retorno à experiência “socialista” e atender aos interesses da velha camarilha burocrática transformada em burguesia. Para conter o impulso dos setores mais radicais, que combatiam as privatizações e o crescimento exponencial da miséria dos trabalhadores, o governo de Putin recorreu aos preceitos ideológicos do nacionalismo (bandeira vermelha sem a foice e o martelo), do patriotismo, do moralismo conservador (aliança com a Igreja Ortodoxa), da censura e ao fechamento de meios de comunicação, bem como à perseguição política aos seus opositores de esquerda. Para cooptar os setores pauperizados pelo capital – 20 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza –, adotou uma série de políticas compensatórias.

A recuperação econômica foi viabilizada pela intervenção estatal na economia. A produção de *commodities* elevou o PIB a taxas acima de 5%, mas isso não alterou a estrutura capitalista centrada na acumulação de riqueza, de um lado, e na ampliação da pobreza, do outro. Este crescimento, benéfico para as classes dominantes, permitiu que o governo de Vladimir Putin recusasse as políticas de conciliação com a Otan estabelecida pelo seu

antecessor e iniciasse uma campanha a fim de obstaculizar seu expansionismo mediante ações militaristas na Chechênia, bem como recuperasse porções territoriais na Geórgia (2008) e promovesse a anexação da Crimeia (2014), região que pertencia à Ucrânia. As duas anexações foram uma resposta capitalista de Moscou à política de interferência dos Estados Unidos e da Europa Ocidental nas zonas de passagem de seus oleodutos de gás natural, petróleo e outros derivados, desvelando o caráter pan-eslavista da autocracia russa.

A tentativa dos Estados Unidos de controlar os territórios por onde passam os ricos mananciais petrolíferos e gasodutos russos para atender a suas transnacionais mediante o financiamento de unidades islâmicas (Estado Islâmico) na Ucrânia, Tunísia e Turquia, levou Moscou a apoiar Bashar Al-Assad na Síria (2014), pois era sabido que teriam de combater os terroristas da *al-Qa'ida*, vassalos da Otan, posteriormente, em seu próprio território. Os Estados Unidos sempre estiveram envolvidos no tráfico de petróleo e armas (petrodólares), manipulando as ações dos grupos extremistas islâmicos para intervir no Oriente Médio e ampliar sua influência na Eurásia.

A participação dos russos na guerra da Síria mudou a correlação de forças □ em que o pêndulo tendia invariavelmente para o lado norte-americano □ e revelou um processo de reciclagem do ideário da grande “Rússia” czarista. A correlação foi alterada pela aliança tática e estratégica que a Rússia manteve com a China. É provável que isso tenha propiciado a completa modernização do poderio naval e aéreo russo, fartamente demonstrado nos conflitos da Síria e da Crimeia. Segundo Bandeira (2016, p. 31), “os mísseis cruzeiros supersônicos 3M-14T Kali-

br, disparados a partir de corvetas e destróieres, no Mar Cáspio, e de submarinos, no Mediterrâneo, contra alvos na Síria, sobrevoam mais de 900 milhas (1.900 km), bem como os devastadores ataques aéreos empreendidos pelos jatos Sukhoi Su-34s e outros”. Os analistas da arte da guerra consideram esses mísseis superiores aos equivalentes estadunidenses.

Por fim, merece destaque a retomada das taxas de crescimento da Rússia nas duas primeiras décadas do século XXI, propiciada pelo *boom* das *commodities*, embora não alcancem os níveis que precederam à debacle da União Soviética e continuem muito distantes de oferta de melhores condições de vida à classe trabalhadora, pois as taxas de desemprego persistem elevadas e o número de pobres não para de crescer. As sanções econômicas impostas à Rússia pelas “potências atlânticas” a partir de 2014 devem se intensificar ainda mais com a Guerra da Ucrânia, a fim de atender aos interesses do grande capital de corporações petrolíferas como Shell, BP, ExxonMobil, TotalEnergies, Equinor, Orsted etc.

As retaliações têm como propósito propiciar uma profunda crise nos negócios das estatais para privatizá-las por valores irrisórios, como aconteceu com as petroleiras na Argentina, no México, no Brasil etc. Pior que o boicote anunciado pelas corporações transnacionais – montadoras de automóveis transnacionais (Ferrari, Daimler Truck, Renault, Volvo, Toyota, Ford, Harley-Davidson, GM e Jaguar Land Rover), fabricantes de aeronaves (Boeing e Airbus), administradoras de cartões (Visa, American Express e Mastercard), *commodities* agrícolas (Bunge, Archer-Daniels-Midland) e diversos outros setores – foi o congelamento unilateral dos Estados Unidos e da União Europeia

dos ativos do Banco Central e do Fundo Soberano da Rússia no exterior, estimado em mais de 600 bilhões de dólares. Este montante é produto da exploração da classe trabalhadora russa; a riqueza produzida acaba sendo drenada para o exterior e serve aos interesses do capital financeiro.

As medidas adotadas estão em plena consonância com a política imperialista norte-americana do presidente Joe Biden, que anunciou a suspensão das importações de petróleo, gás e energia da Rússia. No entanto, as transnacionais estrangeiras não impedirão a Rússia de continuar funcionando, devido à sua relação com a China e à inflexão econômica realizada no começo do século XXI □ diferentemente da totalidade das economias capitalistas, que estacionaram no estabelecimento das políticas impostas pelo “Consenso de Washington”. Desse modo, a Rússia passa a engrossar o caldo das nações que sofrem sanções dos Estados Unidos na perspectiva de deslocar as contradições do capital na etapa de aprofundamento da crise estrutural e da impossibilidade de o capital deslocar suas contradições sem recorrer à guerra em grande escala.

A deflagração de guerra contra a Ucrânia se inscreve como uma medida preventiva da autocracia burguesa russa, forjada pelos processos de espoliações orquestrados pelos governos Yeltsin e Putin. A depuração dos elementos mafiosos integrantes das reformas de Yeltsin não faz de Putin um representante dos interesses da classe trabalhadora. A recuperação econômica, operada sobre a classe trabalhadora pelo governo Putin – recorrendo ao expediente bonapartista –, tem como objetivo assegurar os interesses do capital que transforma a riqueza dos trabalhadores em *commodities* e serve ao complexo industrial-militar

de forma análoga ao imperialismo norte-americano, colocando em risco o destino da espécie humana no planeta.

A intensificação da modernização do complexo industrial-militar tem como corolário essencial o lucro, que não passa de expressão da acumulação de mais-valia ou do mais-trabalho não pago. Nos tempos hodiernos, a crise estrutural do sistema do capital impõe a necessidade de colocar em movimento a máquina de guerra dos Estados Unidos, que consome anualmente mais de 778 bilhões de dólares, de um lado, e da segunda maior máquina de guerra do mundo, a da Rússia, que gasta 61,7 bilhões, do outro. O complexo industrial-militar consome anualmente quase 2 trilhões de dólares, uma riqueza produzida pela classe trabalhadora que se ergue como um monstro contra a própria classe trabalhadora e a humanidade, recurso este investido em produtos que devem ser destruídos na perspectiva de promover a morte de inúmeros seres humanos.

Ao invés de funcionar como uma tábua de salvação para a crise profunda do sistema do capital, a anexação da ex-URSS e da China ao mundo capitalista não atenua as contradições do sistema do capital, tão só desloca determinadas contradições de forma efêmera. Por isso, os Estados Unidos precisam acionar sua máquina de guerra a fim de interceptar o recuo de sua presença no mercado mundial, e a Rússia precisa acionar sua máquina de guerra para assegurar seu *establishment* na Eurásia contra a ameaça da Otan. A Ucrânia não passa de um joguete dos interesses das duas maiores potências militares do mundo; ambas têm como corolário sua colonização.

O problema fundamental não é a soberania da Ucrânia, mas a correlação de forças entre as potências capitalistas num

contexto de crise profunda do sistema do capital. A classe trabalhadora deve contrapor-se radicalmente à guerra, como expressão da natureza destrutiva do capital. A guerra em curso é contrarrevolucionária, pois não representa a constituição efetiva de uma alternativa para a humanidade. A classe trabalhadora deve dizer não ao imperialismo dos Estados Unidos, expresso na Otan, e não à política bonapartista de Vladímir Putin. Nem a Otan nem Putin representam os interesses efetivos dos trabalhadores e a necessidade de a humanidade ir além do capital.

Referências

ALENCAR, Dimas Melo; PEREIRA, Roberta Dohani. A criação da Otan e sua permanência no período pós-Guerra Fria. In. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 83-103, jun. 2004. Endereço eletrônico: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5068/5140>. Acesso em: 11 de março de 2022.

ALVES, Milton. Guerra Rússia-Ucrânia: a extrema direita que vibra por Putin e a “nova ordem internacional”. **Brasil de Fato**, 4 de março de 2022. Endereço eletrônico: <https://www.brasildefatopr.com.br/2022/03/04/guerra-russia-ucrania-a-extrema-direita-que-vibra-por-putin-e-a-nova-ordem-internacional>. Acesso em: 14 de março de 2022.

ARREGUY, Juliana. **EUA têm 100 armas nucleares distribuídas pela Europa; Rússia exige retirada**. São Paulo, 3/3/2022. Endereço Eletrônico: <https://noticias.uol.com.br/>

[internacional/ultimas-noticias/2022/03/03/armas-nucleares-eua-europa-otan.htm#:~:text=Segundo%20a%20FAS%20\(Federa%C3%A7%C3%A3o%20de,em%20Kleine%20Brogel%2C%20na%20B%C3%A9lgica](https://ultimas-noticias/2022/03/03/armas-nucleares-eua-europa-otan.htm#:~:text=Segundo%20a%20FAS%20(Federa%C3%A7%C3%A3o%20de,em%20Kleine%20Brogel%2C%20na%20B%C3%A9lgica). Acesso em: 11 de março de 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto. **A desordem mundial**: o espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.

BARAN, Paul.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BRASIL DE FATO. **Saiba quem é Volodymyr Zelensky e como ele foi de comediante televisivo a presidente da Ucrânia**. 28 de fevereiro de 2022. Endereço eletrônico: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/28/saiba-quem-e-volodymyr-zelensky-e-como-ele-foi-de-comediante-televisivo-a-presidente-da-ucrania>.

FIORI, José Luis. **Depois da destruição neoliberal**. Inep, 2018. Endereço eletrônico: <https://ineep.org.br/depois-da-destruicao-neoliberal/>. Acesso em: 12 de março de 2022.

GALVÃO, G. P. **Rússia, em busca de seu espaço no novo contexto internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso, IESB, 2018. Endereço eletrônico: <https://publicacoes.even3.com.br/tcc/russia-em-busca-de-seu-espaco-no-novo-contexto-internacional-12884>. Acesso em: 13 de março de 2022.

LUZANNI, Telma. **Territorios vigilados**. Buenos Aires: Debate, 2012.

STEEL, Ronald. Expandir ou não expandir a Otan? In. **Política Externa**, v. 6, n. 4, 1998.

CAPÍTULO QUINTO A AMAZÔNIA E A NATUREZA DESTRUTIVA DO CAPITAL

Prof. Dr. Artur Bispo

Prof. Dr. Everton Melo Silva⁵²

Prof. Dr. Renalvo Cavalcante Silva⁵³

A era do capital financeiro, enquanto síntese das múltiplas determinações (capital usuário, mercantil, comercial e industrial) e forma mais avançada de configuração do capital, poderia plasmar-se como o tempo de efetivação do reino da

52 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe/UFS (2014) e mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2016). Foi docente titular do Centro Universitário AGES (UniAGES), no curso de Serviço Social, e Professor substituto da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no Departamento de Serviço Social (DSS/UFS). Estado, Estado brasileiro e “questão ambiental” são as principais áreas/linhas de investigação. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas - GEPEM/UFS, nas linhas de pesquisa: Marxismo, “questão ambiental” e (re)produção das desigualdades sociais, e Marxismo, Estado e Direitos sociais.

53 Atua como Professor Adjunto na Universidade Estadual de Alagoas UNEAL (Campus Arapiraca) e como Pedagogo no Instituto Federal de Alagoas Ifal (Campus Arapiraca). Na Uneal, ministra os seguintes componentes curriculares: Filosofia da Educação, Fundamentos Históricos e Filosóficos (I e II) e Trabalho e Educação. Desenvolve pesquisas em Filosofia da Educação; História da Educação, Trabalho e Educação; Educação e Reprodução Social; Ideologia e Educação; Políticas Educacionais; Educação Profissional; Pós-modernidade; Capital fictício; Financeirização capitalista; Crises do capital.

abundância, dado o elevado nível de desenvolvimento das forças produtivas e o gradativo afastamento das barreiras naturais. Desse modo, poderia realizar os postulados afirmados pelo “evolucionismo socialista” dos teóricos da Segunda Internacional (Eduard Bernstein e Karl Kautsky), que acreditavam na melhoria gradual das condições de vida da classe operária no interior da sociabilidade capitalista. A crescente submissão da social-democracia aos imperativos das possíveis reformas capitalistas e da renúncia das necessidades histórico-objetivas de superação radical do sistema, fundado ontologicamente na acumulação de mais-valia, não alterou a estrutura de comando do capital sobre o trabalho nos séculos XX e XXI, e tampouco modificou a relação predatória com a natureza.

O “canto da sereia” do reformismo social-democrata encontrou seu ponto fulgurante na política de conciliação de classes encetada pelo Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), questionado a partir do fim do Sistema de Breton Woods, em 1971, quando os Estados Unidos, sob a presidência de Richard Nixon, romperam unilateralmente a paridade do dólar com o ouro e estabeleceram a hegemonia absoluta do dólar sobre a economia mundial, iniciando uma fase de flexibilização, terceirização e precarização das condições e das relações de trabalho.

A recuperação das economias afetadas pela Segunda Guerra Mundial resultou numa nova fase de superacumulação e superprodução, em que o capital fictício emergiu como alternativa ante a impossibilidade de o capital continuar capitalizando a mais-valia capturada na esfera da produção. Nesse cenário, o capital produtivo somente pode expandir-se para outras

esferas mediante a maximização da concorrência imperialista e a destruição dos parques industriais – principalmente dos países periféricos – com baixo incremento tecnológico e menos atraentes para a reprodução do ciclo do valor que se valoriza.

É num contexto perpassado pela hipertrofia financeira e pelo desmonte do parque industrial brasileiro, diante do avanço sistemático das zonas industriais asiáticas, que emergem fortemente articuladas à adequação da Região Amazônica aos imperativos do mercado mundial. A produção de *commodities* configura-se como fabricação de mercadorias para atender aos interesses estranhos aos seus produtores e acolher especialmente as demandas do mercado externo. A subsunção da Região Amazônica à lógica do capital torna-se inexorável nos tempos hodiernos, pois nenhuma força natural consegue escapar às estruturas de comando de um sistema sociometabólico assentado nas espoliações e na exploração da força de trabalho (Luxemburg, 1985), sob o suporte complementar do Estado.

É num contexto de crise profunda de expansão e acumulação do capital nos albores da década de 1970, que se dá a tutela da Região Amazônica pelo processo de reprodução do capital. Para isso o sofisticado desenvolvimento científico-tecnológico passa a colaborar na subsunção da natureza aos preceitos do capital. Não é à toa que os megaprojetos de infraestrutura, de colonização e de desenvolvimento da região foram desencadeados pelo regime militar-empresarial de 1964, enquanto representação máxima da conquista do Estado para as multinacionais (Dreifuss, 2006). A retomada das investidas do capital e do Estado brasileiro no referido território nas últimas décadas visa alavancar a produção de *commodities* minerais e

agrícolas para satisfazer às necessidades do mercado nacional e internacional, das corporações transnacionais e das principais potências imperialistas.

No decorrer deste capítulo será analisado como as personificações do capital financeiro (mercado bursátil, fundos *hedge*, fundos de pensão, fundo público etc.) acentuam seu interesse pela Região Amazônica, não se restringendo em recorrer aos expedientes anacrônicos que pautavam o capital mercantil. Em sua *ânsia desmedida de valorização*, o capital financeiro invoca o mecanismo das espoliações mediante desmatamentos, queimadas, grilagem de terras, expansão da fronteira agropecuária, mineração predatória, extração ilegal de madeira, deslocamento e/ou destruição das comunidades tradicionais, bem como assassinatos e extermínio daqueles que tentam obstar a exploração e a dominação desmedida da natureza e do trabalho pelo capital.

5.1 Amazônia para o capital

A natureza duplicada do capital financeiro pode ser observada em seu caráter produtivo e improdutivo. O capital financeiro torna-se produtivo tão somente quando um determinado capital ocioso é emprestado para finalidades produtivas, ou seja, na medida em que se compromete com a autorreprodução do valor que se valoriza. Para que isso ocorra, é preciso que uma parte da mais-valia extraída e entesourada por um capitalista qualquer seja destinada a um terceiro capitalista que a coloque em atividade. Nessa condição de capital possível, o dinheiro emprestado que porta juros funciona como uma

mercadoria *sui generis*.

A mercadoria-dinheiro é tanto valor de uso quanto valor de troca, tornando-se valor de uso para o prestamista e valor de troca para o prestatário. Nas mãos do prestamista, a mercadoria-dinheiro é investida na produção de mercadorias. Pela mediação da produção, o representante do capital produtivo pode realizar o “milagre da transubstanciação”, em que o valor se valoriza $[D-D-M-D'-D' (D + \Delta D)]$.

Através da compra da força de trabalho, o representante do capital produtivo consegue gerar mais-valia; os juros pagos pelo dinheiro emprestado são uma parte do *quantum* da mais-valia produzida (Marx, 2017). Assim, o capital financeiro repete, num nível distinto do capital produtivo, o movimento duplicado de exteriorização e interiorização. Ele consegue sair e retornar a si por intermédio do capital produtivo, enquanto outro de si mesmo. A alquimia do valor que gera valor realiza-se sem a necessidade de sujar sua alma no processo de exploração da força de trabalho do indivíduo que, destituído de meios de produção e meios de subsistência, precisa vender sua força de trabalho como mercadoria.

O capital financeiro – semelhantemente ao capital portador de juros analisado por Marx no Livro III de *O capital* – não pode enclausurar-se e enredar-se em si mesmo como o capital usurário, pois precisa autovalorizar-se na relação com o capital produtivo, apropriando-se de uma parte da mais-valia produzida pela mediação do dinheiro-mercadoria emprestado e posto em atividade (Marx, 2017). O capital financeiro transcende o capital portador de juros por dois motivos: primeiro, porque subordina e controla as formas de configuração do capital industrial e

comercial; segundo, porque o capital financeiro sustenta uma face improdutiva e o capital financeiro manifesta-se também como capital fictício. Portanto, na posição ocupada pelo capital fictício, desaparece sua vinculação direta com a produção de riqueza material.

O movimento de rotação do capital fictício distingue-se do capital portador de juros, uma vez que inexiste diretamente produção de mais-valia no empréstimo realizado a terceiros. O pagamento dos juros pela cessão do dinheiro-mercadoria emana de rendimentos e não da produção de uma mercadoria específica, não passando de uma relação em que a riqueza existente numa mão passa para a outra e vice-versa. O que um indivíduo ganha, de um lado, alguém perde, do outro. Enquanto o capital financeiro, na forma do capital portador de juros, guarda uma vinculação orgânica com o capital produtivo, agora ele não tem capacidade de produzir mais-valia, agudizando as manifestações das formas fetichizadas de manifestação na forma da mercadoria no interior do sistema econômico.

Ao derivar exclusivamente do rentismo, o capital fictício parece autodeterminar-se e não carecer de vinculação direta com o mundo concreto da produção para poder subsistir. Isso reverbera nas orgias financeiras realizadas pelas especulações operadas nas bolsas de valores, nas fraudes corporativas e na apropriação violenta das riquezas constituídas. O capital financeiro, seja produtivo ou improdutivo, tem seu ponto de partida no trabalho abstrato.

A forma mais fetichizada do capital decorre da forma de trabalho que lhe oferece sustentação, haja vista que o fundamento do sistema do capital é o trabalho abstrato, no

qual todo o seu edifício sociometabólico plasma-se como um amontoado de abstrações. Apesar de parecer dotado de uma substância exclusivamente suprassensível, o capital financeiro está relacionado às bases ontológicas do capital produtivo; o fundamento ontológico do capital (industrial, comercial e financeiro) é a mais-valia (Marx, 2013). O tempo de trabalho excedente é a essência do sistema do capital, de modo que o capital fictício tanto fica suscetível às crises capitalistas quanto as reforça, já que oblitera seu fundamento ontológico e exacerba seu caráter metafísico.

Essa forma mais fetichizada de manifestação do capital ganhou corolários essenciais devido ao elevado nível da produtividade e acumulação do capital produtivo na década de 1970, quando ele não mais podia retornar ao reino da produção sem promover o aguçamento da crise de superprodução e superacumulação do sistema. Nesse contexto, as medidas de contingenciamento estabelecidas depois do *crash* de 1929 passaram a configurar-se como inofensivas mediante a necessidade de o capital fictício apresentar-se como alternativa à constelação de capitais ociosos que precisavam ser reciclados.

Entretanto, a solução encontrada para suprimir a crise de superprodução e superacumulação enredou a economia mundial num círculo vicioso de crises sucessivas ainda mais severas. Destaca-se que essa composição do capital tem se apresentado na forma de ativos financeiros, fundos de pensão, fundos mútuos, fundos *hedge*, derivativos, mercado bursátil e, sobretudo, na titularização da dívida pública.

O capital dos países produtores de petróleo (Opep), na aurora da década de 1970, é reciclado pelos bancos norte-

americanos na forma de dívida pública. A relação comercial assentada na troca de petróleo por dólares gerou uma demanda artificial por dólares em todo o mundo. Isso permitiu que *Wall Street* pudesse apropriar-se da riqueza oriunda do petróleo e estabelecesse uma política de empréstimos para as economias dependentes que culminaria na crise da dívida pública mexicana e brasileira na década de 1980.

A utilização da dívida pública com mais frequência nas relações econômicas do capital financeirizado assumiu corolários decisivos no denominado “milagre econômico” brasileiro, ensejado pelo regime militar-empresarial na década de 1970, que inaugurou os megaprojetos de desenvolvimento minero-metalúrgico, agropecuário e florestais, bem como as obras de infraestrutura, com destaque para a construção da rodovia Belém-Brasília, a rodovia Transamazônica, as usinas hidrelétricas de Tucuruí e de Balbina, o Projeto Grande Carajás etc. Esses projetos foram vitrines das políticas forjadas para atender aos imperativos do capital, desconsiderando os impactos ambientais e o estrangulamento das condições de vida dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das populações ribeirinhas.

A geração de riquezas para atender às demandas do capital implicou para a natureza um processo de destruição, de devastação e de deterioração das condições de existência da fauna e da flora, ao tempo que refletiram na sociedade as consequências da violência contra os povos originários e camponeses, ativando ainda mais os impactos negativos na natureza. A desconsideração dos impactos socioambientais é produto do capital coadunado à ação direta do Estado brasileiro, o qual submete seu aparato estatal às demandas essenciais do capital estrangeiro.

Desse modo, a natureza e os territórios das comunidades tradicionais da Região Amazônica foram entregues à expansão do capital pelo Estado, contando com o auxílio de sua infraestrutura para facilitar a penetração do capital e com o respaldo do aparato normativo-legal e jurídico. A produção de produtos agropecuários e a extração de minérios não se deram de forma espontânea ou causal na Região Amazônica, mas brotaram da ação coordenada e sistematizada do Estado brasileiro em conluio com as multinacionais. Os investimentos financeiros foram precedidos por estudos científicos minuciosos, com farto aparato investigativo e espesso material aerofotogramétrico (fotografias aéreas) da região.

A presença ativa do aparelho estatal na condição de planejador, financiador e fornecedor de infraestrutura básica serviu como pórtico da inserção das transnacionais e das distintas representações do capital financeiro, que tiveram nas invasões promovidas pelos pecuaristas, produtores de soja e garimpeiros o prelúdio das espoliações em larga escala promovidas pelo grande capital. Aqui se pode ilustrar com a *Vale S.A.*, a *Petrobras*, a *Bunge*, a *Cargill*, a *China Railway Eryuan Engineering Group*, a *Communications Construction Company*, a *Three Gorges*, a *State Grid* etc.

É fundamental destacar que o interesse do grande capital pela Região Amazônica decorre do fato de que a linha do Equador é a zona mais rica de recursos naturais do planeta, pois nela se encontram as florestas do Congo e da Amazônia, que somadas às outras ocupam 6% da superfície da terrestre e asseguram 40% do oxigênio da Terra. Na região equatorial, alojam-se as maiores florestas equatoriais ou tropicais do planeta, as enormes

bacias hidrográficas (Aquífero Alter do Chão, maiores rios de água potável do mundo etc.), uma riquíssima biodiversidade e diversas riquezas minerais. Abrange aproximadamente 58,9% do território brasileiro e é composta por 808 municípios, nos quais vivem 17,9 milhões de pessoas. A floresta estende-se por 6,9 milhões quilômetros quadrados e representa 67% das florestas tropicais do planeta (IBGE, 2020).

A sua vasta zona verde está distribuída entre nove países: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, abrigando 50% da vida terrestre, pelo menos 40 mil espécies de plantas, 1,3 mil pássaros, 3 mil peixes, milhões de insetos e 400 mamíferos catalogados (Santos, 2002). No território brasileiro, a Amazônia ocupa nove estados: Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Amapá, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso (Ferreira, 2017). No entanto, a Região Amazônica não se restringe somente à condição de floresta tropical, pois sua fisiografia é constituída também pelo cerrado e pantanal, que são dotados de ecossistemas peculiarmente distintos do bioma florestal. Ambos se forjam como uma cadeia geoecológica essencialmente complexa, multifacetada e heterogênea.

A dominação e a apropriação dos recursos naturais existentes na Região Amazônica são imprescindíveis para o capital e suas distintas personificações; para isso, contou-se com o poderoso arsenal científico e tecnológico.

As trilhas foram substituídas por rodovias, o machado pela motosserra, as canoas por aviões e helicópteros, o telégrafo pela comunicação via satélite, a informação pessoal por dados de

sensores rastreadores espaciais, a interpretação individual pelo tratamento com *softwares* especializados etc. Tudo isso faz com que as mudanças ocorram em grande velocidade, sem o tempo devido para a correta avaliação das consequências sobre um ecossistema essencialmente frágil. (Santos, 2002, p. 124).

O controle da Amazônia é estratégico para o capital endógeno e exógeno devido à potencialidade adormecida de suas monumentais riquezas e recursos naturais. A água é um dos vetores fundamentais para lubrificar o sistema do capital, pois nenhuma indústria pode funcionar sem uma quantidade vastíssima de água. O regime militar-empresarial forjou as usinas hidrelétricas (UHE) de Tucuruí e Balbina, e na quadra histórica atual, o Estado brasileiro construiu a UHE de Belo Monte para complementar a força energética dos megaempreendimentos. Assim, os recursos hídricos no Brasil têm sido explorados por hidrelétricas, siderúrgicas, metalúrgicas, gasodutos, minerodutos, hidrovias, portos etc.⁵⁴

54 Pela mediação dos fundos públicos, da dívida pública e da parceria com os fundos de pensão (Previ, Petros etc.), o Estado brasileiro retomou o processo de consolidação da infraestrutura necessária nos albores do século XXI, com sua malha de rodovias e ferrovias, hidrovias, oleodutos, portos e aeroportos, para que o grande capital pudesse penetrar na região. Escrevem Congilio e Ikeda (2014, p. 84): “a construção de estradas e da ferrovia da mineração Carajás, o porto de Itaquí, construído em São Luís e que liga a ferrovia que sai de Parauapebas ao transporte marítimo para exportação do ferro, a construção da usina elétrica de Tucuruí, a larga rede de sistemas de transmissão e os fundidores de ferro gusa e alumínio no corredor da ferrovia contribuíram para a formação de novas estruturas espaciais e agravou o surto de devastações das florestas”.

A riqueza da Amazônia não se circunscreve apenas ao que há acima do solo (fauna e flora), mas estende-se especialmente ao que existe abaixo do solo, pois há bacias e depósitos minerais em seu subsolo. Santos (2012, p. 128, grifos originais) contextualiza que

na Amazônia, as áreas de pré-cambriano correspondem a cerca de 40% do seu território. As suas sequências vulcano-sedimentares (do tipo *greenstone belt* ou não), intrusões graníticas, derrames vulcânicos ácidos e intermediários, complexos alcalino-ultrabásicos e básico-ultrabásicos, e coberturas sedimentares apresentam potencialidade para uma grande variedade de depósitos minerais, tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante.

A presença das grandes corporações econômicas na Região Amazônica encontra sua plena justificativa na relevância econômica dos minerais com enormes potenciais, a exemplo de zircônio, nióbio⁵⁵, tântalo, tungstênio, diamante, níquel, cromo, platina, platinoides, cromita, ferro-liga, bauxita, zirconita, coltan, anatásio, criolita, volframita, minério de alumínio, ouro,

55 Na Amazônia acham-se 95% das reservas de nióbio do planeta. Sem o nióbio é impossível a fabricação de naves espaciais, de mísseis balísticos e intercontinentais. Nessa região encontram-se 96% das reservas de titânio e tungstênio, essenciais para o complexo industrial-militar produzir equipamentos espaciais e armas altamente sofisticadas (Luzzani, 2012, p. 49).

cobre, ferro etc. Ilustrativamente, Santos (2002, p. 131) aponta que:

Na mina do Pitinga há mineralizações associadas de columbita-tantalita, zirconita e criolita. No sudeste do estado do Pará há pequenos depósitos de volframita, que foram explorados parcialmente através da garimpagem. Na Amazônia são conhecidos três complexos alcalino-ultrabásicos potenciais para depósitos de titânio, fosfato, nióbio e terras-raras: Seis Lagos, no estado do Amazonas, e Maicuru e Maracaná, no estado do Pará. Em Seis Lagos há um grande potencial em nióbio.

A variedade de depósitos minerais existentes na Amazônia se expressa nos inúmeros complexos inorgânicos no subsolo, essenciais ao processo científico e tecnológico do desenvolvimento industrial, medicinal e militar. Esses complexos químicos são fundamentais à produção de celulares, GPS, *softwares*, *chips*, televisores de plasma, reprodutores de MP3, *laptops*, aparelhos de ressonância magnética, equipamentos para radiografia e tomografia computadorizadas, instrumentos altamente sofisticados como satélites, aeronaves, mísseis balísticos, sondas espaciais etc. Registra-se ainda a presença de compostos químicos que asseguram o desenvolvimento do complexo carbonífero, da exploração de gás, ferro etc. Isso viabiliza a existência do arsenal fundamental ao desenvolvimento da siderurgia leve e pesada para a produção de máquinas e equipamentos de distintos matizes, encontrando-se ainda os elementos necessários à produção de combustíveis de distintas

vertentes.

O poderoso sistema financeiro internacional busca estender seus tentáculos na Região Amazônica devido a essa vastidão de recursos naturais. Nas atividades de exploração das riquezas minerais destacam-se os grupos financeiros *Capital Group*, *BlackRock* e *Vanguard*, que investiram, em 2021, USD 14,8 bilhões nas mineradoras *Vale*, *Anglo American*, *Belo Sun*, *Potássio do Brasil*, *Mineração Taboca / Mamoré Mineração* e *Metalúrgica* (ambas do Grupo Minsur), *Glencore*, *AngloGold Ashanti* e *Rio Tinto*. Além dessas empresas, destacam-se *Citigroup* e *Bank of América*. Conjuntamente, o fundo de pensão Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e o Bradesco aplicam volumosos recursos nas mineradoras mencionadas. Deste modo, o capital financeiro, pela mediação da unidade dos bancos com a indústria, não faz investimento arriscado; ele somente age com segurança de causa para seus lucros e rendimentos futuros.

5.2 O capital estrangeiro na região amazônica

No bojo da crescente hegemonia do capital fictício capitaneado pelo imperialismo estadunidense, a economia chinesa tem buscado projetar-se como principal representante do capital produtivo no cenário internacional. A plasticidade de sua envergadura, num contexto de crise profunda do sistema, resulta da capacidade de capitalizar as potencialidades do dinamismo econômico e tecnológico regional (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia e Tailândia).

A hipertrofia do capital financeiro encontrou na abertura econômica chinesa um espaço para reciclar os capitais excedentes

provenientes de diversas partes do mundo. Pela mediação dos IDEs (Investimentos Diretos Estrangeiros), o desenvolvimento industrial do país foi substancialmente intensificado no decorrer das décadas de 1980 e 1990, encontrando seu coroamento no começo do século XXI, quando a economia chinesa reiteradamente alcançou a marca dos dois dígitos de crescimento, mediante uma gigantesca expropriação da força de trabalho camponesa e operária. Nesse processo, houve uma poderosa reversão da expropriação dos expropriadores estabelecida pela revolução socialista de 1949, mediante a privatização das empresas estatais, as espoliações das terras camponesas e a intensificação da exploração da força de trabalho.

A constituição de um monumental exército de trabalhadores (mais de meio bilhão de trabalhadores somente do campo) dispostos a vender sua força de trabalho abaixo da média internacional foi um elemento primordial para assegurar a posição vanguardista do capital produtivo chinês. A eleição de “chão de fábrica do mundo” implicou a diminuição colossal de sua produção agrícola e a premência da captura das *commodities* minerais, energéticas e agrícolas em outras partes do planeta.

As *commodities* são mercadorias de origem primária como produtos agropecuários e minerais e configuram-se também como objetos financeiros produzidos e comercializados em larga escala para atender às demandas do mercado internacional. Este assume uma posição prioritária perante o mercado interno e as demandas da sociedade pelos produtos agropecuários e minerais, subordinando-se aos imperativos da lucratividade dos especuladores e investidores internacionais.

As *commodities* são produzidas, com reduzida taxa de

industrialização, para atender à necessidade de terceiros e não de seus produtores. Com isso, “a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional e passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida” (Oliveira, 2012, p. 6). Apesar de não estarem diretamente envolvidas na produção das mercadorias, as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das *commodities* (Oliveira, 2012), confirmando a hegemonia das finanças sobre o mundo da produção.

As *commodities* são negociadas na bolsa de valores e mercado de futuro sem que ocorra a movimentação física dos produtos, como acontece na malha portuária. Elas são mercadorias negociadas no mercado bursátil na forma de contratados de compra e venda, sob a promessa de uma entrega futura, em que a mercadoria pode efetivamente não existir. Negocia-se sob a possibilidade da existência da mercadoria; para isso, projetam-se condições objetivas favoráveis.

O mercado de *commodities* se inscreve mediante, primeiro, a constituição de uma rede que possui vínculo com o mundo efetivo da produção de mercadorias; segundo, subsiste outra rede sem conexão direta com a produção de mercadorias, ou seja, há uma malha especulativa autônoma em relação à produção, que proporciona rendimentos aos seus acionistas simplesmente pela venda de papéis na forma de fundos de investimentos e derivativos. O mercado de *commodities* é forjado por agentes econômicos produtivos e improdutivos, por produtores primários, comerciantes e industriais e por instituições financeiras, investidores, fundos de pensão e fundos *hedge*. Nesse mercado, abundam especuladores que se aproveitam das

transações de curto prazo para ganhar na diferença das cotações dos produtos.

No mercado de futuro, as *commodities* são negociadas na forma de contratos futuros, em que o comprador tem obrigação de comprar determinada quantidade de produto numa data fixada e o vendedor tem obrigação de vender a mercadoria prometida; entretanto, pode ocorrer uma cadeia de acontecimentos que escapem ao controle dos agentes envolvidos e o desfecho pode ser contraposto à realização das promessas do comprador e do vendedor, porque se fazem projeções e avaliações do desenvolvimento do mercado considerando uma conjuntura favorável no momento em que o contrato é estabelecido. Por isso o mercado bursátil é profundamente suscetível a crises.

A demanda por *commodities* no mercado internacional, pressionada pelo consumo desencadeado no “chão de fábrica” do mundo, serviu como estímulo para alavancar a produção agrícola e a extração de minérios no território brasileiro. A primeira manifestação do capital chinês no território amazônico deu-se em 2003, pela mediação da Baosteel, empresa estatal chinesa, mediante a alocação da ordem de US\$ 650 milhões dólares na recém-privatizada Vale S. A. (antiga Vale do Rio Doce), maior empresa de mineração da América do Sul e detentora de direitos para explorar um complexo de mineração no estado do Pará (Reed; Ning Hui, 2022, p. 1).

O capital chinês (estatal e privado) participou de aproximadamente 14 megaprojetos na Região Amazônica no decorrer do século XXI. Entre eles, destaca-se a construção da Bioceânica com 4,9 mil km, ligando os oceanos Atlântico (porto do Açú no Rio de Janeiro) ao Pacífico (Bayocar no Peru). A

Bioceânica configura-se como uma expressão da consolidação da necessidade dos megaprojetos de infraestrutura para a expansão do agronegócio e da produção de *commodities* visando ao mercado internacional. Nesse processo, a transnacional *China Railway Eryuan Engineering Group Company* participa de sua viabilização. Além do destacado papel na construção da Bioceânica, o capital chinês comparece como “parceiro” na Ferrovia Paranense, na Ferrovia Ferrogão, na Usina de Belo Monte etc.

O envolvimento das transnacionais chinesas nos megaprojetos de infraestrutura impõe a necessidade de privatização imediata das ferrovias, usinas, aeroportos e da malha portuária brasileira. Isso pode ser observado no fato de a multinacional *China Three Gorges* (CTG) adquirir “a UHEs em operação (Salto, Garibaldi, Jupia e Ilha Solteira) e a participação em UHEs em fase de finalização” (Aguiar, 2017, p. 69). As transnacionais chinesas CTG e *State Grid* participaram também do processo de privatização da UHE de Belo Monte. Destaca-se ainda que a gigante *China Communications Construction Company* (CCCC) participa da construção do terminal portuário em São Luís do Maranhão com acesso às ferrovias Transnordestina e Carajás.

Esses investimentos logísticos visam assegurar o padrão de crescimento da exportação de *commodities* da Amazônia para o mercado chinês, que em 2021 representou 37% das importações de carne bovina e 27% dos 58,15 milhões de toneladas de soja produzidos no Brasil (Reed; Ning Hui, 2022). As riquezas naturais existentes na Região Amazônica possibilitam que o mercado brasileiro se configure como o segundo maior receptor dos capitais chineses, perdendo somente para o mercado norte-

americano (Aguiar, 2017).

Para atender às novas demandas do mercado externo, o agronegócio⁵⁶ reciclou completamente o velho latifúndio brasileiro mediante a associação estabelecida com os bancos e o sistema financeiro (fundos de pensão, fundos mútuo etc.). O agronegócio intensificou a modernização conservadora, cunhada paradoxalmente de “Revolução Verde”, o que assegurou ganhos expressivos pela mediação da recorrência indiscriminada de agrotóxicos, sementes transgênicas e modernização do plantio, da colheita e do transporte. O Brasil tem importado agrotóxicos, principalmente da China; nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro, esse país foi “[...] o principal fabricante (61,28% dos produtos), com o total de registros de agrotóxicos aprovados maior do que a soma de todos os demais países, seguida pelo Brasil (13,23%) e EUA (5,51%) [...]” (Gurgel; Guedes; Friedrich, 2021, p. 143).

A elevada tecnologia (sistema de radares, drones, computadores, aviões, sementes transgênicas, agrotóxicos etc.),

56 O termo agronegócio provém do conceito de agribusiness, cunhado pela Escola de Negócios e Administração da Universidade de Harvard, Estados Unidos, em 1957. A obra *A concept of agribusiness*, de autoria de John Davis e Ray Goldberg, difundiu a necessidade da aplicação na agricultura dos progressos tecnológicos e dos avanços científicos (Melo, 2018). A apologia do elevado incremento tecnológico para assegurar a produção agrícola a fim de abastecer a produção mundial passou à defesa da grande propriedade e dos interesses das grandes corporações no campo. Segundo Melo (2018, p. 85): “O termo agronegócio surge no Brasil com esse objetivo, representar a modernização da agricultura, o aumento da produtividade e com a finalidade política e ideológica de melhorar a imagem da grande propriedade no imaginário social, sempre associada à improdutividade, à violência e entrave ao desenvolvimento econômico do país”.

sob a égide das grandes corporações financeiras, tornou o mercado brasileiro de *commodities* altamente competitivo e atraente. Dominam o mercado interno da produção de soja multinacionais como *Cargil*, *Bunge*, *LDC*, *Los Grobos*, *El Tejar*, *Enrique Bañuelos*, *Caramuru*, *AMAGGI*, *Coamo* e *Cocamar*; na produção de sementes, transgênicas e agrotóxicos multinacionais como *Bayer*, *Syngenta* e *Basf*; a produção de leite é hegemonizada pela poderosa *Nestlé*; e na produção de carnes, a *BRF* – Brasil Foods.

A “cadeia” de produtos agropecuários para contemplar a demanda do capital internacional está organicamente relacionada às queimadas e ao desmatamento em grande escala da floresta amazônica e do cerrado. A expansão da soja e das atividades pecuaristas acha-se organicamente vinculada ao processo de apropriação ilegal das terras públicas e devolutas; “entre 2009 e 2020, cerca de 190 milhões de hectares de terra passaram pelo processo de legalização jurídica e nacional por meio da grilagem, o que foi possibilitado apenas em função desses marcos legais” (FBSP, 2022, p. 16).

A grilagem de terras no Brasil, efetuada para atender aos representantes do agronegócio e das grandes corporações relacionadas às *commodities*, foi legitimada pelo Programa Terra Legal de 2009⁵⁷, posteriormente alterado, em 2017, pela Lei nº 13.465. Desse modo, ratifica-se o processo de superacumulação, assentado na espoliação, na devastação da natureza e na exploração da força de trabalho, a colocar em risco a existência da espécie humana (Chesnais, 2008; Mészáros, 2006).

57 O Programa Terra Legal, criado pela Lei 11.952/2009 e alterado pela Lei 13.465/2017, aceita como prova para datação de ocupação o registro de desmatamento em imagem de satélites (FBSP, 2022, p. 16).

A ortodoxia das medidas neoliberais forja-se mediante a acumulação por espoliação; as velhas práticas predatórias violentas do capital mercantil são recicladas pela ação estatal e de grupos militares e/ou paramilitares. Isso tem sido constante na configuração do capitalismo monopolista numa economia tardo-burguesa. Trata-se de uma forma de acumulação anacrônica necessária à reprodução do capital, um expediente recorrente num contexto de crise profunda de expansão do sistema. Escreve Harvey (2004, p. 111, grifos originais):

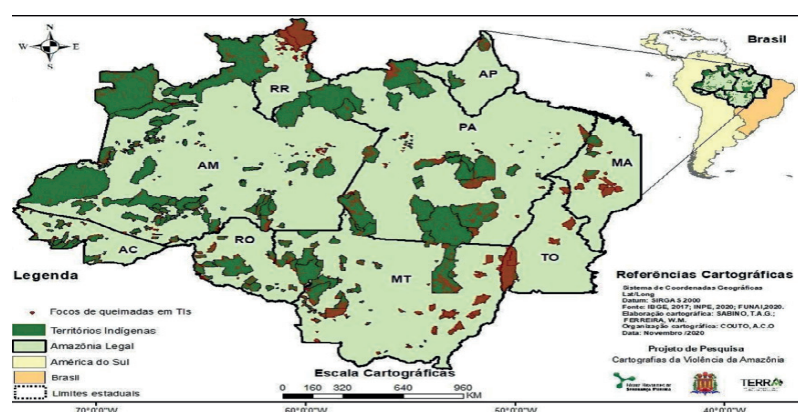
A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu *modus operandi* tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização.

A sofisticada rede das espoliações das riquezas dos trabalhadores e dos povos indígenas em nenhum instante foi flexibilizada pela hegemonia do capital financeiro nos tempos hodiernos. A aplicação das medidas ortodoxas neoliberais assegura um novo padrão de acumulação e expansão, que tem nas espoliações (invasão de terras públicas e devolutas, privatizações e pagamento dos juros da dívida pública) seu instrumento basilar de deslocamento de capitais do setor público para o setor privado. No contexto hodierno, a irradiação das práticas relacionadas às expropriações de terras pelas madeireiras, mineradoras, produtores de soja e criadores de gado incide e avança sobre as áreas das Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas

(TIs) e Territórios Quilombolas (TQs). As invasões de terras exacerbam a luta de classe entre os representantes do capital (madeireiros, garimpeiros, produtores rurais e pecuaristas) e os distintos movimentos sociais do campo.

Na política de conquista da Região Amazônica para o capital, o desmatamento das florestas constitui-se como vetor da valorização das terras para as mineradoras, construção de ferrovias, rodovias, hidroelétricas etc. A grilagem de terras tem seu ponto de inflexão nas queimadas das florestas e no desmatamento das terras públicas e devolutas, bem como nas ocupações irregulares, invasões, ameaças e expulsão dos povos e comunidades nativas. As queimadas e os desmatamentos predatórios são deliberadamente orquestrados para atender às demandas de produção de *commodities* agrícolas e minerais. O Mapa abaixo apresenta as principais áreas de queimadas em TIs na Região Amazônica no ano de 2019.

Mapa 1: Focos de Queimadas em TIs na Região Amazônica (2019)



Fonte: FBSP (2022, p. 19).

Segundo a FBSP (2022, p. 20), as queimadas atingiram, em 2019, intencionalmente “a Área de Proteção Ambiental (APA) de Triunfo do Xingu, no Pará, com 2.519 focos, a Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, no Acre, com 1.820 focos, e a APA Ilha do Bananal, no Tocantins, com 1.456 focos”. Nota-se uma concentração de queimadas também no norte do estado de Roraima. As TIs com maior incidência de focos de queimadas foram “Parque do Araguaia (TO) com 2.895 focos, Raposa Serra do Sol (RR) com 630 focos e Paresi (MT) com 464 focos”.

Somente em 2019, 461 TIs da Região Amazônica foram afetadas, compreendendo um total de 293.419 focos de queimadas (FBSP, 2022). As elevadas taxas de queimadas são acompanhadas pelo acentuado nível de desmatamento \square 63,2% acima dos registrados no ano anterior. O seu nível cresceu 25,6% em 2020, quando comparado a 2019, atingindo 270 das 424 TIs existentes na Região Amazônica (FBSP, 2022).

Além das queimadas e dos desmatamentos, as movimentações relativas à mineração representam uma séria ameaça à sobrevivência dos povos indígenas e às comunidades quilombolas na Região Amazônica. A referida ação equivale a 93,7% dos garimpos existentes no Brasil. O estado do Pará é o que concentra a maior quantidade de garimpos, sendo a bacia do rio Tapajós o epicentro do garimpo que penetra nas Terras Indígenas (TI) e nas Unidades de Conservação (UC).

Bispo (2022, p. 2) salienta que “nas regiões na mira dos investidores encontram-se áreas de grande importância ambiental na floresta amazônica, como a região do Tapajós e de Alta Floresta (Juruena-Teles Pires), no norte do Mato Grosso e sul do Pará”. Merece destaque ainda a intervenção da Usaid

(agência americana de cooperação internacional) e da Alcoa (maior multinacional do alumínio no mundo) no processo de exploração da mineração de bauxita, no Pará. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 29), “os TIs Kayapó, Munduruku e Yanomami no Pará são os mais atingidos pelo garimpo, com 7.602 ha, 1.502 ha e 414 ha, respectivamente, de terras que sofreram com a atuação das práticas de garimpagem”. No Amazonas e Roraima, a atuação do garimpo, articulada aos interesses das grandes mineradoras, invade os territórios pertencentes aos povos Munduruku, Kaiapó e Yanomami. Relacionadas à extração do ouro, as atividades da mineração englobam 6,2 milhões de hectares de TIs e UCs (FBSP, 2022). Nas palavras de Santos e Silva (2021, p. 362, grifos originais), a funcionalidade do Governo Bolsonaro,

[...] ao colocar o “*agro acima de tudo e o minério acima de todos*” atualiza alianças históricas do Estado brasileiro com o latifúndio. Atualiza ainda a despreocupação com o tipo de “desenvolvimento insustentável” que também historicamente teve vigência no Brasil e evidencia a absoluta impossibilidade de conciliar projetos de mineração e a preservação de grupos humanos com as características dos povos tradicionais brasileiros, em especial, de povos das florestas, como os/as indígenas.

A luta de classe com as personificações do capital e do complexo minerador aprofunda-se nas Terras Indígenas Raposa Serra do Sol no Amazonas (*habitat* dos povos Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Patamona e Wapixana) e nas Terras Indígenas das Unidades de Conservação do Parque Nacional de Monte

Roraima. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) afirma que 72% do garimpo praticado na Região Amazônica, entre janeiro e abril de 2020, deu-se no interior de Unidades de Conservação e nas áreas que deveriam ser protegidas pela União (FBSP, 2022). O negócio conseguiu extrair, entre 2019 e 2020, 21,5 toneladas de ouro nesses territórios. Entre 2010 e 2020, a prática predatória da mineração nos Territórios Indígenas (TIs) e nas Unidades de Conservação (UC) cresceu 495%, sendo a bacia do Rio Tapajós a mais afetada (FBSP, 2022).

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022), “em 2020, das 81.225 famílias que sofreram invasões, 58.327 eram indígenas, o que significa 71,8% do total. Em 2019, essa porcentagem foi de 66,5% (26.621), e em 2018, de 50,1% (14.757). Considerado apenas o incremento nas famílias indígenas impactadas, entre 2018 e 2020, houve aumento de 295% de registros de invasões de terras indígenas” (CPT, 2022, p. 49).

Entre os massacres cometidos contra os povos indígenas, merece referência o sucedido no rio Abacaxis, em agosto de 2020, em que quatro ribeirinhos e dois indígenas Munduruku foram assassinados (CPT, 2022). Nota-se que os massacres dirigidos aos trabalhadores rurais (Chacina da Ubá, Chacina da Princesa, Chacina de Corumbiara, Chacina do Capacete, Chacina de Eldorado, Chacina de Colniza e Chacina de Pau d’Arco) foram concomitantes e intensificaram-se nos últimos anos, merecendo destaque a chacina de Haximu (Roraima), a chacina dos Ticuna (Alto Solimões, Amazonas), o massacre dos Morubo (Vale do Javari), o massacre dos povos Chiquitano e o massacre dos Moxihatëtëa. Segundo Moncau (2021, p. 2),

“em 2020, 182 indígenas foram assassinados no Brasil. Em comparação com o registro de 2019, o relatório identificou um aumento de 61%. Os estados com as maiores taxas de assassinato foram Roraima, Amazonas e Mato Grosso do Sul”.

A aprovação do Projeto de Lei (PL) 191/2020 – que permite que terras indígenas possam ser objeto de atividades de mineração, exploração de gás e petróleo, bem como servirem para a construção de hidrelétricas e megaprojetos que atendem aos interesses do grande capital – deve aprofundar a violência dos representantes do capital contra os povos indígenas e os movimentos sociais no campo. Estes configuram-se como inimigos preferenciais do capital financeiro e das transnacionais que produzem e comercializam *commodities*.

O regime militar-empresarial de 1964 estabeleceu as bases jurídicas, administrativas e políticas para o processo de abertura da Região Amazônica ao capital financeiro mediante a constituição dos megaprojetos de infraestrutura, colonização e desenvolvimento que assegurariam a expansão fronteira ao agronegócio (monocultura e pecuária), hidrelétricas, mineradoras, construtoras etc. Nas últimas décadas, as grandes corporações transnacionais foram beneficiadas pelos suntuosos benefícios do Estado brasileiro, mediante concessões e isenções fiscais, projetos de leis (Novo Código Florestal, Programa Terra Legal, Projeto de Lei 191/2020), empréstimos do BNDES, desregulamentação das relações de trabalho, privatização, flexibilização etc.

A oferta de matéria-prima de baixíssimo custo (energia elétrica subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, inexistência de fiscalização ambiental e flexibilização das leis

ambientais) foi acompanhada pelo reduzidíssimo valor da força de trabalho dos nativos espoliados de suas terras e dos imigrantes nordestinos, submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão. Esse amálgama de condições tornou a Amazônia uma região atraente para o capital financeiro.

O crescimento exponencial dos investimentos estrangeiros na Região Amazônica, como ilustrado com o capital chinês, não traz nenhuma espécie de ganho efetivo para as comunidades tradicionais e para as populações atingidas; trata-se da construção de uma malha logística que visa avançar no processo de apropriação dos recursos naturais, exacerbar a exploração do trabalho e aprofundar o pauperismo e a violência contra os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, movimentos sociais etc., além de deixar um rastro de destruição socioambiental para toda a sociedade. Desse modo, agudizam-se os antagonismos entre os povos da Região Amazônica e as corporações multinacionais norte-americanas, chinesas, brasileiras e tantas outras.

A demanda do capital internacional pelas *commodities* produzidas na região tende a acentuar as queimadas, a devastação ambiental e a destruição de comunidades indígenas e camponesas. O capital destrói a natureza por meio da erosão do solo, da redução de sua fertilidade, da alteração gradativa e radical da temperatura da região e da ativação do efeito estufa do planeta, bem como com a extinção da fauna e flora amazônicas. O capital financeiro alimenta-se das “veias abertas da América Latina”, utilizando seus rios colossais para drenar as árvores centenárias, os produtos agrícolas, os recursos minerais expropriados e os saberes das comunidades tradicionais.

Este capítulo ilustrou uma das formas que a Região

Amazônica se subordina aos imperativos do capital. É fundamental nomear a verdadeira sanguessuga dessa região, pois o banqueiro e o acionista das grandes mineradoras (Vale, CSN, megaempreendimento chineses etc.) escondem-se por trás dos grileiros de terras, dos grupos de extermínios, das milícias privadas⁵⁸, do aparato repressivo policial (Força Nacional, Forças Amadas e polícias estaduais), da violência jurídica e de todo o aparato estatal. O capital é como um vampiro que suga não somente o sangue dos trabalhadores, mas suga o sangue e a seiva de tudo o que é vivo, como se tudo que subsiste estivesse condenado a perecer para alimentar o monstro: o trabalho morto que emana do trabalho vivo.

A expansão fronteira das *commodities* na Região Amazônica deixa um lastro de cinzas, lama e sangue por onde passa, comprovando as palavras de Marx (2013, p. 830, grifos nossos): “[...] *o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros da cabeça aos pés*”. A lama envolvida pelos dejetos de minerais pesados contamina os rios e ameaça a vida das distintas espécies, enquanto o sangue dos indígenas, que resistem tenazmente à ofensiva do capital, continua a ser sugado pelo vampiro. Conforme a assertiva marxiana, somente uma sociedade sob o fundamento do trabalho associado e sem a exacerbada utilização dos recursos naturais pode atender às reais necessidades sociais, sem a exploração do homem e a devastação da natureza.

58 Operações que ocorrem pela mediação dos mecanismos coercitivos de grupos armados de milicianos privados com o anteparo do poder público e duma rede forjada por advogados, corretores, cartórios, lobistas, representantes do Judiciário, parlamentares, executivos etc.

Referências

AGUIAR, Diana. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul**: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil; FASE, 2017.

BISPO, Fábio. **Bancos dos Estados Unidos investiram U\$S 14,8 bilhões em mineradoras com interesses em terras indígenas na Amazônia**. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/02/22/bancos-dos-estados-unidos-investiram-us-148-bilhoes-em-mineradoras-com-interesses-em-terras-indigenas-na-amazonia/>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

CHESNAIS, François. Crise vem pôr a nu os limites históricos do sistema do capital. **Revista Comuneiro**, n. 7, set. 2008. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr07_02/francoischesnais.html>. Acesso em: 16 jul. 2022

CONGILIO, Célia Regina – IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.79-90, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25693/0>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação

política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 2006.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica:** relatório final. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FERREIRA, Lindomayra França. **Os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pela construção de hidrelétrica na Amazônia:** estudo de caso Belo monte. 2017. 92f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

GURGEL, Aline Monte; GUEDES, Clenio Azevedo; FRIEDRICH, Karen. Flexibilização da regulação de agrotóxicos enquanto oportunidade para a (necro)política brasileira: avanços do agronegócio e retrocessos para a saúde e o ambiente. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, p. 135-159, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/79158>. Acesso em: 28 jul. 2022.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Trad. Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. **Dados estatísticos.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LUXEMBURG, Rosa. **Acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUZZANI, Telma. **Territorios vigilados:** como opera la red de bases militares norte-americanas em sudamérica. Buenos Aires: Debate, 2012.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Thiago da Silva. A ideologia por trás do termo agronegócio. **Revista Pegada** – Vol. 19. n. 2. Disponível em: <https://doaj.org/article/6e77dd16d79a480ab0f0cf3a8d47b2f9>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONCAU, Gabriela. **Invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentam durante a pandemia, mostra relatório.** Brasil de Fato, 28 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/28/invasoes-de-terras-e-assassinatos-de-indigenas-aumentam-durante-a-pandemia-mostra-relatorio#:~:text=Em%20>>

2020%2C%20182%20ind%C3%ADgenas%20foram,com%20a%C3%A7%C3%B5es%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar>. Acesso em: 25 jul. 2022.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Anais [...]**, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

REED, Sarita; NING HUI, Lulu. **A atuação da China na Amazônia pode se tornar mais verde?** 09 de maio de 2022. Disponível em: <<https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/53558-a-atuacao-da-china-na-amazonia-pode-se-tornar-mais-verde/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**, 16(45), p. 123-152. 2002. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9873>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Everton Melo da. “Agro acima de tudo, Minério acima de todos”: as ameaças do governo Bolsonaro às áreas legalmente protegidas na Amazônia. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n.2, p.343-366, ago.2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44866/25227> Acesso em: 21 set. 2021.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz – MA**. 192f. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2009.

SOUZA, César Augusto Martins de. **A estrada invisível: memórias da Transamazônica**. 264f. 2012. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. 2012.

CAPÍTULO SEXTO

CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DAS COOPERATIVAS DE ENTREGADORES DE APLICATIVO

Diego de Oliveira Souza⁵⁹
Pós-doutor em Serviço Social.
Professor do PPGSS/Ufal

A precarização do trabalho consiste em fenômeno estruturalmente determinado no processo de acumulação capitalista.

59 Graduado em Enfermagem pela UFAL e em Sociologia pela Estácio, especialista em Enfermagem do Trabalho pela FATEC Internacional, mestre em Serviço Social pela UFAL e doutor em Serviço Social pela UERJ. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFAL, do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação de Professores da UFAL - campus Arapiraca e do curso de Graduação em Enfermagem da UFAL - campus Arapiraca. Realizou estágio de pós-doutorado em Estudios de la Ciudad, na Universidad Autónoma de la Ciudad de México. Foi professor Visitante na Universidad de la Salud de la Ciudad de México. Atua nas seguintes áreas: Saúde do Trabalhador; Saúde Coletiva; Serviço Social; Enfermagem; e Ensino. Pesquisa sobre: trabalho; trabalho e saúde; questão da saúde dos trabalhadores; campo da Saúde do Trabalhador; cargas de trabalho; processo de desgaste; educação e ensino em Saúde do Trabalhador; determinação social da saúde; processo saúde-doença; ontologia e saúde; saúde e questão social; saúde e economia; financiamento da saúde pública. É líder 2 do GETSSE (Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem) - CNPq - UFAL/Campus Arapiraca, atuando na seguinte linha de pesquisa: Trabalho, Saúde, Enfermagem e Sociedade. Membro do GT Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da Abrasco. Membro do núcleo Saúde, Trabalho e Direito do Cebes e do núcleo Agraste/Alagoas do Cebes.

Longe de ser uma novidade, ela atravessa a história do sistema do capital. Com a eclosão da crise estrutural na década de 1970, esse fenômeno assume relevo no bojo do regime de acumulação flexível, forjado como resposta do capital à própria crise.

O século XXI apresenta intensas transformações na forma como a precarização se materializa, especialmente com a ascensão do trabalho plataformizado (via Uber, Ifood, 99 etc). Essa ascensão vem acompanhada da complexificação dos mecanismos de controle, da degradação e do adoecimento da classe trabalhadora.

Trata-se de um cenário complexo, no qual os trabalhadores inclusive divergem sobre a pertinência das plataformas e a autonomia que elas supostamente conferem. Dessa complexidade, emergem respostas sociais daqueles que se opõem às novas formas de controle exercidas pelas plataformas, como as cooperativas de entregadores surgidas inicialmente na Europa, mas hoje presentes em outros continentes.

Essas cooperativas representam formas de organização dos entregadores, algumas delas com tecnologia e plataformas próprias, criadas em alternativa aos grandes grupos tecnológicos. Diante disso, nosso objetivo é levantar algumas reflexões sobre esse movimento, compreendido aqui como resposta social à uberização do trabalho.

Metodologicamente, esse texto se apresenta como uma reflexão preliminar, porquanto nos debruçamos sobre a atual conjuntura, constituída por respostas sociais à uberização do trabalho, mais particularmente as respostas dos trabalhadores em uma tentativa de reorganização. Partimos de elementos conjunturais na primeira seção de debate, para, posteriormente, avan-

çarmos para duas seções que dialogam com os fundamentos da teoria social de Marx, a fim de explicitar algumas possibilidades e limites do movimento ora em xeque.

6.1 A situação atual da problemática

As metamorfoses no mundo contemporâneo do trabalho constituem respostas do capital à sua natureza contraditória, levada a consequências extremas diante de seus limites absolutos, que agora são acionados pela crise estrutural do capital⁶⁰. O capital é compelido a se reinventar para lidar com suas contradições por meio da reconfiguração de estratégias, incluindo a incorporação de novos mecanismos de controle e acumulação. De modo geral, considerando os últimos 40 anos (embora haja variações espaço-temporais pelo mundo), as respostas do capital se materializaram na reestruturação produtiva em sinergia com várias formas de avanço neoliberal do Estado em escala internacional (Mészáros, 2009).

60 Diferentemente das crises cíclicas do capital, a crise estrutural se caracteriza por ser crônica, por se desenvolver de forma “rastejante”, afetando vários complexos da sociedade (para além da economia ou de algum outro complexo isoladamente), globalmente. Esse tipo de crise, estabelecido em meados da década de 1970, revela a incapacidade de o capital administrar as limitações imediatas de cada uma das suas dimensões (produção, consumo, circulação/distribuição/realização). No contexto das crises cíclicas, as limitações de uma dimensão afetada pela crise eram superadas na interação com as outras dimensões. Assim, as barreiras existentes em certa dimensão poderiam ser compensadas pelos incrementos trazidos por outra, em uma dinâmica recíproca. Todavia, essa dinâmica se reproduz de forma seguidamente ampliada a um ponto de as contradições internas das dimensões do capital se tornarem inadministráveis para o próprio capital.

Para avançar em direção ao nosso objeto específico de análise, destacaremos brevemente elementos que estão alinhados com a reestruturação produtiva, particularmente no âmbito da acumulação flexível (Harvey, 1992). Nesse sentido, o processo de uberização do trabalho (ou plataformização) surge como a expressão mais recente da precarização típica da acumulação flexível. Ou seja, a rápida expansão das plataformas digitais de trabalho constitui uma convergência de processos que já estavam em andamento anteriormente, no contexto da crise estrutural do capital, agravando a precarização do trabalho por meio de inovações tecnológicas (Abílio, 2020).

O regime de acumulação flexível molda formas de organização do trabalho baseadas nas demandas sempre cambiantes do mercado, servindo como uma contra-tendência à produção em massa e à padronização dos antigos modelos tayloristas/fordistas (que entraram em obsolescência desde a década de 1960). Dentro desse regime, surge o conceito de um trabalhador versátil, capaz de desempenhar múltiplas funções em resposta às demandas do mercado, como uma aparente reconexão criativa da classe trabalhadora com a sua subjetividade, outrora perdida nos rígidos mecanismos da gestão científica. No entanto, o que realmente se estabelece é uma dinâmica que obriga o trabalhador a colocar seu potencial criativo a serviço do aumento da produtividade. Assim, o capital reestruturado transfere a responsabilidade pelo controle de alguns aspectos imediatos do processo para a classe trabalhadora, mas dentro dos limites definidos pelo próprio capital (Mészáros, 2009).

É evidente que a reestruturação é heterogênea e possui implicações legais e políticas, pois não seria viável dentro dos

parâmetros das leis trabalhistas outrora vigentes em torno do contrato de trabalho convencional entre empregador e empregado. Novas e mistificadas formas dessa relação empregador-empregado são forjadas, principalmente porque a nova subjetividade da classe trabalhadora (capturada pelo capital) internaliza a ideia do fim da figura convencional do trabalhador, agora supostamente elevado ao status de colaborador ou empreendedor individual.

Esse processo específico traz visibilidade ao que se tem chamado de precarização do trabalho, entendida como a reposição legal e política da natureza estrutural do capital (exploração da classe trabalhadora através do processo de valorização⁶¹), amplificada pela reestruturação produtiva. A expressão mais evidente da precarização ocorre por meio de formas temporárias e instáveis de emprego do trabalhador, pela refuncionalização da informalidade através da falácia do empreendedorismo ou de outros mecanismos similares. Essas dinâmicas levam a classe trabalhadora desempregada em direção a essas formas de subordinação ao capital, dado o colapso do contrato de trabalho tradicional e, conseqüentemente, dos direitos trabalhistas que poderiam ser conquistados em diferentes circunstâncias (Huws, 2020).

61 O processo de valorização é descrito por Marx (1988a) em *O Capital*. Trata-se do processo que gera valor que se valoriza; isto é, que gera continuamente valor adicional em relação àquele adiantado ao início do processo de produção e que, por isso, resulta na acumulação de capital. Tal processo só ocorre porque o capitalista tem a “sorte” de encontrar uma mercadoria especial à disposição no mercado, a força de trabalho, que ao ser consumida revela seu valor de uso: produzir mais valor do que o seu próprio valor de troca.

A uberização representa um ponto de continuidade nesse processo, pois permite que grandes empresas ofereçam seus produtos e serviços por meio de uma rede de trabalhadores precarizados, seduzidos pela ideia de “ser seu próprio chefe” (Huws et al., 2017). Através da tecnologia de suas plataformas, essas empresas conectam trabalhadores (motoristas, entregadores, entre outros) com consumidores, retratando-se como meras intermediárias no processo. No entanto, na realidade, elas o gerenciam através do uso de inteligência artificial, que subordina o trabalhador a seus interesses, mesmo sem haver um vínculo empregatício oficialmente reconhecido (Huws, 2020).

Dentre as diversas atividades uberizadas, a entrega de mercadorias (especialmente refeições) por trabalhadores que utilizam motocicletas ou bicicletas ganhou destaque nos últimos anos, com considerável expansão no contexto da pandemia de Covid-19, devido ao isolamento social, à maior necessidade de entrega de produtos em domicílio e o aumento do desemprego. Contudo, os efeitos prejudiciais dessa forma precarizada de trabalho se expandiram, incluindo menor potencial de ganhos, aumento da competição entre os trabalhadores, exposição a riscos de saúde e de vida, tudo isso fora dos âmbitos de proteção social e trabalhista. Com alguma visibilidade social, inclusive na mídia tradicional, novas respostas sociais vêm surgindo no contexto pandêmico, muitas das quais foram iniciadas pelos próprios trabalhadores, como, por exemplo, os protestos de entregadores no Brasil em 2020 (Grohmann, 2022).

É desse contexto particular que surgem (ou ao menos, são potencializadas) novas formas de organização do trabalho dos entregadores. Estamos nos referindo ao surgimento de coletivos

e cooperativas de entregadores, um movimento que constitui respostas da classe trabalhadora ao avanço da uberização do trabalho (Soriano & Cabanes, 2019; Huws, 2020; Grohmann, 2022). Essa condição é sintomática da natureza dialética da história, enraizada na luta de classes, onde, de um lado, o capital fornece suas respostas à crise estrutural, como a uberização do trabalho, e, de outro, os trabalhadores buscam novas estratégias de resistência, ainda que dentro dos limites possíveis do metabolismo social do capital (Mészáros, 2009).

Alguns autores (Srnc et al., 2021; Borghi et al., 2021; Grohmann, 2022) destacam experiências europeias em que entregadores criaram cooperativas ou coletivos inspirados em princípios de solidariedade e gestão horizontal do trabalho, na tentativa de obter maior independência das grandes plataformas digitais. Grohmann e Alves (2020) explicam que, em 2017, uma greve mobilizou milhares de entregadores do aplicativo Deliveroo, em diversas cidades da Europa, dando origem ao sindicato RidersXDerechos. Em Barcelona, 30 entregadores que foram demitidos após a greve decidiram se auto-organizar, criando a cooperativa Mensakas. Para resistir à pressão de mercado das grandes plataformas, os entregadores da Mensakas construíram sua própria plataforma, visando assegurar salários justos e uma jornada reduzida.

Os formatos variam, já que alguns coletivos possuem suas próprias plataformas (de propriedade dos trabalhadores), enquanto outros dependem de mecanismos de interação por meio das redes sociais, como WhatsApp ou Telegram. O exemplo da Coopcycle (uma federação que inclui várias cooperativas de entregadores) na França se destaca na indução da alternativa

de uso de sua própria plataforma (Srncet et al., 2021), colocando-se publicamente como anticapitalista e tendo desenvolvido seu próprio software (Coopyleft) para uso de suas cooperativas associadas, o que permitiu a expansão por toda a Europa e gradualmente chegando à América do Norte (Grohmann, 2022).

Outro exemplo semelhante é da Urbike na Bélgica, uma cooperativa de entregadores com o propósito conciliar a melhoria das condições de trabalho dos entregadores com as melhorias na questão da mobilidade urbana. A cooperativa segue princípios de repartição dos lucros entre os cooperados e é proprietária do algoritmo que define os preços das corridas (Grohmann; Alves, 2020).

No contexto brasileiro, algumas cooperativas e coletivos surgiram, mas o uso de suas próprias plataformas ainda está em estágio inicial, principalmente devido aos custos de desenvolvimento envolvidos. Grohmann (2022) analisa os casos das cooperativas Senôritas Courier e Pedal Express no Brasil, demonstrando que elas não utilizam suas próprias plataformas e não possuem planejamento de curto prazo para fazê-lo. A alternativa é o uso de redes sociais para comunicação e organização do trabalho, um processo que pode impor limites (que estruturalmente já existem) à sua autonomia, mas que não impede totalmente a construção de caminhos para a resistência coletiva.

Decerto, o movimento contribui para mitigar alguns problemas típicos da uberização do trabalho, a exemplo da atomização da classe trabalhadora, que isola os trabalhadores uns dos outros e coloca-os em oposição, como concorrentes. Nesses moldes, o reconhecimento de classe e a organização coletiva para disputar pautas possíveis dentro do capitalismo é obstada,

ainda que não absolutamente. Os coletivos e cooperativas de entregadores reaproxima os entregadores e cria um campo de interesses comuns, com potencial para engendrar formas mais consistentes de organização política e resistência.

Ainda assim, limites ligados à estrutura e dinâmica social impelem essas iniciativas a serem absorvidas pela dinâmica de sempre, na reprodução do capital. Aqui, apontaremos dois limites que expressam essa condição, embora devam existir outros os quais essa reflexão preliminar não foi capaz de alcançar. Abordamos o limite relacionado ao caráter próprio do cooperativismo no capitalismo contemporâneo e, na sequência, o limite ligado à tecnologia possível de ser engendrada no modo de produção capitalista.

6.2 Os limites das cooperativas no capitalismo contemporâneo

As cooperativas de entregadores seguem princípios já aplicados em outros ramos produtivos e/ou categorias. Embora haja uma variedade de formatos, predomina a referência à economia solidária ou estratégias similares para criar uma espécie de célula de trabalho associado dentro do (e anti) capitalismo. Esse é o caso da Coopcycle que, declaradamente, assume o princípio anticapitalista e se coloca como alternativa que contribui para a construção de outra forma de trabalho.

Apesar disso, é preciso considerar que as cooperativas, assim como as associações e outras formas congêneres de organização, compõem o metabolismo social do capital, de diferentes maneiras, ao longo da história. Com a reestruturação produtiva e a falsa promessa de reconexão do trabalhador com suas poten-

cialidades criativas, gera-se novas formas das cooperativas/associações se inserirem no regime de acumulação, com a corolária ilusão da autogestão.

É necessário tratar o tema da autogestão com mais cautela e menos entusiasmo, pois a sagacidade ideológica do capital se apropria desse conceito, gerando confusão no próprio movimento revolucionário. A autogestão é essencial para se compreender a dialética do trabalho além dos limites impostos pelo capital, mas implica a necessidade de romper com o controle sociometabólico que este exerce.

A superação do trabalho explorado/alienado depende do fim da propriedade privada dos meios de produção, possibilitando a construção do trabalho associado, que caracteriza uma sociedade realmente emancipada da exploração e dominação do ser humano sobre outro ser humano. O trabalho associado, segundo a visão de Marx, é aquele que se autodetermina de forma livre e consciente, orientado para as verdadeiras necessidades humanas e de acordo com as capacidades dos que participam desse processo (Marx, 1988a).

Dessa premissa, o movimento revolucionário evoca a autogestão como um caminho para que a classe trabalhadora quebre o controle do capital sobre o trabalho e construa o trabalho associado. Exemplos históricos de autogestão surgiram após processos revolucionários de grande importância, especialmente no século XIX, como o caso dos Pioneiros de Rochdale e da produção de tabaco na Inglaterra (Singer, 2002; Paniago, 2020).

Outras experiências também alcançaram avanços econômicos e políticos, como a Comuna de Paris em 1871 e os conselhos operários (soviets) na Revolução Russa de 1917. No século

XX, surgiram iniciativas em que os trabalhadores se auto-organizavam, como na Revolução Espanhola de 1930 e nos movimentos de 1968 na França (Paniago, 2020). Embora essas experiências não rompam inteiramente com o modo de produção capitalista, representam avanços no movimento revolucionário e estão ligadas a processos de alcance nacional e internacional, como o caso da experiência soviética. No entanto, a autogestão acaba sendo apropriada por diferentes perspectivas, algumas permeadas pela lógica do capital.

A economia solidária é uma área que defende a incorporação da autogestão em processos produtivos dentro do capitalismo. Singer (2002) argumenta que as cooperativas e associações de trabalhadores são tentativas socialistas que surgem no interior do próprio capitalismo, promovendo uma construção gradual de alternativas ao sistema capitalista. Essa abordagem flerta com o marxismo, mas nem sempre o acompanha completamente, sobretudo quando se avalia experiências pós-reestruturação produtiva. Alguns pensadores dessa vertente veem uma renovação da autogestão no contexto recente, como resposta ao neoliberalismo (Singer, 2002).

Em contrapartida, para algumas vertentes marxistas (Tavares, 2004; Paniago, 2020), essas iniciativas atuais se afastam do caráter revolucionário, sendo mais uma resposta à sobrevivência dos trabalhadores empobrecidos e à precarização do trabalho. Não por acaso, o capital financeiro promove crédito para esses empreendimentos, pois se beneficia deles ao manter controle indireto, evitando compromissos trabalhistas.

Conforme Tavares (2004), essas experiências não são autônomas em relação ao capitalismo nem representam modos al-

ternativos de produção; ao contrário, são absorvidas pela reprodução ampliada do capital, pois dependem das regras capitalistas nas esferas de produção, circulação/distribuição/realização e consumo, revelando sua dependência do sociometabolismo do capital (Mészáros, 2009).

Vale lembrar que Mészáros (2009) argumenta que uma contradição fundamental do capital está entre produção e controle. Embora o capital controle o trabalho em um nível micro, ele perde esse controle no âmbito macro. Assim, o que é produzido, como é distribuído e consumido extrapola o microcosmo das empresas e a vontade do capitalista individual, sendo determinado pelo processo ampliado de reprodução do sistema. Mesmo sem o capitalista participar diretamente da organização do trabalho em nível micro, o controle geral ainda é exercido pelo capital através de seu sociometabolismo.

Dessa forma, a auto-organização dos trabalhadores, a exemplo dos entregadores, em cooperativas e associações, não pode ser o germen do socialismo, porque estão totalmente dependentes do capitalismo ao seu redor. Apesar das diferenças em relação ao trabalhador individualmente precarizado (atomizado), as cooperativas e associações são capturadas pelo regime de acumulação flexível como formas coletivas de precarização, funcionais ao capital. Isso porque continuam, entre outras coisas, a gerar uma série de desonerações fiscais e trabalhistas aos capitalistas específicos daquele ramo de trabalhadores cooperados/associados, contribuem para a distribuição e realização das mercadorias de outros setores capitalistas (por exemplo, os restaurantes e supermercados atendidos pelas plataformas) e retroalimentam a lógica de um setor cuja a dinâmica concorrencial

continua a ser ditada pelo capital monopolista.

Diante de um setor dominado pelos grandes grupos tecnológicos, o novo arranjo em cooperativas e associações não é capaz de superar sequer a instabilidade e a ausência de direitos trabalhistas aos trabalhadores, pautas possíveis de reivindicação no capitalismo, quiçá representar uma célula socialista dentro de um organismo capitalista.

6.3 Crítica à tecnologia de base cognitiva capitalista

As cooperativas de aplicativo, ao terem sua própria plataforma, estariam sendo anticapitalistas? Essa tecnologia, formatada pelo advento da inteligência artificial e seus algoritmos, pode ter um caráter não capitalista? Para pensar nas respostas a essas questões, precisamos explorar o caráter socialmente determinado da tecnologia, questão debatida pelo marxismo e pelo próprio Marx.

Inicialmente, é preciso destacar que o debate marxiano não se opõe ao desenvolvimento tecnológico. Ao contrário disso, Marx (1988b) reconhece que a tecnologia, a exemplo da maquinaria analisada por ele no século XIX, poderia liberar tempo de trabalho para o trabalhador se efetivar como humano, realizando atividades em outras dimensões da vida. Contudo, o uso capitalista da tecnologia aprisiona o trabalhador na lógica de valorização do capital, de forma contínua e crescente, roubando-lhe tempo de vida e, portanto, rebaixando suas potencialidades humanas.

Convém assinalar, por outro lado, que a análise marxiana não está apontado para um processo de mera apropriação da

tecnologia capitalista, que estaria a serviço da humanidade simplesmente por ter um outro tipo de uso, conservando as determinações que a originaram e lhe atribuíram funções no processo de valorização. As contradições encerradas na tecnologia não se resolvem de forma tão inócua. Vejamos o que diz Mészáros (2009, p. 865),

Este postulado da neutralidade material/instrumental é tão sensato quanto a ideia de que o hardware de um computador pode funcionar sem o software. e até mesmo quando se chega a ter a ilusão de que isto poderia ser feito, já que o “sistema operacional” não precisa ser carregado separadamente de um disquete ou disco rígido, o software relevante já estava gravado no hardware. por isso, nenhum software pode ser considerado “neutro” (ou indiferente) aos propósitos para os quais foi inventado [...]. portanto, um sistema produtivo que se propõe a ativar a participação plena dos produtores associados requer uma multiplicidade adequadamente coordenada de “processadores paralelos”, além de um sistema operacional correspondente que seja radicalmente diferente da alternativa centralmente operada [...].

A analogia de Mészáros (2009) nos leva a crer que não se trata (apenas) de se apropriar ou de reverter a tecnologia produzida pelo capitalismo para algo que esteja, imediatamente, a serviço dos trabalhadores ou, muito menos, do ser humano emancipado. Em vez disso, a análise de Mészáros, na esteira de Marx, argumenta a favor da construção de outra materialidade e outra racionalidade e, a partir delas, produzir tecnologias que

visem atender a outras necessidades que não aquelas postas socialmente pelas relações capitalistas.

Em direção similar, Novaes (2010) defende a existência de um fetichismo da tecnologia no capitalismo, corolário ao fetichismo da mercadoria. O autor demonstra como a tecnologia é frequentemente percebida como neutra e portadora de um caráter meramente técnico, enquanto, na verdade, embute relações sociais e interesses de classe. Essa perspectiva, consideravelmente influenciada por Andrew Feenberg, aponta para a condição de que a tecnologia é historicamente determinada de acordo com interesses da classe dominante, desde à sua concepção e, portanto, portadora de uma potencialidade de uso afeita ao processo de valorização. Ou seja, a tecnologia capitalista foi pensada e objetivada para atender necessidades socialmente determinadas e, ao ser assim produzida, ganha vida própria, obscurece as relações de exploração e dominação que a atravessam, contribuindo para manter e legitimar a estrutura social capitalista.

Portanto, é essencial considerar que a consubstanciação da tecnologia não surge de uma lógica técnica autônoma em face do antagonismo capital x trabalho, mas é constituída sobre uma base cognitiva capitalista, que imprime suas prioridades nos processos técnicos e nos artefatos resultantes.

Essa análise de forma alguma interdita a possibilidade histórica de que ocorra avanço tecnológico do tipo não capitalista, pois reconhece que a tecnologia pode ser redesenhada para atender a finalidades emancipatórias, o que requer outra sociabilidade, com racionalidade distinta. Para Novaes (2010), a tecnologia deve incorporar valores emancipatórios e atender às necessidades humanas reais, ao invés de somente servir à lógica

do valor. Essa visão implica que a apropriação da tecnologia hoje existente (ou, de forma mais ampla, a apropriação dos meios de produção) por parte da classe trabalhadora, é etapa necessária, mas insuficiente para concretizar a possibilidade destacada por Marx, da maquinaria (tecnologia) que libera tempo de trabalho para que o ser humano se humanize plenamente.

Uma tecnologia livremente a serviço da humanidade pressupõe uma outra subjetividade; pressupõe uma racionalidade científica que busca atender demandas que hoje sequer estão postas na realidade. Uma tecnologia que seja não capitalista deve possuir esse caráter desde a sua concepção, a partir de processos cognitivos e mediações que não somos capazes de prever, hoje, absolutamente, pois irão refletir condições objetivas hoje inexistentes. Assim, a tecnologia hoje existente, em suas contradições, pode até ser apropriada pelos trabalhadores e, portanto, ser instrumento e alvo da luta de classes, de resistência do trabalho contra o capital. Porém, ultrapassar seu caráter capitalista, exige superar o sociometabolismo que lhe determina da concepção ao uso.

Essa premissa (e os limites aqui destacados) vale tanto para a maquinaria do século XIX quanto para as tecnologias do trabalho plataformizado de nossos dias. Por conseguinte, não se pode considerar que o fato de os entregadores de aplicativo terem a sua própria plataforma possa alterar estruturalmente a condição de exploração (e de precarização) à qual estão submetidos, ainda que traga vantagens para enfrentar o cotidiano capitalista.

Assim como na ocasião da crítica às cooperativas/associações, aqui vale o argumento do sociometabolismo do capital

impondo as mediações para a efetivação do trabalho dos entregadores, mesmo quando possuem uma plataforma própria. O processo de trabalho permanece inserido na dinâmica da produção, circulação/distribuição/realização e consumo das mercadorias. A inteligência artificial, ainda que de propriedade dos trabalhadores, continua a organizar o trabalho de forma que ele atenda a essa dinâmica, o que implica a perpetuação da subsunção do trabalho ao capital, ainda que sem a presença/participação direta do capitalista. Neste caso, o gerenciamento algorítmico da plataforma, em escala ampliada, continua a materializar um modo sofisticado de controle do trabalhador, coisificado.

Portanto, as plataformas utilizadas pelas cooperativas, ainda que apareçam no processo como propriedade coletiva, continuam concebidas, produzidas e operacionalizadas de acordo com a dinâmica da forma mercadoria, do valor e, consequentemente, do capital, com todos seus poderes fetichistas.

Considerações finais

Em conclusão, as cooperativas de entregadores de aplicativo apresentam-se como uma tentativa de enfrentamento às novas formas de controle e precarização impostas pelo regime de acumulação flexível e pela tecnologia capitalista. Entretanto, esses empreendimentos estão inseridos no sociometabolismo do capital, sendo, em última análise, capturados pela lógica da produção e reprodução do capital. Assim, ainda que contribuam para organizar trabalhadores e oferecer certa autonomia, essas iniciativas reproduzem aspectos fundamentais da exploração capitalista, não conseguindo romper com as dinâmicas estruturais

que impõem exploração, precarização e alienação.

Além disso, a tecnologia usada por essas cooperativas, mesmo quando é de propriedade coletiva, carrega em si as determinações da forma-mercadoria e os códigos técnicos do capital. A organização algorítmica, fundamental para o funcionamento das plataformas, permanece baseada em lógicas que coisificam o trabalhador e subordinam suas atividades às demandas de eficiência e lucro, reforçando a subsunção do trabalho ao capital. Em vez de servir como um instrumento de emancipação, a tecnologia utilizada mantém e aprofunda as relações de exploração, ainda que sem a figura direta do capitalista no processo.

Portanto, o desenvolvimento de uma tecnologia verdadeiramente emancipatória exige uma ruptura com a racionalidade e os interesses do capital, o que implica não só a apropriação dos meios de produção, mas também a criação de novas bases cognitivas e técnicas. Essa transformação só será possível em um contexto de transformação social radical, que vise a superar a lógica da acumulação e o controle do capital sobre o trabalho, possibilitando uma tecnologia orientada às reais necessidades humanas.

Referências

ABÍLIO, L. C. Digital platforms and uberization: towards the globalization of an administrated South? **Contracampo**, v. 39, n. 2, p. 1-15, 2020.

BORGHI, P.; MURGIA, A.; MONDON-NAVAZO, M.; MEZIHORAK, P. Mind the gap between discourses and practices:

Platform workers' representation in France and Italy. **European Journal of Industrial Relations**, v. 27, n. 4, p. 425-443. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/09596801211004268>. Acesso em: 13 nov. 2024. 2021.

GROHMANN, R.; ALVES, P. **As plataformas dos entregadores**. Digilabour, 2020. Disponível em: <https://digilabour.com.br/pt/as-plataformas-dos-entregadores/>

GROHMANN, R. **Worker-owned platforms: cooperatives and collectives of platform riders**. **Matrizes**, v. 16, n. 1, p. 209-233, 2022.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Cambridge: Blackwell Publisher, 1992.

HUWS, U.; SPENCER, N. H.; SYRDAL, D. S.; HOLTS, K. **Work in the European Gig Economy: Research Results From the UK, Sweden, Germany, Austria, the Netherlands, Switzerland and Italy**. Brussels: Foundation of European Progressive Studies and UNI Europa, 2017.

HUWS, U. **Reinventing the welfare state: digital platforms and public policies**. London: Pluto Press, 2020.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1988a.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1988b.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PANIAGO, C. **Autogestão e controle operário**: uma análise histórica crítica. Revista Katálasis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 338-347, 2020.

SORIANO, C.; CABAÑES, J. **Entrepreneurial solidarities**: social media collectives and Filipino digital platform workers. Social Media + Society, v. 6, n. 2, p. 1-11, 2020.

SRNEC, C.; ALVARADO, A. S. A.; AUFRÈRE, L. **Rebuilding borders with inclusion in platform economy**: when workers take the control. Anais do Journées internationales de sociologie du travail. Déplacements, brouillages & recompositions. Lausanne: Université de Lausanne, 2021.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2004.